

A (r)evolução recente nas redes de comunicações electrónicas

OS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES electrónicas são prestados com recurso a infraestruturas sofisticadas do ponto de vista tecnológico e muito exigentes do ponto de vista financeiro. É assim que a forma como estas redes são implementadas e se desenvolvem tem consequências muito significativas na disponibilidade de serviços aptos à satisfação das necessidades de comunicação das sociedades modernas, aspecto que assume maior relevância se atentarmos à extrema importância que os elementos associados à sociedade de informação assumem actualmente.

Importa por isso acompanhar e perceber as alterações mais importantes ocorridas ao nível das diversas redes ou plataformas de comunicações electrónicas e antecipar a sua evolução futura, para melhor compreender a própria evolução do mercado das comunicações electrónicas nos países mais desenvolvidos.

Plataformas *uniserviço* dão lugar a plataformas *multiserviços*

Uma das alterações com maior significado ao nível das redes de comunicações electrónicas tem sido estas terem deixado de assegurar a prestação de um só serviço para passarem a permitir a disponibilização de um portefólio de serviços, os quais, na maior parte das vezes, são vendidos em conjunto (*bundle*).

De facto, no início, as redes de distribuição de televisão por cabo foram desenhadas e implantadas para distribuírem programas de televisão, as redes de cobre¹ estavam exclusivamente dedicadas à prestação do serviço fixo de voz e as redes sem fios visaram acrescentar mobilidade aos serviços de voz.

Esta partição do mercado assente em diversas plataformas estanques, conduzindo a uma correspondência unívoca entre redes e serviços, foi sendo abandonada, essencialmente pelo seguinte:

a) Generalização do protocolo IP, que funcionou quase como uma *moeda franca* das redes de comunicações permitindo a conversão dos diferentes serviços em pacotes *descaracterizados* e por isso, intermutáveis. Actualmente, as redes transportam pacotes, independentemente de o seu conteúdo ser voz, vídeo, fotografia ou música, sendo todos estes conteúdos tratados como dados pelas diferentes plataformas;

b) Necessidade de rentabilizar a utilização de infraestruturas subutilizadas, recorrendo a serviços adicionais. Como exemplo relevante, refira-se a evolução verificada nas redes de cobre, em resultado da migração dos serviços de voz para as redes móveis. O nível de utilização daquelas redes, inicialmente implantadas para suportar serviços fixos de voz, diminuiu e as perspectivas eram no sentido de que essa tendência se prolongasse, ou mesmo

agravasse. Perante elevados custos, a indústria das comunicações electrónicas implementou alterações nas redes – essencialmente ao nível das centrais locais – que possibilitaram a sua utilização para comunicações de dados, em particular com recurso à internet;

c) Necessidade de melhorar a posição competitiva face a plataformas alternativas. A concorrência, no mercado das comunicações electrónicas, desenvolve-se muitas vezes através de inovação tecnológica ocorrida ao nível das diversas plataformas. Tal inovação permite a oferta de novos serviços disponíveis, durante um certo período de tempo, apenas a partir de um conjunto limitado de plataformas, o que implica que as outras, que com elas concorrem, tenham que investir para manter a sua posição competitiva. É disso exemplo a vantagem que as redes de distribuição de cabo mantiveram durante algum tempo na disponibilização de velocidades de acesso à internet bastante elevadas, o que levou a que os operadores que exploravam outro tipo de plataformas tivessem que investir para replicar tais velocidades, ou pelo menos, para delas se aproximarem.

d) Necessidade de completar o portefólio de serviços. A adopção, pelo mercado, de abordagens de venda de serviços de comunicações em conjunto (*bundle*), baseadas em *triple play* ou mesmo *quadruple play*², implicou a necessidade de alargar o espectro de serviços suportados por cada uma das plataformas. É assim que as plataformas de distribuição de televisão por cabo passaram a suportar serviços de voz fixa (utilizando tecnologia VoIP), ou que as redes de cobre tradicionais passaram a disponibilizar televisão (utilizando tecnologia IPTV).

Assim, actualmente (quase) todas as redes suportam a generalidade dos serviços, com vantagens muito significativas do ponto de vista da concorrência. É de realçar o peso das plataformas alternativas ao cabo (em particular com recurso ao IPTV) na televisão por subscrição e das plataformas dedicadas a comunicações móveis e à distribuição de televisão por cabo (através de VoIP) na oferta do serviço fixo de telefone.

Custos diminuem significativamente

Os custos associados às infraestruturas de comunicações electrónicas têm vindo a descer ao longo do tempo, com reflexos positivos ao

nível dos preços dos serviços de comunicações electrónicas. Para tal têm contribuído os seguintes factores:

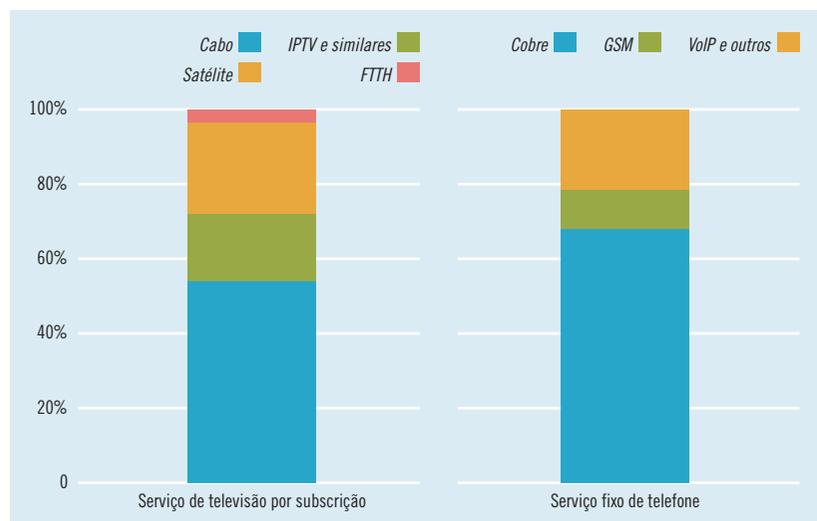
a) Diminuição dos custos dos equipamentos, tanto de transmissão como de comutação, sendo de relevar, neste último caso, a diminuição do espaço necessário à sua instalação. Esta diminuição de preço proporcionou uma diminuição significativa dos custos das comunicações electrónicas de longa distância;

“ Os operadores têm que efectuar esforços significativos para dominar tecnologias emergentes (...) que podem alterar as suas posições competitivas ao longo da próxima década. ”

b) Aumento significativo das economias de escala, através da utilização mais intensa das redes, decorrente de maiores níveis de utilização dos serviços, bem como da afirmação de *standards* no panorama internacional que permitem que os equipamentos sejam produzidos para mercados cada vez mais globais. Tais economias de escala beneficiam por sua vez de economias de gama, uma vez que os diversos tipos de serviço passam a ser suportados como se de um só se tratasse, em resultado do papel integrador da tecnologia IP;

c) Aumento significativo da concorrência no domínio dos fabricantes de equipamentos, em particular decorrente da afirmação no mercado de fabricantes chineses. De acordo com informação disponibilizada pela *Gartner*, os dois maiores fabricantes chineses (*Huawei Technologies* e *ZTE*) terão obtido uma quota no mercado de infraestruturas de comunicações electrónicas de 20,9% em 2009, valor equivalente à quota do líder tradicional deste mercado, a *Ericsson*³.

d) Intervenções regulatórias contribuíram de igual forma para a diminuição dos custos de investimento. De entre estas, destaquem-se: i) a abertura de condutas dos operadores históricos para a passagem de cabos dos operadores alternativos, evitando dessa forma a necessidade de desperdiçar investimento neste tipo de infraestruturas; ii) a possibilidade de os operadores instalarem infraestruturas



Plataformas de suporte à prestação de serviços de tv por subscrição e serviço fixo de telefone (2.º trimestre de 2010). Fonte: ICP-ANACOM.

turas de transmissão própria, em particular baseada em meios rádio e; iii) o aparecimento de ofertas de transmissão baseadas em redes de *utilities* (tais como empresas de caminhos de ferro, electricidade ou distribuição de água), até aí exclusivamente dedicadas a fins privados.

Elementos de disrupção na evolução das plataformas

A evolução das diversas plataformas de comunicações electrónicas é permanente, no sentido de manter a sua actualização tecnológica e de responder às pressões competitivas das plataformas concorrentes. No entanto, por vezes, essa evolução dá-se de forma mais disruptiva, em resposta a necessidades de mercado que não são compagináveis com meras evoluções tecnológicas.

Actualmente estamos em presença de um movimento de ruptura na tecnologia. Isto porque as necessidades crescentes de largura de banda, em resultado da integração IP, da procura induzida pelas aplicações de vídeo e dos fenómenos associados à intensificação do uso de redes sociais, deixaram de ser compagináveis com meras evoluções tecnológicas, levando à necessidade de abordagens mais radicais que, nalguns casos, implicam alterações de fundo ao nível da tecnologia utilizada. Trata-se, no caso presente, de alterações induzidas por mudanças na ordem de gran-

deza das necessidades de largura de banda, o que implica, nomeadamente, desenvolvimentos associados às designadas redes de nova geração (NGN⁴), traduzidos nos seguintes aspectos:

a) Introdução de fibra óptica na rede de acesso das plataformas fixas. Os investimentos efectuados sobre as redes de cobre permitiram aumentar significativamente a largura de banda suportada por este tipo de redes, em particular com recurso à tecnologia ADSL⁵. No entanto, este tipo de tecnologia deixou de ser suficiente face a constrangimentos técnicos e de mercado: i) a existência de lacetes locais de elevado comprimento, ainda que em situações pontuais, inviabiliza a *performance* da tecnologia; ii) os aumentos de largura de banda disponível que se verificaram no passado com recurso a ADSL terão atingido o seu limite, que se situa aquém das necessidades de mercado; iii) as novas tendências de mercado, impulsionadas pelas redes sociais e pelo que geralmente se designa por *web 2.0*, levaram a um aumento da importância dos *uploads*, o que torna o ADSL pouco atractivo, face à assimetria da largura de banda nos sentidos ascendente e descendente.

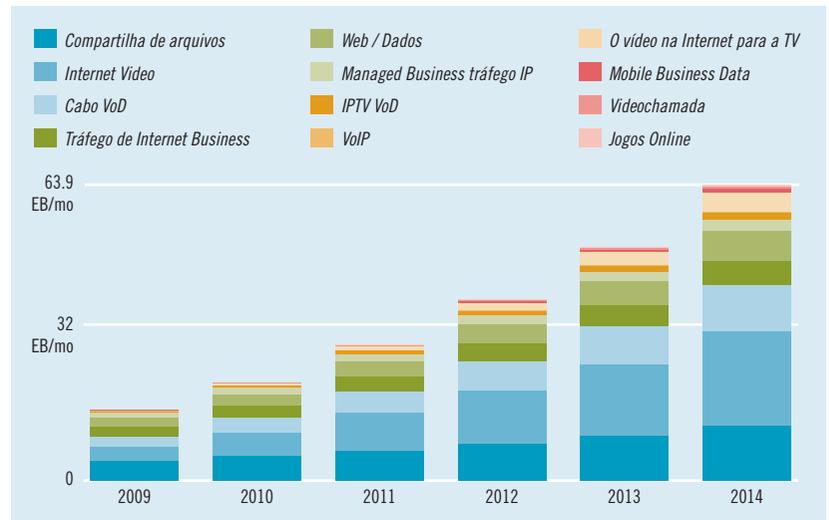
Neste contexto, e para ultrapassar este tipo de estrangulamento, os diversos operadores suportados em plataformas fixas têm vindo a instalar fibra óptica nas suas redes de acesso, o que representa uma alteração significativa face às configurações de rede existentes, implican-

O IMPACTE DO VÍDEO NA INTERNET

A internet é actualmente uma das infraestruturas mais importantes nas sociedades modernas. É através dela que podemos enviar correio electrónico, navegar na *world wide web*, transferir ficheiros ou utilizar um sem-fim de aplicações. O seu nível de utilização tem vindo a aumentar significativamente no passado recente, perspectivando-se que tal tendência se venha a intensificar no futuro. Para tal, contribuirá significativamente a crescente utilização da internet para suportar vídeo, essencialmente em três modalidades distintas: a) através de sítios, acessíveis através da *world wide web*, que assentam o seu modelo de negócio na partilha de vídeos (e.g. Youtube); b) através de sítios destinados a agregar e a disponibilizar conteúdos em formato vídeo (e.g. Hulu) e c) através da utilização da tecnologia IPTV, que utiliza a internet como plataforma de distribuição de programas de televisão.

A crescente utilização da internet associada a vídeos implica enormes exigências de largura de banda.

Esta alteração dos níveis e padrões de utilização da internet ameaça mudar radicalmente as suas bases conceptuais e operacionais. De facto, tendo a internet sido inicialmente desenvolvida numa base de *melhores esforços* para suportar tráfegos pouco exigentes do ponto de vista da largura de banda e da qualidade de serviço oferecida, o modelo operacional tem vindo progressivamente a ser desafiado pela realidade com que se confronta. Neste contexto, tem vindo a ser profundamente debatido até que ponto é viável manter os conceitos associados à neutralidade da rede, que afastam qualquer tipo de discriminação na utilização da internet em termos de conteúdos, aplicações, fornecedores ou equipamentos.



Estimativa do crescimento do tráfego IP (exabytes por mês). Fonte: Cisco VNI, Junho 2010.

do elevados volumes de investimento.

b) Adopção da LTE (Long Term Evolution) nas redes dedicadas às comunicações sem fios. Este tipo de redes, inicialmente implantadas para suportarem comunicações de voz, passaram a disponibilizar igualmente acesso à internet, aumentando progressivamente a largura de banda disponibilizada, configurando-se assim como alternativa efectiva (e eficaz) às plataformas físicas. No entanto, face à evolução das necessidades de mercado e às capacidades disponibilizadas e previstas para as redes físicas, também ao nível das redes sem fios foi sentida a necessidade de recorrer a mudanças disruptivas do ponto de vista tecnológico. É assim que se perfila a introdução generalizada de uma nova tecnologia – LTE – que permita aumentar a ordem de grandeza das larguras de banda que este tipo de redes pode suportar;

c) Generalização da introdução de DOCSIS 3.0 nas plataformas centradas na distribuição de televisão por cabo, com o mesmo objectivo de alterar significativamente as larguras de banda oferecidas. Trata-se de um tipo de intervenção que requer níveis de investimento inferiores aos atrás referidos, essencialmente centrados ao nível dos equipamentos instalados nas instalações dos utilizadores e na sua correspondência ao nível dos sistemas de terminação de *modems*.

Os utilizadores como últimos beneficiários

Todas estas alterações têm naturalmente reflexos relevantes no mercado das comunicações electrónicas.

Os operadores têm que efectuar esforços significativos para dominar tecnologias emergentes, para tomarem decisões tecnológicas que podem alterar as suas posições competitivas ao longo da próxima década e para, em consequência, ajustarem os seus modelos de negócio, nomeadamente através da inclusão de novos serviços e novas funcionalidades.

Os reguladores têm que reavaliar os modelos regulatórios, para garantirem a coexistência entre condições propícias à promoção do investimento e à manutenção e promoção da concorrência, em paralelo com a defesa dos direitos dos consumidores.

Espera-se que os utilizadores, neste contexto, sejam os últimos beneficiários destas alterações estruturais, nomeadamente em consequência do aumento da pressão competitiva inerente à inovação tecnológica nas diferentes plataformas e da disponibilização de serviços que permitam a satisfação das suas necessidades em termos de comunicação. ■

Notas

¹ São designadas redes de cobre as redes cuja ligação entre a central telefónica e as instalações do utilizador consistem em dois fios de cobre. Trata-se das redes tradicionalmente desenvolvidas para a prestação do serviço fixo de telefone, com base nos fundamentos iniciais da tecnologia.

² Designa-se por *triple play* a oferta, em conjunto, de serviços de acesso à internet, televisão e de voz fixa; a inclusão de serviços de comunicações de voz móvel transforma tal oferta em *quadruple play*.

³ Citado em Total Telecom (www.totaltele.com, acessado em 21 de Setembro de 2010)

⁴ *Next Generation Networks* na terminologia anglo-saxónica.

⁵ *Asymmetric Digital Subscriber Line*. Refira-se que, para ultrapassar alguns dos constrangimentos do ADSL, foram implantadas evoluções desta tecnologia nas redes de cobre: ADSL 2+ (para resolver limitações ao nível da largura de banda) e VDSL (também para ultrapassar limitações nas velocidades de *upload*).

Retrato político e estatístico da sociedade da informação: Portugal na Europa

A INICIATIVA eEUROPA é lançada pela Comissão Europeia (CE) em Dezembro de 1999 com o objectivo de colocar a Europa “em linha”. Esta comunicação realça o contexto de crescimento económico nos EUA, largamente atribuído aos investimentos feitos no sector das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), enfatizando a necessidade de seguir o exemplo americano e acelerar o passo para a era digital. Imperava então um ambiente económico positivo, prévio ao rebentar da bolha tecnológica do ano seguinte. No entanto, o desapontamento trazido por esse evento não foi duradouro, nem resultou no abandono de opções políticas e económicas centradas na tecnologia. A ênfase no papel-chave das TIC no fomento do crescimento económico, produtividade e competitividade está presente na generalidade das políticas comunitárias e reflecte-se nas iniciativas nacionais. Contudo, olhando para as estatísticas existentes em 2010, a sociedade da informação é ainda marcada por fortes clivagens em Portugal.

Políticas públicas: União Europeia

Com a definição da Estratégia de Lisboa em 2000, o tema da sociedade da informação ganha uma maior centralidade como parte de um esforço para melhorar a competitividade da economia europeia. Nesse ano, a iniciativa eEuropa é estruturada pela primeira vez num Plano de Acção, eEuropa 2002 – Uma Sociedade da Informação para Todos, focado na promoção do acesso e utilização da Internet. A sua substituição é feita pelo Plano de Acção eEuropa 2005, com objectivos ligados ao estímulo da segurança e à expansão da infraestrutura de banda larga.

Viviane Reding, então comissária europeia para a Sociedade da Informação e Média, propõe a 1 de Junho de 2005 um novo quadro estratégico: i2010 – Uma Sociedade da Informação Europeia para o Crescimento e o Emprego – e atribui a sua pertinência ao papel cada vez mais importante das TIC na economia, pretendendo-se a sua constituição enquanto pilar da renovada Estratégia

de Lisboa. Em 2007, o relatório de progresso do i2010 declara que a adopção mais vasta da banda larga teve consequências em relação ao desenvolvimento de serviços avançados inovadores e que áreas como a música, distribuição de filmes e televisão *online* ilustram a transformação do mercado dos conteúdos. Na sua análise prospectiva, é incluída a chamada Web 2.0, as redes sociais e o conteúdo gerado por utilizadores. Fazendo uma analogia com o *software* de fonte aberta e consequente desenvolvimento de processos colaborativos, afirma-se existir inovação no

O RETRATO EMPRESARIAL

No domínio das empresas, a descrição de Portugal aproxima o país de lugares mais cimeiros nas tabelas de indicadores estatísticos dedicados ao tema da sociedade da Informação. Em relação ao acesso à Internet por banda larga, as empresas portuguesas atingem os 85%, dois pontos percentuais acima da UE27. O mesmo se aplica examinando os valores relativos à interacção com a administração pública. Com 77% de respostas positivas, ultrapassa a média dos 27 países da União Europeia em 6%, bem como a média da UE25 (73%) e UE15 (74%).

O terceiro indicador analisado aponta para uma posição ainda mais elevada na tabela percentual das empresas europeias: em relação a encomendas recebidas através da Internet, 16% de empresas portuguesas (com mais de 10 trabalhadores) declararam receber pelo menos 1% por essa via. Novamente, a UE27 é ultrapassada (12%), e neste caso, ao contrário dos restantes indicadores mencionados, Portugal apresenta uma evolução diferente da média dos 27 países, especialmente entre 2007 e 2008, altura em que se constata um crescimento significativo. Podemos assim verificar que as empresas portuguesas parecem apresentar um perfil mais próximo, suplantando mesmo, da média dos 27 países da União Europeia, e abandonando assim as posições de retaguarda comuns em indicadores relacionados com lares e indivíduos.

recurso dos utilizadores às TIC para criar e trocar conteúdo próprio.

No relatório seguinte, de 2008, a ênfase é dada novamente às possibilidades oferecidas pela proeminência dos utilizadores nos processos de comunicação. Defende-se que a rápida adesão ao conteúdo gerado por utilizadores conduz à confirmação da Internet como um meio de comunicação de dois sentidos, com um aumento de 18% verificado entre 2006 e 2007 na participação em fóruns *online*. A lista de tipos de conteúdo é muito abrangente: vídeo, livros, fotografias, *blogs*, *social bookmarking*, *micro-blogging* e comentário de produtos. Este panorama é atribuído às redes sociais suportadas por publicidade e por lucro partilhado que, simultaneamente, tornam cada vez mais indistintas as fronteiras entre comunicação privada e publicação, entre actividades lucrativas e recreativas. A própria CE pretende fomentar a distribuição de uma vasta diversidade de conteúdos *online* através de diferentes tecnologias.

Chegando ao término deste quadro, em 2010 é apresentada uma Agenda Digital para a Europa, uma das iniciativas emblemáticas da nova estratégia económica proposta pela CE, Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O seu objectivo passa pela definição de um roteiro que maximize o potencial social e económico das TIC – destacando a Internet como recurso da actividade nestes campos. Na lista de medidas e propostas legislativas são indicados seis domínios: Um mercado único digital dinâmico; Interoperabilidade e normas; Confiança e segurança; Acesso rápido e ultra-rápido à Internet; Melhorar a literacia, as qualificações e a inclusão digitais; Benefícios proporcionados pelas TIC à sociedade, na União Europeia (UE).

Políticas públicas: Portugal

Dois campos têm estado no centro da acção política portuguesa no âmbito do que se tem designado a promoção da sociedade da informação: a ênfase na disponibilização de serviços *online*, bem como o aumento da utilização regular da Internet, em particular através do acesso por banda larga. Os esforços políticos para o desenvolvimento da sociedade da informação foram inaugurados formalmente com o Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, em 1997. Seguiu-se

o lançamento da Iniciativa Internet, em 2000, e o Plano de Acção para a Sociedade da Informação e o Plano de Acção para o Governo Electrónico, em 2003.

O documento de compromisso do Plano Tecnológico é apresentado em Novembro de 2005, como uma forte aposta do XVII Governo desde o início do seu mandato. O seu principal objectivo é o aumento da capacidade de inovação da economia, visando sustentar taxas de crescimento mais elevadas a médio e longo prazo. Um conjunto de políticas transversais é considerado pelo governo português como a peça central para estimular o dinamismo da economia portuguesa no contexto da sociedade do conhecimento. A prossecução destes objectivos baseia-se em iniciativas em três campos de acção: conhecimento, tecnologia, inovação.

Em Julho de 2005 foi dado início ao projecto Ligar Portugal como um dos vectores estratégicos do Plano Tecnológico. Este documento encontra-se articulado com a correspondente iniciativa europeia i2010, já descrita. Um dos objectivos enunciados neste projecto consiste na promoção de uma cidadania moderna, em que as tecnologias da informação são apresentadas como instrumentos de acesso à informação, à educação, ao trabalho, bem como ao trabalho cooperativo e à discussão pública. Tanto o Plano Tecnológico como o projecto Ligar Portugal prosseguiram no seguinte mandato, com início em 2009, dada a recondução do primeiro-ministro.

Acesso e práticas *online* em números

Olhemos então para algumas estatísticas que poderão ser úteis na compreensão das práticas ligadas às TIC em Portugal e no contexto europeu, em particular a Internet. Para essa análise recorre-se a dados recolhidos pelos institutos de estatística nacionais e disponibilizados pelo Eurostat, o Gabinete de Estatísticas da UE, referentes a 2009, salvo indicação em contrário.

Em relação a lares com acesso a Internet, Portugal, com 48%, encontra-se entre os países com percentagens mais baixas, tal como a maioria dos países da Europa do Sul (à excepção de Espanha). Em termos evolutivos esta percentagem tem crescido de forma proporcional à média dos 27 países da UE (UE27), apesar de abaixo da mesma (65% em 2009).

No caso específico dos lares com acesso através de banda larga, com 46%, a posição de Portugal é mais favorável em termos comparativos e a diferença com a UE27 é menor, 10%. Contudo, mesmo mantendo-se proporcional, a progressão revela uma certa separação ao longo dos últimos cinco anos, nomeadamente por não ter acompanhado o crescimento da média europeia entre 2005 e 2007.

Os dados relativos à banda larga parecem indicar que o governo português poderá conseguir cumprir a meta fixada de 50% de lares a beneficiar de banda larga em 2010, inscrita no programa de acção Ligar Portugal, e enquadrada nos indicadores de *benchmarking* utilizados para avaliação do progresso do quadro estratégico is2010 a nível nacional.

“
A análise (...) da utilização da Internet declarada pelos portugueses [revela que] em termos comparativos Portugal encontra-se ainda na base da tabela em pontos percentuais.
 ”

O programa Ligar Portugal possui ainda uma meta relativa às mudanças nas práticas *online*, mas que parece mais distante do que a acima referida: uma declaração de utilização regular da Internet na ordem dos 60%. Contudo, o crescimento desta percentagem, ao contrário da ligação em banda larga, não conduziu a um valor próximo desse objectivo. Portugal, em 2009, atinge os 42%, sendo 60%, na realidade, a média europeia dos 27.

Olhando para o conjunto dos utilizadores regulares, Portugal encontra-se entre os países com percentagens mais baixas. Controlando a idade, a situação profissional e o género, a posição comparativa de Portugal não sofre alterações de relevo. Apenas no intervalo dos 16-24 anos e nos estudantes obtém resultados mais elevados. Nos restantes intervalos de idade (25-54 e 55-75), situação profissional (trabalho doméstico, empregados por conta de outrem e própria; reformados e inactivos; desempregados) e para ambos os géneros, o país permanece como tendo valores baixos.

No entanto, estamos a falar de valores muito díspares. Em relação ao género, trata-se de um último lugar pouco distante da UE27, mesmo que inferior: masculino, 57% face a 64%; feminino, 38% face a 47%. Quanto à idade, o penúltimo lugar no intervalo 16-24 corresponde a 84%, apenas menos 4 pontos percentuais da UE27. Os dois últimos lugares nos intervalos etários são distintos: em 25-54 corresponde a 47% (UE27 68%), enquanto para o intervalo superior equivale a 13% (UE27 32%) e apenas a sete pontos percentuais do valor mínimo (6%, Roménia), e bastante distante do máximo (70%, Islândia; dentro da UE 67% nos Países Baixos).

No caso da situação profissional, os valores também divergem: trabalho doméstico, empregados por conta de outrem e própria (51%); desempregados (38%); reformados e inactivos (10%). De referir que o primeiro está mais afastado da UE27 do que o segundo (72% e 53%, respectivamente), e que o terceiro tipo de situação está muito próximo do valor mínimo (de novo 6%, Roménia). Os estudantes devem ser considerados em separado, pois apesar de Portugal ocupar um lugar relativo inferior, a percentagem correspondente é de 96%, dois pontos percentuais acima da UE27, e não tão distante do valor máximo de 100% (Suécia).

A aplicação do filtro educação formal merece atenção especial. Apesar de, no caso em que a educação formal é baixa ou inexistente, Portugal permanecer em pior posição, quando se trata de educação formal superior, passa a figurar em lugares percentuais mais cimeiros. A percentagem portuguesa atinge assim os 89%, um pouco acima da UE27, de 87%. Se o filtro for a educação formal média, então Portugal acompanha países como França, Reino Unido, Noruega, Finlândia, Dinamarca e Bélgica, ultrapassando a UE27 (65%, enquanto o valor português ascende aos 83%). Encontra-se de igual modo numa posição destacada entre o valor mínimo (32%, Roménia) e o valor máximo (92%, Países Baixos e Islândia).

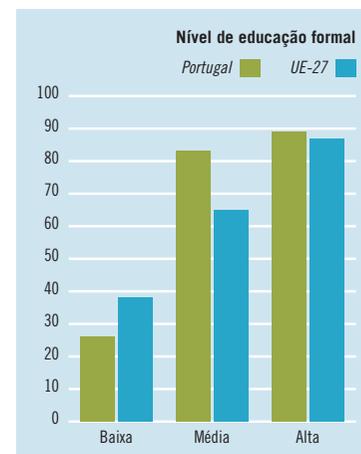
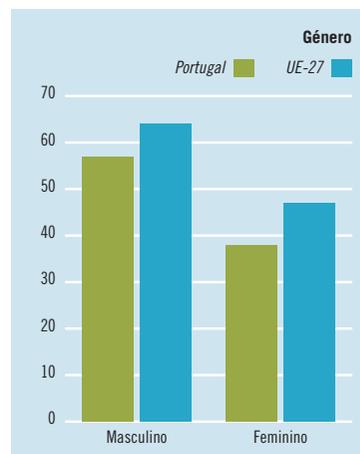
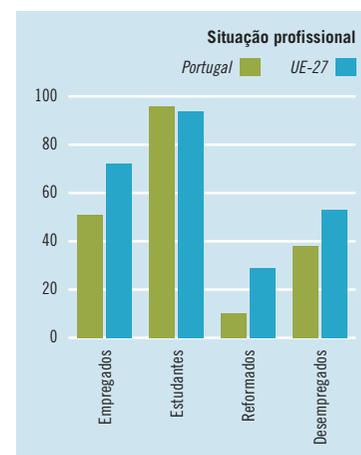
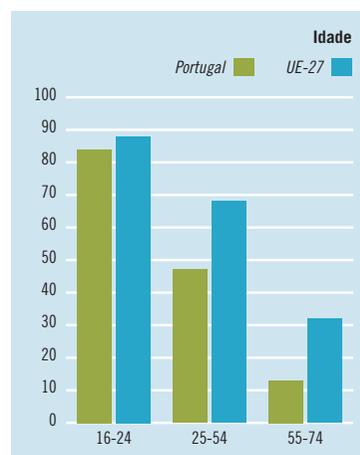
Focando quatro tipos de uso, consideremos dois usos correntes, um muito focado pelas políticas públicas e, por fim, o que tem sido o novo centro de atenção de investigadores, organizações intergovernamentais e empresas. Começamos pelo envio/recepção de *emails* e a procura de informação sobre bens ou serviços, os dois usos mais comuns. No primeiro

caso, face a uma média de 57% da UE27, a percentagem de 40% coloca Portugal numa situação desfavorável semelhante ao uso regular da Internet. O valor relativo à procura de informação sobre bens e serviços é o mesmo, de 40%; contudo, a média dos 27 países da UE é inferior, apenas 51%. O terceiro tipo de uso é a interacção com a administração pública, em que 21% de indivíduos declaram utilizar a Internet com esse fim, face a uma média da UE27 de 29% dos inquiridos. Em relação ao último tipo de uso – carregar conteúdo criado pelo próprio indivíduo num sítio *web* para ser partilhado – apenas existem dados de 2008. Portugal permanece aqui em lugares menos dianteiros, com 7% dos indivíduos. Com 21%, a Estónia assume o primeiro lugar, dez pontos acima da UE27.

Tendo em conta a análise aqui realizada da utilização da Internet declarada pelos portu-

gueses, em termos comparativos Portugal encontra-se ainda na base da tabela em pontos percentuais, apesar de se ter verificado um crescimento nos indicadores ao longo dos anos registados. Lembra-se a excepção em relação aos utilizadores com educação média ou superior que declararam utilizar a Internet com regularidade.

O desagregar de dados disponível em relação ao uso regular de Internet permite-nos tomar consciência de disparidades, não só por oposição à média europeia. Apesar de ser o indicador que destaca Portugal entre os outros países da Europa, o nível de educação formal é também o revelador da maior discrepância no interior do próprio país, apontando para uma divisão digital significativa que deixa os indivíduos com educação formal baixa ou inexistente muito afastados da restante população. ■

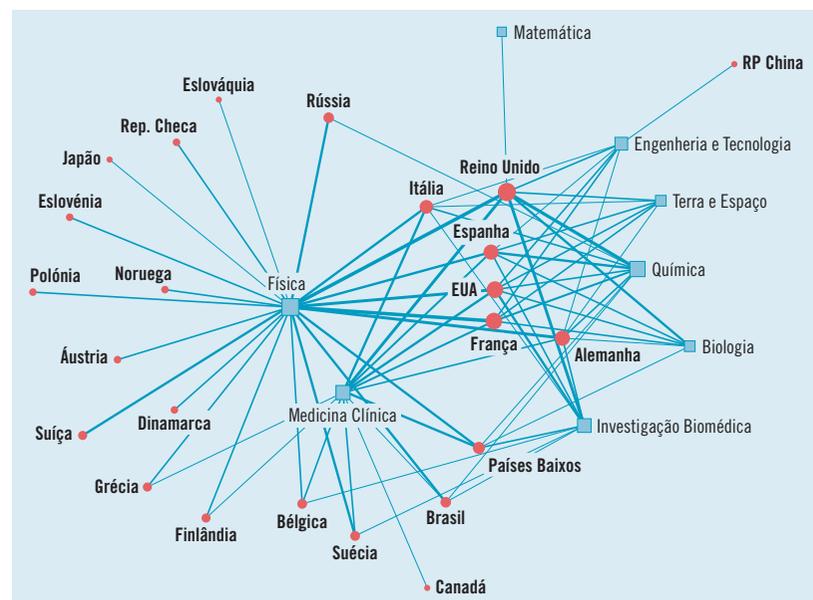


Utilização regular da internet, comparação entre Portugal e a média da UE-27 de acordo com: idade, situação profissional, género e nível de educação formal (em %). Fonte: Eurostat.

As redes do conhecimento científico

AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO e, em particular, a Internet, vieram alterar a forma e a dinâmica de fazer ciência, facilitando trocas, contactos e colaborações entre investigadores de todo o mundo. As redes do conhecimento científico podem ser vistas como relações de colaboração entre investigadores que promovem o conhecimento e a inovação. Funcionam como espaços onde ocorrem trocas de informação, partilhas de experiência, colaborações em projectos e publicações em co-autoria. As redes forjam-se através de encontros em reuniões científicas e

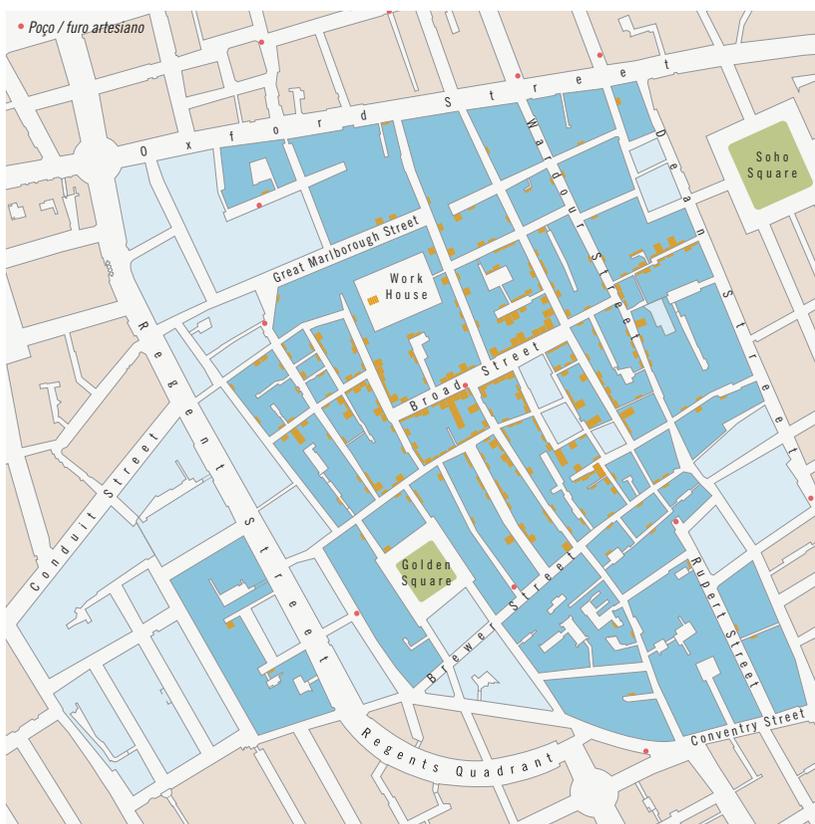
na base de interesses comuns. Não são fruto do acaso e têm regras e dinâmicas que é necessário compreender para se perceber a força do “novo colégio invisível” (Wagner, 2008). As redes do conhecimento científico podem ser em áreas temáticas ou em programas específicos ou podem ser redes alargadas com indivíduos e organizações de outros sectores. As redes do conhecimento científico são a base de grande parte da produção científica e fazem parte integral do processo de criação e de divulgação do conhecimento científico e da inovação.



Publicações portuguesas em Ciências Naturais e Exactas, Engenharias e Ciências Médicas em colaboração com mais de 100 artigos. Fonte: PATRÍCIO, M. T. — “Science Policy and the Internationalization of Research in Portugal”. In *Journal of Studies in International Education*, vol. 14, n.º 2, Maio 2010: 161-182.

SOBRE A COMUNICAÇÃO DA CÓLERA OU A CÓLERA EM REDE

Um dos primeiros e mais conhecidos mapas de uma rede com impacto sobre a saúde pública foi feito por um médico inglês em 1854. John Snow, médico e epidemiologista, quis encontrar uma explicação para a ocorrência de uma epidemia de cólera num bairro de Londres. Snow estava convencido que a tese dominante na altura, a de que a cólera se espalhava através de “mau ar” ou “ar impuro”, era incorrecta. Mas como convencer as autoridades de que tinha razão? Snow elaborou um mapa socio-espacial do local de residência das vítimas da cólera em Soho e descobriu a proximidade dos locais a um poço de água onde iam buscar água. Através do mapa, ele conseguiu demonstrar que as vítimas tinham acesso à água contaminada do poço.



Casos de cólera na epidemia de Londres de 1854. Adaptação do mapa original de John Snow.

A internacionalização do conhecimento

Cientistas sempre colaboraram com outros cientistas. Mas agora a colaboração mudou em termos de dimensão, de variedade de parceiros e internacionalizou-se radicalmente. As colaborações aumentaram entre investigadores de todo o mundo e a distância geográfica deixou de ser obstáculo. O aumento de publicações internacionais em co-autoria é o resultado destas colaborações. As redes não só permitem a colaboração dos produtores do conhecimento, como também aproximam os produtores com os utilizadores do conhecimento. As redes facilitam e permitem a transferência do conhecimento científico entre universidades, centros de investigação, laboratórios, empresas, associações, e grupos comunitários, criando novas parcerias.

Um dos aspectos mais importantes das redes do conhecimento científico são as formas de cooperação que vão desde a produção do conhecimento, à transferência e valorização económica do conhecimento. Aqui as ligações vão desde o centro de investigação ou do laboratório até à empresa que comercializa o novo produto ou a inovação e podem envolver o contributo de investigadores, professores, empresários, decisores políticos, utilizadores e *stakeholders*. A colaboração entre universidades, empresas

e governo designado como o *Triple Helix* altera relações entre as mesmas, dando origem a partilha de características (Etzkowitz, 2008). Universidades fomentam empresas *start-ups*, empresas oferecem cursos de pós-graduação em parceria com universidades. Um novo modelo de produção do conhecimento científico identifica a importância da transdisciplinaridade, da flexibilidade, de heterogeneidade e da diversidade dos contextos de produção e aplicação social (Gibbons *et al.*, 1994). Compreender as redes é fundamental para compreender as decisões das políticas em ciência e tecnologia.

Políticas científicas e redes

As colaborações e as parcerias entre universidades, laboratório e centros de investigação e empresas passaram a ser cada vez mais valorizadas e os governos introduzem políticas que encorajam estas parcerias. O Canadá iniciou um programa pioneiro de financiamento de redes de conhecimento — o *Networks of Centres of Excellence*. Há mais de vinte anos que promove a multidisciplinaridade e a colaboração entre universidades, indústria e o governo. O objectivo é promover a transferência do conhecimento das universidades para a indústria. São financiadas redes em grande escala que ligam instituições, que abragem vários sectores e promovem par-

cerias em diferentes locais geográficos. A aproximação dos centros e instituições de investigação com empresas e o poder local e regional liga a ciência e o conhecimento com a sociedade em geral.

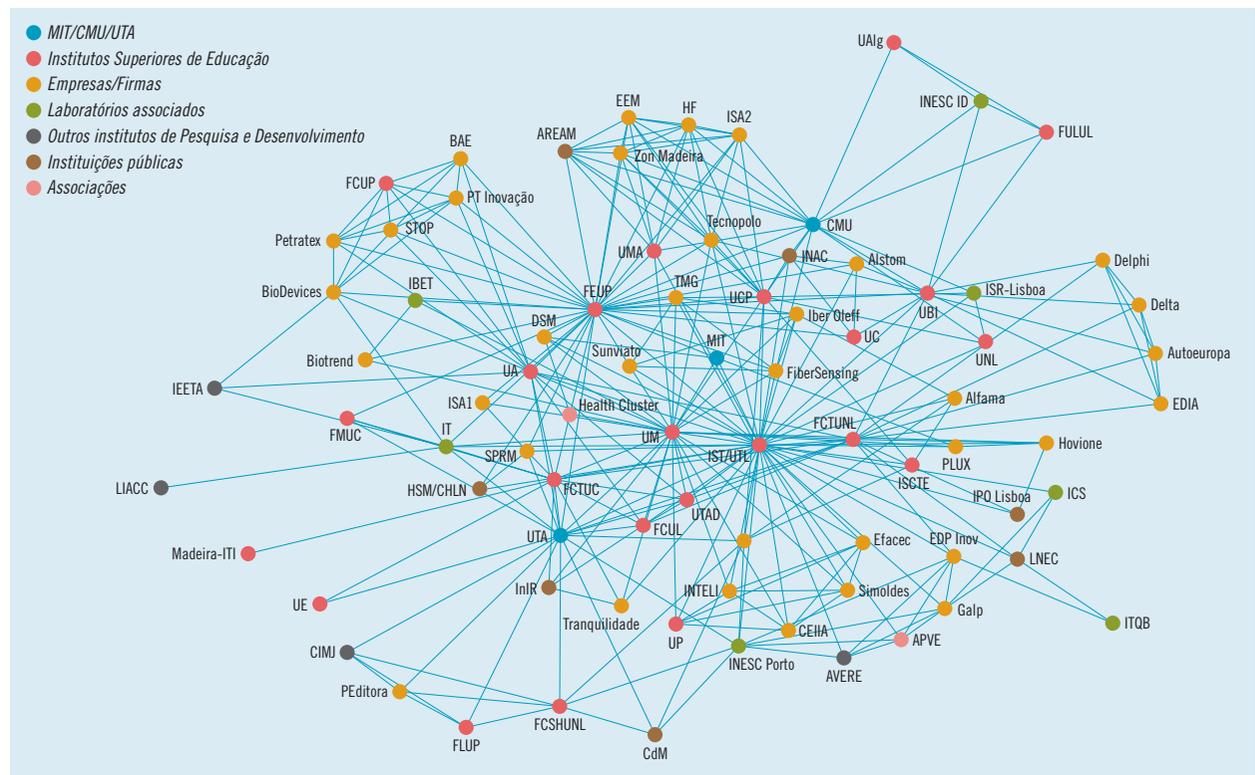
A Comissão Europeia introduziu um novo instrumento no 6.º Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2002-2006), com o objectivo de promover redes mais duráveis entre parceiros europeus. Os *Networks of Excellence* (NOE) promovem redes entre diferentes parceiros europeus por um período de 5 a 7 anos, que desenvolvem um programa de actividades de integração. Este instrumento foi reconduzido no 7.º Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento (2007-2013) e continua a funcionar como modelo para financiar as redes do conhecimento científico. Quer no caso canadiano, quer no europeu, os governos e as agências financiadoras pretendem promover redes de conhecimento científico como objectivo estratégico de contribuir para a inovação e o desenvolvimento económico.

“**As redes do conhecimento científico (...) vão continuar a atrair investigadores de todas as áreas.**”

Portugal participa em múltiplas redes e consórcios a nível europeu e internacional mas mais recentemente o Governo português veio promover uma nova rede com várias universidades americanas. O programa das parcerias internacionais com o MIT, a Carnegie Mellon, e a University of Texas, Austin (2006-07) lançaram a colaboração entre universidades, laboratórios, centros de investigação e empresas a nível do ensino, da investigação e da inovação.

A visibilidade das redes científicas

A visualização das redes científicas tem vindo a ganhar interesse pelos decisores políticos. Num *workshop* organizado pela *National Science Foundation* intitulado “A Deeper Look at the Visualization of Scientific Discovery in the Federal Context” os participantes



Parceria Portugal-MIT/CMU/UTA: a rede de projectos de pesquisa e desenvolvimento (2008). Fonte: M. Barreto, B. Gonçalves, P. Lino, F. Oliveira, I. Pedreira, N. Rodrigues, R. Santos, G. Silva, T. Patrício — *Portugal – MIT/CMU/UTA New Knowledge Configurations for Development*. Gordon Research Conference, 2010.

exploraram a utilização de novas metodologias e técnicas visuais que respondessem ao desafio de fornecer informação relevante, correcta e visualmente apelativa aos decisores políticos. Durante dois dias os investigadores debateram formas inovadoras de apresentar visualmente o percurso de descobertas científica – desde as patentes às inovações, as mudanças disciplinares e as redes de bibliometria e o seu impacto.

A bibliometria, ou o estudo das publicações, das citações e do seu impacto, tem sido uma das técnicas mais utilizadas, permitindo vários tipos de análise sobre as colaborações internacionais e disciplinares. A mais utilizada base de dados de produção científica é a *Thomson Reuters Web of Knowledge* com registos de 23 mil revistas de 256 disciplinas e a indexação das produções científicas através do *Science Citation Index* ou do *Social Science Citation Index*. As representações das publicações científicas em co-autoria é colocada em rede, onde são visíveis as aproximações e colaborações entre áreas científicas e diferentes países. A análise das redes permite caracterizar as relações, bem como analisar mudanças e dinâmicas em redes complexas e em mudança. Inglaterra,

França, Estados Unidos e Espanha aparecem como os principais parceiros.

O aperfeiçoamento de mapas e de mapas interactivos de redes do conhecimento científico feito através de algoritmos pode vir a ter várias utilidades – desde a elaboração de listas com nomes de especialistas para integrar congressos, até à identificação de novas áreas científicas para financiamento. Os *connectors*, ou os que fazem as ligações na rede, são muito importantes na identificação dos agentes e pólos de ligação. A apresentação de mapas e a sua leitura é um novo desafio para os investigadores e para influenciar os decisores de política científica.

Diferentes bases de dados abrem as possibilidades de produzir mapas a vários níveis – local, regional, nacional e global – e por várias áreas científicas.

As redes do conhecimento científico, as novas metodologias de medição da ciência e a sua visualização através de mapas cada vez mais sofisticados e interactivos vão continuar a atrair investigadores de todas as áreas. O programa norte americano *Star Metrics*, financiado pela *National Science Foundation*, pretende responder a este desafio de avaliar o impacto do financiamento na ciência

em termos de crescimento económico, emprego, conhecimento científico e bem-estar social – medido como os efeitos sobre a saúde e o impacto ambiental. Barabási, no seu livro *Linked: The New Science of Networks* (2002) defende que é possível o mapeamento de toda a interconectividade humana. É possível desenvolver mapas das redes dos contactos de empresas, da participação e influência de indivíduos em decisões políticas públicas, mapas de grupos terroristas, mapas de números de telefones ligados, enfim, de todas as redes complexas à nossa volta. ■

Referências bibliográficas

BARABÁSI, Albert-Laszlo (2002) — *Linked: The New Science of Networks*. Cambridge: Persus Books.
 ETZKOWITZ, Henry (2008) — *The Triple Helix: University-Industry-Government – Innovation in Action*. Nova Iorque: Routledge.
 GIBBONS, Michael, LIMOGES, C., NOVOTNY, H.; SCHWARTZMAN, S.; SCOTT, P. e TROW, M. (1994) — *The new production of knowledge – The dynamics of science and research in contemporary societies*. Londres: Sage Publications.
 WAGNER, Caroline (2008) — *The New Invisible College – Science for Development*. The Brookings Institution Press.

A governação da Internet

A GOVERNAÇÃO DA INTERNET pode ser definida como o desenvolvimento e aplicação pelos governos, o sector privado e a sociedade civil, no âmbito das respectivas competências e atribuições, de princípios, normas, regras, processos decisoriais e programas comuns, que regulam a evolução e utilização da Internet.

Quando se fala da governação da Internet não se pode ficar alheio ao papel fundamental de um conjunto de organizações que, à escala nacional, europeia e mundial, têm trabalhado no sentido de lidar com as matérias e problemas que daí advém. Merecem-nos aqui especial destaque o ICANN, o IGF, o ITU, o ISOC, a Comissão Europeia e, a nível nacional, as entidades responsáveis pela gestão dos ccTLD.

Porém, não se pode compreender o que é a governação da Internet, ou melhor, aquilo em que assenta o princípio de que a Internet deve ser governada, se primeiro não clarificarmos como é que esta surgiu, como evoluiu até aos dias de hoje e o muito que tem de bom, que, na nossa perspectiva, continua a sobrepor-se ao que tem de menos bom.

Depois, cumpre-nos tentar esclarecer que a governação da Internet não tem subjacentes actuações e políticas mandatórias e impositivas, parte antes de um modelo multiparticipado, onde todos os intervenientes contam. O fiel da balança será o meio-termo que está, por um lado, no imperativo de segurança e privacidade de cada um e, por outro, numa Internet livre e aberta.

A invenção técnica da Internet

As ideias que conduziram à concepção da Internet resultaram de um projecto de investigação aplicada, iniciado na década de 60, e cujo objectivo era ligar vários computadores das forças armadas dos EUA de modo a que a rede criada tivesse uma alta tolerância a falhas. Este requisito foi motivado pelo ambiente político da Guerra-Fria e tinha como finalidade garantir que, mesmo depois de uma potencial guerra em que muitos meios de comunicação e computadores desta rede fossem destruídos, os sistemas restantes pudessem continuar a comunicar e a desempenhar as suas funções de apoio às operações

logísticas militares, não obstante alguma degradação das suas funcionalidades.

Atendendo à fraca capacidade de comunicação das redes de telecomunicações que na altura existiam, a tecnologia que veio a ser desenvolvida também devia funcionar bem em ligações de baixa velocidade (à escala actual) e com uma multiplicidade de meios de comunicação como circuitos terrestres de vários tipos e ligações satélite.

Estes objectivos vieram a ser os aspectos decisivos na concepção da tecnologia que se tornou a solução central para a ligação dos principais sistemas de informação e, também, a tecnologia de comunicação que é a base da sociedade da informação neste início do século XXI.

No entanto foi, sem dúvida, a invenção da World Wide Web que veio trazer à Internet a capacidade de apresentação de informação num modo que contribuiu para a sua massificação. Veio a ser possível uma globalização no acesso à informação, que passou a estar cada vez mais sob a forma digital e que obrigou à mudança da forma como as pessoas e os agentes económicos interagem entre si e com a administração pública.

O ano de 1995 e a Internet para o grande público

O ano de 1995 marcou o início do crescimento da Internet junto do público em geral. Este crescimento não se verificou uniformemente em todos os países, havendo um crescendo de uso que teve início nos EUA e no Norte da Europa e que veio a estender-se de forma pode dizer-se generalizada às outras regiões do globo.

Desde logo houve a percepção de que a Internet poderia vir a ser muito importante como instrumento de desenvolvimento e começou a verificar-se uma preocupação sobre “quem controla a Internet”? Em especial existiam dois tipos de recursos que se tornaram ponto central de preocupação: os nomes dos domínios (*domain names*) e os endereços IP (*numbers*) usados pelos computadores da Internet.

Em relação aos nomes de domínios (como www.parlamento.pt ou www.cnn.com) verificava-se uma situação peculiar. Se os domínios

terminados com duas letras eram da responsabilidade de cada país, correspondendo já aos códigos ISO de cada país, já os domínios globais (.com, org, .net, edu) eram geridos e comercializados em regime de monopólio, conferido via contrato, por uma empresa americana, a NSI – Network Solutions International. O modo como os domínios e outros aspectos técnicos da Internet eram geridos trazia diversos problemas, dos quais realçamos os mais notórios: i) a necessidade de surgimento de mais domínios globais e genéricos, os gTLDs (Generic Top-Level Domains); ii) o Cybersquatting, apropriação abusiva de nomes de domínios e a enorme dificuldade de gerir este tipo de abuso à escala mundial; iii) a falta de competitividade mundial na comercialização dos gTLDs existentes; iv) o facto de a Internet ser dominada pela língua inglesa, renamescência técnica do código ASCII de 7 bits que inclusive não permitia a representação de todos os caracteres da língua portuguesa, mas que era muito mais grave para línguas não latinas; v) o sistema estável de distribuição dos endereços dos protocolos da Internet (endereços IP e de outros protocolos); vi) a estabilidade técnica e a segurança da infraestrutura de suporte à resolução de nomes de domínios.

A União Europeia teve a percepção da importância económica e social da Internet e encetou contactos e negociações com o Governo dos EUA que vieram, durante a administração Clinton, a desencadear uma série de movimentações políticas visando a criação de uma nova era no modo como a Internet vinha sendo gerida. Às preocupações iniciais, eminentemente técnicas, sucederam-se logo novas frentes de intervenção que analisamos de seguida.

A criação do ICANN

Após algumas tentativas falhadas para criar mecanismos adequados ao crescimento da Internet, suportado em recursos que assegurassem uma diversidade geográfica e cultural, a sua democraticidade, a sua estabilidade técnica e independência de interesses económicos, veio a ser criada a ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers). Em 25 de Novembro de 1998, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em representação do Governo dos Estados Unidos (USG), celebrou um Memorando de Enten-

dimento (MoU, Memorandum of Understanding) com a então criada ICANN. Em termos gerais, este MoU encerrava um objectivo fundamental, o de efectivar a transferência da gestão do Sistema de Nomes de Domínio (DNS – Domain Names System) para o sector privado, leia-se entidade sem fins lucrativos, libertando-o das supostas amarras do Governo dos EUA.

Depois de uma série de adendas a este MoU, só em 2006 foi assinado o Joint Project Agreement (JPA), que na prática reafirmava o conjunto de responsabilidades do ICANN no que concerne às metas inicialmente traçadas, onde se destaca o desenvolvimento de esforços no sentido de estabelecer a concorrência nos serviços de registo de nomes de domínio para gTLDs (Generic Top Level Domain System), incluindo a implementação de novos TLDs (Top Level Domains – Domínios de Alto Nível); a implementação de uma política para Resolução de Disputas e litígios no âmbito do processo de registo de TLD's (Uniform Domain Name Dispute Resolution Policy), o estabelecimento de acordos formais com as entidades responsáveis pela gestão dos diferentes TLD's; a implementação de uma estratégia financeira capaz de garantir a sustentabilidade da própria organização, e, com especial enfoque, a gestão técnica do DNS, onde o ICANN opera em conjunto com a IANA (Internet Assigned Numbers Authority).

Em Junho de 2009 Viviane Reding, então comissária europeia para a Sociedade da Informação e os Média, afirmou: “A Internet Corporation for Assigned Names and Numbers está a chegar a um marco histórico no seu desenvolvimento. Irá tornar-se uma organização plenamente independente e responsável perante a comunidade mundial da Internet? É o que os europeus esperam e é o que vamos defender. Convido os Estados Unidos a trabalharem em conjunto com a União Europeia nesse sentido”.

Volidos onze anos sobre o início do processo, é assinado, a 30 de Setembro de 2009, o Affirmation of Commitments (AoC). Nesta data, tida como histórica no âmbito da governação da Internet, são formalizados vários princípios: a gestão da Internet deve caber a uma entidade privada sem fins lucrativos, seguindo o modelo “*bottom up*”, a estrutura *multistakeholder*, aberta, transparente e independente. Este conjunto de

prerrogativas foi deixado de forma explícita e indubitável à ICANN.

Hoje a ICANN afirma-se como uma instituição virada para o futuro e capaz de abraçar os desafios formalizados no AoC, nela estando representadas entidades públicas e privadas, governos e agências governamentais, empresas, comunidade técnica da Internet, fornecedores de serviços de Internet, *registrars*, *registries*, *registrants*, e a própria sociedade civil.

A ICANN assenta pois num modelo de governação global e aberta em rede que procura um equilíbrio entre os vários interesses para a gestão de diversos aspectos técnicos ligados à gestão da Internet.

Em termos de estrutura orgânica, e numa macro perspectiva, a ICANN está organizada da seguinte forma: o Board e o seu presidente, diversas organizações de suporte (SO – Supporting Organizations) e a estrutura operacional dirigida por um CEO. O Board tem os seus elementos eleitos por regiões geográficas e com base em mandatos com duração de um, dois e três anos com a finalidade de assegurar a maior representatividade e diversidade possível. As regiões geográficas são: África, América do Norte, América Latina e Caraíbas, Ásia e Europa.

Se bem que se reconheça que muitos dos aspectos da Internet são do interesse público, o papel dos governos é tratado pela ICANN de um modo particular e inovador, com todos os aspectos polémicos a isso associados. Há um órgão de aconselhamento, o GAC (Government Advisory Committee) que prepara as linhas de orientação e os pareceres que são levados em consideração pelo Board no seu processo de tomada de decisão. Estes pareceres são elaborados por iniciativa própria ou a pedido do presidente do ICANN. Refira-se que no AoC foi claramente reforçado o papel do GAC no processo decisional, não só a nível político e estratégico, como também na própria coordenação técnica do DNS.

Relativamente às organizações de suporte destacamos: o CCNSO (Country Code Name Supporting Organization), o GNSO (Global Names Supporting Organization), o ASO (Address Supporting Organization) e a At-Large. At-Large é a designação atribuída àqueles que procuram representar os utilizadores individuais da Internet à escala global e que procuram dar o seu contributo na formulação das linhas políticas da ICANN.

A agenda do ICANN, materializada com as contribuições das suas diferentes organizações de suporte, centra-se neste momento na segurança e estabilidade da Internet – DNS-SEC e eCrime –, no lançamento dos novos gTLD's; nos IDN's para os ccTLD's e gTLD's; na transição do IPv4 para o IPv6 e nas questões relativas ao sistema WHOIS.

“
Os anos de 1995 a 2000 vieram a confirmar a relevância da Internet como instrumento de desenvolvimento.
 ”

Como se disse, a actuação da ICANN tem sido diversa, embora sempre orientada em linhas de intervenção mais fortes, das quais destacamos: internacionalização da gestão e operação técnica da Internet, equidade de representação das várias zonas geográficas e a segurança e estabilidade da infraestrutura central da Internet.

Os desafios globais

Os anos de 1995 a 2000 vieram a confirmar a relevância da Internet como instrumento de desenvolvimento. Também houve a percepção de que havia muitos assuntos a discutir para além dos aspectos técnicos globais que o ICANN tinha começado a tratar e muitos desafios para um mundo que se estava a tornar cada vez mais global.

A WSIS – World Summit on the Information Society é uma iniciativa das Nações Unidas, organizada em torno de duas conferências que tiveram lugar em 2003 (Genebra) e 2005 (Túnis) com o objectivo central de ultrapassar o fosso digital entre países ricos e países pobres, e ver como a sociedade da informação pode ser um instrumento central de desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

A Declaração de Princípios de Genebra e o Plano de Acção (*site* ITU) foram os primeiros documentos que permitiram identificar as linhas mestras que a comunidade mundial classificou como relevantes. Os documentos que vieram a ser aprovados em Túnis, o Compromisso de Túnis e, em especial, a Agenda

de Túnis para a Sociedade da Informação, vieram definir uma série de objectivos e caminhos para os atingir. Não é possível, no contexto deste documento, descrever a diversidade e abrangência dos objectivos identificados, até porque, face à natureza e diversidade cultural das comunidades envolvidas, alguns deles acabam por ser mais declarações de boas intenções do que medidas concretas que possam ser acompanhadas à escala global.

Queremos salientar, todavia, que há um reconhecimento geral de que se entrou na era da Sociedade da Informação e que este facto traz oportunidades enormes, em especial para os países em desenvolvimento. Mas traz para primeiro plano uma série de desafios já antigos que é preciso ultrapassar, em especial os relacionados com as infraestruturas de comunicações e com a formação das pessoas, para contrariar o fosso digital. É dada especial ênfase ao esforço que deve ser feito para integrar grupos que tradicionalmente têm sido excluídos quando há rupturas de paradigma como as mulheres, os idosos, os migrantes, os portadores de deficiência, até porque há a convicção, que estes grupos podem ser os que mais podem beneficiar com a Sociedade da Informação.

Nos Princípios Chave da Agenda de Túnis podemos salientar o seguinte: aposta num modelo *multi-stakeholder* para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, pelo reconhecimento do papel crucial do sector privado na disponibilização das infraestruturas, no papel dos média numa sociedade baseada no conhecimento, na necessidade de uma maior cooperação entre entidades públicas e privadas para defrontar o facto de os problemas de segurança serem globais e críticos para que os utilizadores tenham confiança no uso da Internet e nas tecnologias da informação.

Este modelo *multi-stakeholder* preconiza uma colaboração, intervenção e partilha de responsabilidades entre governos, o sector privado nas suas várias dimensões, a sociedade civil, onde as ONG tem um papel chave e os cidadãos.

O acesso à informação e ao conhecimento, a capacitação das pessoas para a sociedade da informação, a criação de ambientes seguros e confiáveis, a protecção dos direitos de propriedade intelectual, a necessidade de investir na investigação e no desenvolvimen-

to, a possibilidade de uso das TIC em novos sectores como o da saúde, mesmo praticada à distância, a preservação da multiculturalidade da Internet, o seu uso para a preservação do património cultural, são alguns dos muitos exemplos referidos na Agenda de Túnis como podendo contribuir para o desenvolvimento.

Após 2005 a Agenda de Túnis tem sido acompanhada, numa base anual através de um encontro, o IGF (Internet Governance Forum) que, até agora, teve reuniões anuais em Atenas (2006), Rio de Janeiro (2007), Hyderabad (2008) e Sharm-el-Sheik (2009) e Vilnius (2010). O IGF, cujo mandato acabou em 2010, poderá prosseguir a sua agenda até 2015. No entanto, cumpre destacar os trabalhos e reflexões já realizados no âmbito, por exemplo, do cibercrime, da privacidade, da liberdade de expressão, dos recursos mais críticos da Internet. Um outro aspecto crucial, para muitas regiões do globo, é o do acesso à sociedade da informação. Quer pelo custo ou pela escassez de infraestruturas, nota-se que há milhões de pessoas no Mundo que estão privadas do acesso à sociedade da informação. Assim, uma das linhas de maior esforço, mas também das mais complicadas de resolver, é o do acesso à infraestrutura de comunicações, que está intimamente ligado aos passos seguintes que são o acesso aos equipamentos (computadores ou dispositivos análogos) e o da literacia para o mundo digital. ■

Lista de Acrónimos

- ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers
- gTLD – Generic Top-Level Domain
- ccTLD – Country Code Top-Level Domain
- ITU – International Telecommunications Union
- ISOC – Internet Society
- IGF – Internet Governance Forum
- EuroDIG – European Dialogue on Internet Governance
- IPv4 – Internet Protocol Version 4
- IPv6 – Internet Protocol Version 6

Este texto está publicado, na íntegra, na revista JANUS. NET, e-journal of International Relations, Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010). Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art6

A Internet e as novas dimensões legais

NA EUROPA TAMBÉM EXISTE, de igual modo, uma crescente atenção para os problemas na área da governação da Internet. A Europa será, quiçá, a região do globo onde há uma maior estruturação do pensamento nesta área. Foi criado um fórum de discussão destes temas, o EuroDIG (European Dialogue on Internet Governance), onde se estudam e discutem os desafios presentes e futuros que a Internet está a trazer para a agenda da sociedade europeia.

Alguns aspectos Legais da rede global

A constatação do poder e do crescimento da Internet levou à suposta necessidade da sua governação. Quando se fala de governação, a lei é de imediato chamada à colação, seguem-se os órgãos de polícia criminal e, em última instância, os tribunais. Nesta matéria identificam-se duas posições opostas: por um lado a que defende que a governação da Internet é um imperativo de segurança, sendo que esta só existe se houver regulação e se houver controlo sancionatório. Por outro lado, a posição que defende que a governação é contranatura, assumindo-se mesmo, na vertente mais radical, como um meio de censura à própria Internet. Entre nós a posição dominante é hoje a da governação mínima que concilie a liberdade de cada um com a necessária privacidade, segurança e respeito pelos direitos, liberdades e garantias de cada um e de terceiros.

A protecção dos dados pessoais, a defesa dos direitos de propriedade intelectual e direitos conexos, a luta contra a cibercriminalidade, a protecção dos menores a quem é reconhecida especial debilidade no âmbito da utilização diária dos recursos da rede, em particular as redes sociais, os direitos dos consumidores em geral, os eventuais constrangimentos no acesso comercial aos serviços Internet e a respectiva regulação pelas autoridades competentes em cada país, são algumas das pedras de toque quando se aborda os aspectos legais da Internet.

No domínio da Internet as fronteiras esbatem-se ou simplesmente desaparecem,

e nem sempre o direito internacional tem respostas para as questões que se levantam. Acresce o facto de a nível nacional não haver lei específica ou, havendo-a, poderem levantar-se dúvidas sobre a sua aplicação.

Ao nível da protecção dos dados pessoais, a Comissão Nacional de Protecção de Dados, enquanto entidade nacional de controlo dos dados pessoais, tem lançado várias campanhas de sensibilização tendo em vista alertar o público em geral para o perigo da circulação de dados pessoais na Internet. O regime jurídico aplicável nesta sede limita a possibilidade de tratamento de dados a duas situações concretas: as que resultam da lei e aquelas que advêm do consentimento livre, informado e expresso de cada um. Fora destas situações ficamos num terreno lodoso que merece e se espera ter tutela jurídica. Ora, aqui a indefinição surge quando, por exemplo, o sistema jurídico aplicável é o de um país onde pode simplesmente não haver lei que regule o tratamento de dados pessoais; veja-se o caso dos Estados Unidos da América, onde prevalece um puro modelo de mera “accountability” em detrimento da protecção dos dados pessoais, como a temos hoje em países como Portugal e como a Alemanha.

Em 1991, através da Lei n.º 109/91, de 17 de Agosto, foi publicada a Lei da Criminalidade Informática (LCI); esta lei inspirou-se na Recomendação 89/9 do Conselho Europeu, tendo adoptado a lista facultativa dos tipos criminais constantes daquela Recomendação, a título de exemplo: falsidade informática; dano relativo a dados ou programas informáticos; sabotagem informática; acesso ilegítimo; interceptação ilegítima e reprodução ilegítima de programa protegido. As molduras penais dos crimes de base iam entre pena de multa a pena de prisão até três anos, com excepção dos casos em que os crimes eram qualificados, podendo a pena ir até 10 anos (na sabotagem informática). A Lei da Criminalidade Informática previa ainda a responsabilidade criminal das pessoas colectivas que pratiquem estes crimes (e diversas penas acessórias), isto é, pelos crimes respondem os administradores

das empresas, mas também as próprias empresas. Mas a lei nacional não se ficava por aqui e o Código Penal fixava o regime jurídico da burla informática, onde, diga-se, ao contrário da LCI, não há a responsabilidade da pessoa colectiva.

Entretanto, a 23 de Novembro de 2001 Portugal aderiu à Convenção do Cibercrime, a qual tinha como principal meta a harmonização das legislações nacionais dos Estados-membros da União Europeia em matéria de criminalidade cometida por estes meios, bem como facilitar a cooperação internacional e as investigações de natureza criminal.

“**No domínio da Internet as fronteiras esbatem-se, ou simplesmente desaparecem, e nem sempre o direito internacional tem respostas para as questões que se levantam.**”

A 15 de Setembro de 2009 foi publicada a Lei n.º 109/2009, também denominada Lei do Cibercrime. Esta nova lei estabelece as disposições penais materiais e processuais, bem como as disposições relativas à cooperação internacional em matéria penal, relativas ao domínio do cibercrime e da recolha de prova em suporte electrónico, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 24 de Fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adaptando o direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa. É pois revogada a Lei da Criminalidade Informática, que já tinha atingido a maioria. Simultaneamente com a publicação da Lei do Cibercrime, foram no mesmo dia aprovadas e ratificadas a Convenção sobre o Cibercrime (passados oito anos) e o Protocolo Adicional à Convenção sobre o Cibercrime Relativo à Incriminação de Actos de Natureza Racista e Xenófoba Praticados através de Sistemas Informáticos, adoptado em Estrasburgo em 28 de Janeiro de 2003. Esta lei concretiza aquilo a que Portugal se obrigou no âmbito da convenção do cibercrime. Trata-se de um instrumento de cooperação internacional, já que se prevê que

mais de 40 países possam adoptar um regime legal similar no domínio do cibercrime e da recolha de prova em suporte electrónico, em matéria relativa a ataques contra sistemas de informação.

O que esta lei traz de novo é, nomeadamente, a tipificação de novos crimes que visam fazer face a novos paradigmas como a Internet, por exemplo o crime de “phishing”; o facto da mera propagação de vírus informáticos passar a ser punida, mesmo sem haver danos informáticos; a possibilidade de o tribunal decretar a perda a favor do Estado dos objectos, equipamentos ou dispositivos que tiverem servido para a prática dos crimes nela tipificados. Trata-se de uma lei aplicável aos crimes informáticos, àqueles que sejam cometidos electronicamente e, ainda aos ilícitos cuja prova esteja guardada em suporte digital. Mas, reforçando tudo aquilo que já tivemos oportunidade de expor acima, esta lei vem de forma expressa e inequívoca salientar e formalizar o papel da cooperação internacional. Fá-lo ao longo de seis artigos onde são estabelecidas as formas e meios com as quais as autoridades nacionais competentes cooperam com as suas congéneres internacionais. Mais ainda, prevê-se a preservação e revelação expedita de dados informáticos para efeitos de investigação criminal, fixando-se prazos rigorosos para a salvaguarda dos mesmos. Neste campo a cooperação vai assim para além dos operadores da justiça, abrangendo os prestadores de serviços de comunicações electrónicas. Por fim, a título de regime geral aplicável prevê-se que em tudo o que não contrarie o disposto na lei da cibercriminalidade, aplicam-se aos crimes, medidas processuais e cooperação, as disposições do Código Penal, do Código do Processo Penal e da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto. Reforça-se por fim o facto de o tratamento de dados pessoais, a que acima já fizemos menção, se dever regular pelos termos do disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

Em suma, dizer que hoje o legislador está de costas voltadas para a Internet é fazer letra morta do quadro legal vigente. Resta a questão da morosidade na aplicação da justiça; essa sim, continua a ser incontornável.

Não sendo possível aqui explorar exhaustivamente todo o referido quadro legal, não podemos ainda deixar de fazer menção a algumas das disposições da lei fundamental:

a Constituição da República Portuguesa. Ao longo de todo o seu articulado encontramos disposições como o artigo 35.º e o artigo 37.º. O n.º 6 do artigo 35.º dispõe que “A todos é garantido livre acesso às redes informáticas de uso público (...)”, o artigo 37.º estabelece na sua epígrafe a liberdade de expressão e informação, e concretiza na sua redacção que todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento, por qualquer meio, sem impedimentos nem discriminações. Sabendo nós que, como regra, as normas legais não podem prevalecer sobre os princípios fundamentais do Estado de Direito democrático protegidos pela Constituição, facilmente entendemos a dicotomia segurança/liberdade e a necessidade de balancear estes valores quando falamos em governação da Internet.

Já tivemos oportunidade de identificar o papel que determinadas entidades têm em matéria de governação da Internet, destacamos oportunamente a intervenção dos “registries” nacionais a quem cabe a responsabilidade pela gestão do ccTLD de cada país. Assim sendo, cumpre-nos fazer uma breve análise do que em Portugal se tem feito a este propósito.

O registo de nomes de domínio em Portugal

De 1991 a 1996 o registo de nomes de domínio sob .PT baseava-se numa análise meramente técnica. Com a evolução do número de registos, surgem em 1996 as primeiras regras para registo de domínios sob .PT, ainda muito incipientes e adaptadas às necessidades da época, cuja principal preocupação era o combate ao *cybersquatting*.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/97, de 5 de Maio, veio clarificar, na ordem jurídica portuguesa, os termos e abrangência da responsabilidade e papel da FCCN e remeteu para o ministro da Ciência e da Tecnologia a competência para “dirimir todas as divergências que possam vir a existir entre a FCCN e os requerentes ou beneficiários dos domínios ou subdomínios Internet específicos de Portugal.”

É então criado o Conselho Consultivo do DNS de .PT, órgão com funções de consulta composto por entidades de reconhecido mérito na área da Internet, da propriedade intelectual e industrial e das telecomunica-

ções e que são sempre chamadas a propor e dar parecer sobre alterações ao regulamento aplicável. Este órgão acaba por ser o exemplo do modelo hoje entendido como sendo a base de uma “boa” governação da Internet, já que tem uma composição *multistakeholder* onde estão representadas entidades como o INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO; a ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, a Direcção Geral do consumidor, a APREGI – Associação de Prestadores de Registos de Domínios e Alojamento, assim como entidades de reconhecido mérito na área da Internet.

Com a consciencialização do impacto da Internet e do valor jurídico e económico dos nomes de domínio nos finais dos anos 90, a FCCN, enquanto Registry de .PT, publica um novo regulamento com o objectivo de facilitar e acomodar os registos sob .PT consoante a actividade e público-alvo dos mesmos, sendo então criados os seguintes classificadores: .org.pt, .publ.pt, .gov.pt, .net.pt, .nome.pt, .int.pt, .edu.pt, .com.pt (este último sem restrições ao registo, flexibilizando assim o acesso ao registo de nomes de domínio, o que veio a verificar-se, tornando-se este classificador a primeira escolha logo abaixo do registo directamente sob .PT).

Em 2003 são de novo revistas as regras de registo de nomes de domínio de .PT, destacando-se então a introdução de um sistema de arbitragem na resolução de litígios no âmbito dos nomes de domínio, a abolição de algumas proibições e a redução do preço de submissão e manutenção de domínios, medidas que favoreceram o aumento do número de registos sob o TLD .PT. Nova alteração em 2006, que acaba por consolidar um conjunto de princípios: a prossecução de uma política que visa evitar o registo especulativo e abusivo de nomes de domínios sob .PT, conforme com as melhores práticas, incluindo as recomendações da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI); a utilização de uma política de resolução extrajudicial de litígios – processo de arbitragem; a possibilidade de registo de nomes de domínios/subdomínios com caracteres especiais do alfabeto português; a correcta configuração e operação do servidor primário da zona DNS PT, e a assunção prioritária

da segurança nessa operação com a implementação das extensões DNSSEC. Desde o dia 1 de Julho de 2010, encontra-se em vigor o novo regulamento de registo de domínios de .pt marcado pela maior flexibilização dos subdomínios .com.pt e .org.pt, mais segurança para o .pt, e adopção formal do centro de arbitragem ARBITRARE para a resolução de conflitos nessa área

Notas Finais

A promoção da sociedade digital é uma das bandeiras da Estratégia Europa 2020, lançada no passado mês de Março pela Comissão Europeia (CE). Nesse seguimento, foi publicada pela CE, no passado dia 19 de Maio, a Agenda Digital que, no seu todo, prevê 100 medidas, com um calendário de aplicação que vai até 2015. A Agenda está dividida em sete domínios prioritários que passam pela

criação de um mercado único digital, maior interoperabilidade, reforço da confiança na Internet e da sua segurança e o acesso muito mais rápido à Internet para todos os cidadãos.

O papel crescente que a Internet tem na nossa sociedade tem levado a um maior envolvimento dos governos nos diversos aspectos desta rede. Se alguns governos se preocupam sobre o impacto económico e social da rede, do seu uso como instrumento de desenvolvimento e democraticidade, outros procuram controlar a rede para evitar que esta seja usada para fins políticos contrários aos seus interesses. É neste mundo de enorme diversidade que o problema da governação da Internet se move, procurando seguir abogadens inovadoras e que garantam um crescente uso da rede com segurança, estabilidade e abrangência universal. ■

Lista de Acrónimos

ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers
gTLD – Generic Top-Level Domain
ccTLD – Country Code Top-Level Domain
ITU – International Telecommunications Union
ISOC – Internet Society
IGF – Internet Governance Forum
EuroDIG – European Dialogue on Internet Governance
IPv4 – Internet Protocol Version 4
IPv6 – Internet Protocol Version 6

Este texto está publicado, na íntegra, na revista JANUS. NET, e-journal of International Relations, Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010). Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art6

O tsunami digital ainda mal começou

SE HOUVESSE ALGUMA DÚVIDA sobre a importância crescente da economia digital e sobre o papel central que os média digitais já ocupam na vida dos cidadãos, bastaria consultar os indicadores de crescimento dos últimos anos e dos últimos meses para compreender que a deslocação para o mundo digital é uma vaga de fundo imparável.

Apesar da crise, da ansiedade perante o futuro, do receio de recessão, os média digitais continuam a mostrar uma evolução invejável e vão continuar nesse caminho até 2014. Essa é uma das conclusões do relatório “World Digital Média Trends 2010” da World Association of Newspapers and News Publishers (WAN-IFRA), que constitui uma das referências na área. Entretanto, enquanto o digital cresceu, os média tradicionais (jornais em papel, TV) continuaram a perder terreno ou a estagnar – e as médias mundiais não são piores porque o crescimento destes meios na Ásia e na América Latina compensa em parte o seu decréscimo nos EUA e na Europa.

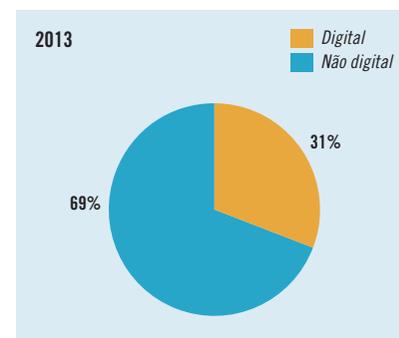
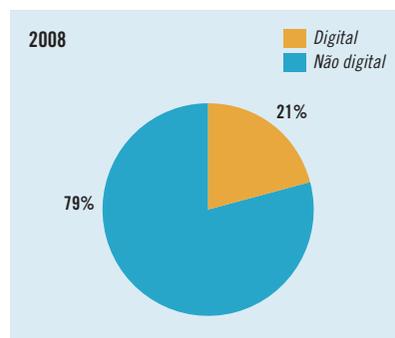
A União Internacional de Telecomunicações anunciou que, antes do final do ano de 2010, seria atingida a marca dos dois mil milhões de utilizadores da Internet, o dobro do que havia em 2005, um terço da população mundial. E esta maré de gente está a voltar-se em massa para os consumos digitais. Desses dois mil milhões há 1200 milhões que estão nos países em desenvolvimento, mas o número esconde uma profunda desigualdade: enquanto nos países desenvolvidos 71% da população tem acesso à Web, isso só acontece com 21% da população dos países em desenvolvimento e menos de 10% dos africanos (UIT, 2010). Mas quando não é travada por debilidades estru-

turais profundas, a migração para o digital mostra um ímpeto ilustrado pelas taxas de crescimento da Internet nos países do Leste europeu: de 2000 a 2010 a Internet na Rússia cresceu 1800%, na Ucrânia 7500%, na República Checa 570% (Internet World Stats, 2010). A violência do nivelamento é indicador do baixo ponto de partida mas a enxurrada é também um sinal da sofreguidão das empresas, dos cidadãos e das instituições pelo *online*.

A maturidade do mercado *online*

É no mercado dos média, com um valor global de 1.320.000 milhões de dólares em 2009, que se encontram os exemplos mais gritantes da migração para o digital. No período de 2005 a 2014, as maiores taxas de crescimento vão pertencer à publicidade *online* (11,4% de crescimento por ano), aos jogos de computador (10,6%) e ao acesso à Internet (9%). Os jornais em papel, que representavam um mercado de 179.000 milhões em 2005, deverão descer para 160.000 milhões em 2014 – o que vai significar uma perda do primeiro lugar neste mercado, que vai passar a ser ocupado pelo acesso à Internet. A TV também sobe, tanto as assinaturas como a publicidade, mas há cada vez mais TV a ser vista através do computador ou do telemóvel e cada vez menos a ser vista no televisor, uma evolução que é visível principalmente nas camadas mais jovens (“Beyond Content”, IBM Institute for Business Value, 2010).

Se considerarmos apenas o mercado mundial da publicidade, a TV vai continuar a ocupar o primeiro lugar por mais uns anos, mas o segundo lugar, que pertencia aos jornais, vai passar a ser ocupado pela Internet (que passa



Migração digital da despesa global em Entretenimento e Marketing (2008-2013).
Fonte: PricewaterhouseCoopers LLP, Wilkofsky Gruen Associates © WAN-IFRA 2010.

de 25.800 milhões de dólares de vendas em 2005 para 103.000 milhões em 2014).

Globalmente, de 2008 para 2013, a fatia do mercado mundial do entretenimento e do marketing que vai ser digital vai passar de 21% para 31% (WAN-IFRA). Lembrem-se daqueles que menosprezavam as elevadas taxas de crescimento dos mercados digitais por incidirem sobre números muito baixos? O ano de 2010 fica na história como o ano em que essas vozes se calam. É possível continuar a desfiar números destes ao longo de milhares de páginas e o sentido é sempre o mesmo. Não há uma área onde o *online* não cresça, quase sempre com taxas de dois dígitos. E a tendência continua até onde a vista alcança.

Um mercado definido por novos protagonistas

O panorama mediático que esta migração digital desenha não é fácil de aceitar para os jornais em papel, que perdem leitores, vendas e publicidade em favor do *online* e que se lançam numa vertente suicida de redução de custos. E não é fácil de perceber para ninguém. A revolução do *online* destruiu modelos de negócio bem estabelecidos – como o dos jornais em papel – e ainda não se sabe que modelos os vão substituir. E muitas empresas não sabem se conseguirão sobreviver ao novo ecossistema. Mas é inegável que os média digitais fervilham de inovação e estão a marcar o ritmo do mundo.

Uma das características desta mudança vertiginosa é que ela é, em grande medida, de base tecnológica, mas tem a ver, antes de mais, com a forma como essa tecnologia é apropriada pelos consumidores. Os SMS ou a explosão das redes sociais são exemplos óbvios.

Um dos factores mais inesperados é que a mudança tem sido liderada por novos actores, que não pertenciam aos média tradicionais e que se apoderaram de um papel que os

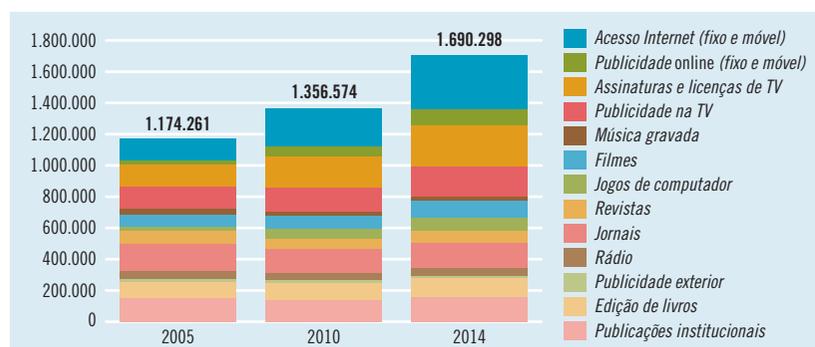
média supunham seu para sempre. Os fabricantes de equipamentos (computadores, *tablet PC*, telemóveis, *smartphones*, *e-readers*) são uma das forças motrizes, influenciando a acção dos produtores de conteúdo clássicos e absorvendo uma parte de leão das receitas (veja-se o caso do iPhone, Kindle ou iPad). Outro exemplo: o consumo de média passa hoje em grande medida por *sites* que não são produtores tradicionais de média mas que passaram a ser as fontes preferidas dos consumidores de notícias. Nos EUA, a maioria dos consumidores (57%) diz preferir a Internet para ler as notícias, mas destes apenas 8% escolhem jornais *online* para o fazer. A maioria dos restantes prefere um agregador de notícias como o Google ou o Yahoo.

Todas as faixas etárias estão *online*

Apesar da confusão, porém, há tendências claras.

Uma das coisas que é clara é que a migração digital está a acelerar, porque os utilizadores mais velhos também estão a migrar e mais depressa do que se esperava. O *online* não é só dos jovens com menos de 25, como supunha o preconceito – ainda que esses tenham aí uma posição de liderança. Um dos problemas é que os média tradicionais vão ter de deixar de contar com as receitas dos clientes mais conservadores, que esperavam que pudessem alimentar o negócio nos moldes de antigamente ainda durante uns anos.

Outra tendência forte é a adesão ao telemóvel e outros dispositivos *wireless* para acesso à Web. No final de 2010 havia 5300 milhões de telefones celulares no mundo e destes 940 milhões tinham acesso à Internet. Os europeus já passam mais tempo a navegar na Web através de dispositivos móveis (6,4 horas por semana) que a ler jornais (4,8 horas) ou revistas (4,1 horas). Há neste momento 121 milhões de utilizadores com acesso a banda



Mercado global de Entretenimento e Média por segmento (2005, 2010 e 2014, em milhões de dólares).
Fonte: PricewaterhouseCoopers LLP, Wilkofsky Gruen Associates © WAN-IFRA 2010.

larga *wireless* na Europa e 71 milhões que acedem à Internet através do seu telemóvel pelo menos durante uma hora por dia. Na Turquia há até mais pessoas a aceder à Internet através do seu móvel que do seu PC: 21% contra 20% (European Interactive Advertising Association, 2010).

“ A revolução do *online* destruiu modelos de negócio bem estabelecidos – como o dos jornais em papel – e ainda não se sabe que modelos os vão substituir. ”

O êxito de dispositivos como o iPad, concebidos especialmente para o consumo móvel de *online* (a Apple vendeu 7,5 milhões de iPads de Abril a Setembro de 2010) vem reforçar a convicção de que estes produtos se irão tornar de facto produtos de massa, com um enorme efeito dinamizador no mercado. Ainda que o seu preço relativamente elevado seja um obstáculo, praticamente “toda a gente” (73% dos que conhecem o aparelho) afirma que gostaria de comprar um nos próximos três anos (The Boston Consulting Group, 2010).

Sempre ligados e habituados a escolher

Que consumidores são estes? O que querem? O que estão dispostos a comprar? Para já, podemos dizer que os consumidores estão a ficar habituados a estar sempre ligados (*always on*) e essa exigência vai ser generalizada. Para além disso, estão cada vez mais habituados a escolher o que querem e quando querem (*on demand*), como sempre fizeram na Web, e não a ver o que passa na TV. Assistimos a uma nítida deslocação do poder dos produtores para os consumidores, pela simples razão de que a oferta é imensa e converge numa mesma rede que pode ser acedida através de virtualmente qualquer dispositivo. Se uma oferta não estiver alinhada (em conteúdo, preço, acessibilidade) com os desejos, gostos e necessidades do consumidor, este encontra facilmente ao lado quem consiga captar a sua atenção.

A facilidade com que os consumidores substituem um serviço por outro não é estranha ao facto de que hoje consumimos um *remix* de serviços *online*, mantendo uma menor fi-

delidade em relação a cada um deles. Já não lemos um só jornal, nem vemos um só canal de TV nem pertencemos a uma só rede social. Não é por acaso que os motores de pesquisa se tornaram a principal porta de entrada na Web: estamos sempre à procura e sempre dispostos a encontrar melhor. E a facilidade de transferência para outro fornecedor é um dos nossos critérios fundamentais de escolha.

Fazer negócio com conteúdos grátis?

Apesar do crescimento dos *mídia* digitais, isso não fez desaparecer os problemas do sector, a meio caminho entre dois mundos. Ainda vivemos a crise dos modelos de negócio do passado e muitos negócios ainda não encontraram as soluções que funcionam na Web (ver “Os modelos de negócio”).

Estes novos consumidores *online* – nós! – são em geral muito relutantes em pagar conteúdos, ainda que aceitem fazê-lo quando valorizam o produto – como demonstram os milhões de aplicações pagas vendidas para o iPad, muitas delas envolvendo o acesso a conteúdos de jornais e revistas. Por outro lado, mais de metade dos proprietários de dispositivos móveis de acesso à Internet está receptivo à ideia de ter de ver publicidade se em troca puder beneficiar de acesso grátis aos conteúdos que lhe interessam (The Nielsen Company, 2010). Um outro estudo refere mesmo que mais de metade dos utilizadores se mostra disposto a fornecer dados pessoais que interessam às empresas em troca de acesso gratuito a conteúdos (IBM Institute for Business Value, 2010), confirmando uma despreocupação com a defesa dos dados privados que faz salivar as empresas de *marketing* mas que preocupa os activistas dos direitos humanos.

Em rede, a caminho e em grupo

Outra tendência recente mas que se reforça a olhos vistos é a explosão do uso das redes sociais através de dispositivos móveis. Já tínhamos dado pela revolução das redes sociais, mas agora elas estão nos telemóveis, nos *tablet PC* e em todo o lado. Não basta estar sempre ligado, é preciso estar sempre ligado a toda a gente. O Facebook já ultrapassou os 517 milhões de utilizadores e o Twitter os 100 milhões. E há milhares de redes sociais: a chinesa QZone tem 200 milhões de utilizadores; Bebo, 117 milhões; Orkut, 100 milhões; Friendster, 90 milhões; Hi5, LinkedIn e Badoo 80 milhões cada...

Estudos feitos nos EUA e Grã-Bretanha pela indústria de comunicações móveis mostram que os utilizadores de dispositivos móveis dedicam mais tempo às redes sociais como o Facebook, MySpace ou Twitter do que os utilizadores de PC (GSM/ComScore, 2010). O fenómeno é demasiado recente para ter sido incorporado pelos *mídia*, mas ele pode alterar radicalmente a forma como *mídia* e consumidores se relacionam. A capacidade não só de consultar informação mas de a partilhar, criticar e discutir com a sua rede em qualquer momento e em qualquer lugar pode facilitar a colaboração entre consumidores e produtores de *mídia*, permitindo, por exemplo, que os utilizadores possam criar eles próprios ou enriquecer serviços de informação microlocal – uma das áreas em que os *mídia* apostam para sobreviver no novo contexto. Este tipo de colaboração – a que se dá o nome de *crowdsourcing* – e que tem sido tentado com grande êxito noutros contextos (veja-se a Wikipedia), pode ser grandemente facilitado pela *performance* de novos dispositivos como o iPad. O crescimento do vídeo, facilitado pela penetração da banda larga móvel (uma área onde Portugal está particularmente bem colocado, com o segundo melhor valor da UE, depois da Finlândia) e pela ubiquidade das câmaras (todos trazemos câmaras ví-

deo no bolso) é outra das grandes tendências actuais. E a vulgarização da captação e difusão de vídeos através de redes sociais móveis vai também certamente influenciar de forma sensível a actuação dos *mídia*.

O que se perde no meio de todos os ganhos

Se fosse possível sumarizar as tendências nos *mídia* digitais, poderíamos dizer que o mercado se parece encaminhar para conseguir fornecer diferentes conteúdos (da informação ao entretenimento e à publicidade) a diferentes pessoas (diferentes idades, interesses), organizadas em redes de múltiplos tipos, situadas em diferentes locais e momentos, através de diversas plataformas e mediante diferentes formas de pagamento. Todos os caminhos parecem possíveis e surgem novos tipos de transacções todas as semanas, sendo evidente que os consumidores possuem um papel mais determinante que nunca na definição dos produtos e serviços que compram. O que falta saber, no meio desta plétora de ofertas, moduladas para todas as circunstâncias, é o preço que os cidadãos estarão dispostos a pagar por elas e se não haverá algum bem essencial – como a independência do jornalismo – que acabe por não encontrar lugar em nenhum modelo de negócio. ■

OS MODELOS DE NEGÓCIO

Há um problema central nos *mídia* digitais que se chama “modelo de negócio”. O problema tem afectado em particular os jornais – que se lançaram na Web com serviços gratuitos – mas afecta também outras áreas como a TV, a música ou o vídeo.

Há anos que se debatem duas teses: a) é possível financiar um jornal com um modelo baseado em publicidade, semelhante ao usado pela TV e pela rádio b) os leitores acabarão por se dispor a pagar por conteúdo de qualidade através de assinaturas, micropagamentos ou outra forma. O debate mantém-se há anos e é alimentado por inúmeras experiências, com resultados ambíguos dos dois lados da barreira. Um dos problemas é que os utilizadores da Web não estão habituados a pagar, encontram facilmente alternativas gratuitas de qualidade para os serviços gratuitos que passam a ser vendidos, não hesitam em piratear o que não querem pagar e também não suportam a massa de publicidade que suportavam na TV. Na prática, um leitor de jornais *online* gera 18 vezes menos receita (em assinaturas e publicidade) que um leitor de jornais de papel e um espectador de TV *online* gera três vezes menos receita que um espectador de TV tradicional (“Beyond Content”, IBM Institute for Business Value, 2010). Como fazer, com estes números, para manter de pé empresas cujo funcionamento sempre foi caro? Uma proposta avançada para reencontrar as receitas é o “modelo mosaico”, onde os jornais *online* tentam apostar em tudo o que mexe que possa dar dinheiro, desde doações de leitores a clubes de vinhos (“New Revenue Models for Newspaper Companies”, WAN-IFRA, 2010). Que o velho modelo de negócio “quiosque+publicidade” está morto, não suscita dúvidas. Que é pouco provável que se encontre um novo modelo *fits all* também parece suscitar consenso. O modelo de negócio dos jornais do futuro será certamente não um mas muitos, adaptados a diferentes públicos e obrigando as novas empresas a uma constante adaptação a nova tecnologia e aos novos hábitos dos leitores. O problema é que, no “modelo mosaico” que muitos jornais estão a explorar, se cruza muitas vezes a fronteira entre informação e publicidade, em nome da facturação. O que pode pôr em causa a única razão por que os jornais merecem sobreviver.

Os grandes grupos de informação e de comunicação no mundo

A GLOBALIZAÇÃO económica, financeira e política, que marcou o virar de século, teve uma dupla incidência, ao nível dos consumos e ao nível do funcionamento do aparelho produtivo. Ao nível dos consumos, padronizando, homogeneizando vontades e estilos de vida: da grande cidade à minúscula aldeia. Ao nível do aparelho produtivo, deslocalizando as unidades fabris: tudo poderia ser produzido e tudo poderia ser comercializado em qualquer ponto do globo.

Importava, para o eficaz funcionamento do sistema, superar os constrangimentos associados à existência do Estado-nação. Importava, por outro lado, fazer rodar uma nova estrutura empresarial baseada na concentração da instância de decisão e na dispersão geográfica de antenas ou filiais dessa instância concentrada. Gradualmente, verificou-se a “deslocação do poder e tomada de decisões para locais cada vez mais distantes daqueles onde os efeitos dessas decisões se fazem sentir” (Klein, 2002: 492).

O papel dos média na globalização

Os média iriam constituir factores decisivos para a imposição/aceitação dessa nova ordem. Para tal, deveriam, eles próprios, adaptar-se aos novos contextos. Adaptaram-se, através de lógicas de concentração segundo etapas bem diferenciadas. Em primeiro lugar, pela formação de grupos multimédia essencialmente nacionais. Depois, pela transnacionalização dos capitais investidos. Diluíram-se, assim, as fronteiras. Distanciaram-se os lugares do trabalho e da decisão. Finalmente, pela transectorização dos capitais transnacionalizados. Ao lado, ou melhor, em relação de simbiose com os grupos multimédia, surgiram sociedades prosseguindo os mais variados interesses: do turismo à especulação imobiliária, da comercialização de produtos alimentares à indústria de armamento, da comercialização de dados à gestão financeira (Rebelo, 2002: 162). Nessa malha, aparentemente desmaterializada, caberia aos média a tarefa de contribuir para a ampliação da procura.

Mas caber-lhes-ia, também, contribuir para

a formação de correntes de opinião, geradoras de novas oportunidades negociais. E caber-lhes-ia, ainda, servir de moeda de troca quando as estratégias empresariais estivessem pendentes de uma decisão política.

Globalização e novas estratégias de gestão

Na actualidade, os grandes grupos multimédia privilegiam uma gestão vertical, estando presentes e, frequentemente, em posição hegemónica, nos mais diversos sectores ligados à informação e à comunicação. O grupo francês Bouygues, por exemplo, detém a maioria do capital do primeiro canal, em audiência, da televisão generalista francesa, a TF1. Em 1989, abriu um canal de notícias, a LCI. Seis anos mais tarde adquiriu uma importante empresa produtora de programas televisivos de divertimento, a Glen. Em 1996 lançou a TMC, vocacionada para a aquisição e exploração de direitos de transmissão de programas audiovisuais. Quatro anos depois, constituiu, com a Miramax, filial da Disney, um grupo de interesses económicos que lhe permitiu entrar no negócio da distribuição de produtos cinematográficos. Em 2003, celebrou um acordo com a Warner reforçando, assim, a sua posição neste último sector. O grupo Bertelsmann, de capitais maioritariamente alemães, lidera o mercado europeu da comunicação. Através da multiplicação de filiais assegura posições importantes no do-

“MÉDIA E MARKETING: A TF1”

O papel da TF1 consiste em ajudar a Coca-Cola a vender o seu produto” confessava Patrick Le Lay, antigo presidente daquele canal de televisão francês, citado pela Agência noticiosa France Presse, num serviço datado de 9 de Julho de 2004. E o mesmo dirigente acrescentava: “Mas, para que uma mensagem seja captada, é preciso que o cérebro do telespectador esteja disponível. As nossas emissões têm por vocação torná-lo disponível, divertindo-o, repousando-o. O que vendemos à Coca-Cola é o tempo do cérebro humano disponível.

mínio da imprensa (Gruner & Jahr), da edição de livros (Random House), da indústria gráfica (Arvato), da discografia (Gabszewicz e Sonnac, 2006: 57-61).

A organização em rede num contacto de economia vertical

A prática de uma economia vertical, susceptível de garantir a omnipresença do grupo no campo dos média, implica uma organização em rede, concretizada na detenção de partes do capital noutras empresas de média, na criação de sociedades comuns, no reforço de relações comerciais, na conexão entre pessoas. Daí que a ideia de concorrência, tal como tradicionalmente é entendida, se afaste cada vez mais daquilo que efectivamente se observa neste domínio. Acresce o custo cada vez maior da visibilidade inerente à criação de um novo jornal ou revista, de uma nova estação de rádio ou de um novo canal de televisão. Custo incomportável para uma iniciativa independente. Quando o grupo Bertelsmann lançou, em França, a revista *Télé Deux Semaines*, um terço da publicidade do lançamento foi feito no canal M6, propriedade do grupo. Os restantes dois terços passaram na TF1, do grupo Bouygues, com o qual Bertelsmann tem parcerias. Prevalece, pois, uma espécie de entendimento funcional entre grandes.

Os grupos Bouygues, Berlusconi e Murdoch associaram-se para fundar um canal de televisão, a TV Breizh, que difunde para a região da Bretanha. Dassault e Lagardère associaram-se no âmbito de uma empresa destinada à publicação de jornais gratuitos (*Marseille Plus, Lyon Plus, Lille Plus*). Lagardère e Socpresse (filial de Dassault) editam, em conjunto, a revista *Version Femina* com uma tiragem superior a três milhões de exemplares. Estas mesmas empresas criaram um grupo de interesses económicos cujo objectivo consiste em adquirir, em conjunto, todo o papel necessário para as publicações que editam, baixando, deste modo, o respectivo preço. Associaram-se, ainda, para dar origem a uma empresa vocacionada para a angariação e colocação de publicidade ao nível local. Bouygues e Bertelsman subscrevem uma larga maioria do capital social da TPS, empresa de televisão digital, com mais de 200 canais e um milhão e seiscentos mil assinantes.

Um programa de análise política muito conhecido em França, intitulado «Le Grand Jury», é animado por três jornalistas: um do jornal diário *Le Figaro* que pertence ao grupo Dassault; outro da LCI, canal de televisão do grupo Bouygues; outro, ainda, da RTL, cadeia de estações de rádio propriedade de Bertelsmann. Esse programa passa em directo na RTL e na LCI e o essencial do respectivo conteúdo é publicado, no dia seguinte, no *Le Figaro*.

Quanto à conexão entre pessoas. Bernard Arnault, “o homem mais rico de França” como proclamam as revistas de sociedade, é CEO do grupo LVMH, iniciais das três grandes empresas que se reuniram para dar origem a um grupo gigante no sector da comercialização de artigos de luxo: Louis Vuitton, Moët e Hennessy. No palmarés do grupo existem afamadas marcas de bebidas, de roupa e de produtos de beleza como Moët & Chandon, Veuve Cliquot, Don Pérignon, Louis Vuitton, Givenchy, Kenzo, Christian Dior, Guerlain. Mas o grupo LVMH é, igualmente, proprietário do jornal diário de informação económica, *Les Echos*, e de um vasto leque de publicações periódicas, da economia à cultura: *La Tribune, Investir, Défis, Connaissance des Arts e Le Monde de la Musique*. Ora, Bernard Arnault é membro do conselho fiscal do grupo Lagardère. Por sua vez, Arnaud Lagardère é membro do conselho de administração de LVMH.

A transnacionalização dos média

Assiste-se, à escala planetária, a uma autêntica partilha de zonas de influência, onde cada um dos principais grupos multimédia beneficia de posições hegemónicas.

A News Corporation, de Rupert Murdoch, líder da edição de jornais diários em língua inglesa, dissemina os seus produtos pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos da América, assim como pelos continentes asiático e australiano. O grupo Vivendi, proprietário a 100% do Canal Plus, canal francês codificado com mais de doze milhões de assinantes, é detentor de 53% do capital social da principal empresa marroquina de telecomunicações, a Maroc Telecom, e, através desta, controla o capital de empresas similares no Burkina Faso, no Gabão, na Mauritânia, no Mali.

Associado ao trust norte-americano AOL, e ao banco Itaú, do Brasil, o grupo venezuelano Cisneros, um dos mais importantes de toda a América Latina, constituiu, em 1999, a AOL Latin América da qual viriam a emergir a AOL Brasil, AOL México, AOL Argentina, AOL Porto Rico. A iniciativa não correspondeu, no entanto, aos objectivos esperados pelo que, alguns anos mais tarde, Cisneros e associados deram-na por terminada, vendendo os respectivos bens patrimoniais a preços simbólicos. Em 2008, a AOL Latin América iniciou uma nova tentativa de implantação no continente sul americano, agora na Argentina, no Chile, na Colômbia e na Venezuela, propondo uma série de serviços ligados à Internet. Mas as investidas do grupo Cisneros, no sector da informação e da comunicação, não ficam por aqui. Associado à General Motors, criou a DIRECTV Latin América que agrupa 150 cadeias de televisão implantadas em 28 países, com uma gama de serviços que vai da telefonia ao comércio electrónico e à transmissão de dados (Rebello, 2009: 181).

Assiste-se, à escala planetária, a uma autêntica partilha de zonas de influência nos grandes grupos de informação

A RTL, do grupo Bertelsmann, tem participação, quase sempre maioritária, no capital social de 23 canais de televisão generalista e temática, na Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Hungria. Participa, igualmente, no capital de 24 estações de rádio, distribuídas por nove países europeus. O grupo Lagardère, através da sua filial Hachette Filipacchi Médias, é o primeiro editor mundial de *news magazines*, com 263 revistas em 39 países. Enfim, mais de metade dos 113.000 assalariados do grupo de comunicação Bouygues trabalha fora de França.

Transectorização

Uma malha fluida, difusa, de interesses imbricados, onde empresas multimédia se entrelaçam, se combinam, de forma explícita

ou implícita, com outras de outra natureza, levaria o filósofo Michel Serres a reconhecer, num texto que publicou em 1988: “Constato a existência de um poder como nunca se viu em nenhuma outra sociedade [...]. Mas, não sendo esse poder de natureza tipicamente material, não consigo imaginar que contrapoder se poderá levantar contra ele” (in Lefebvre, 1989).

E os exemplos multiplicam-se.

O grupo Lagardère possui 33% do capital da Aérospatiale-Matra, quinta potência mundial na indústria militar e na aeronáutica. O grupo Bouygues investe no sector da construção civil e obras públicas, assim como nas redes de captação e distribuição de água potável. No conselho de administração da News Corporation, de Rupert Murdoch, figuram representantes de empresas como Boeing, Nike, Apple, British Airways. O grupo Cisneros é parte interessada em empresas como Procafé (indústria de torrefacção), Pizza Hut (restauração), Spalding (equipamentos desportivos), Panamco (bebidas alcoólicas), e está na origem da Gengold, segunda companhia de extracção de ouro no mundo. Um dos principais canais de televisão da Rússia, a NTV, pertence à Gazprom, empresa proprietária de quintas, de fábricas de produtos agro-alimentares, de centros de saúde, de hotéis de luxo, de clubes privados e de bancos. Particularmente activa na indústria mineira e das águas medicinais, a Gazprom controla cerca de um quinto das reservas mundiais de gás natural e assegura um quarto da produção do planeta. A Fininvest, de Silvio Berlusconi, tem ligações a empresas de capital financeiro italianas, britânicas e sauditais. Na trajectória profissional de alguns dos principais accionistas do grupo Bertelsmann, como Albert Frère, ocupam lugar de destaque responsabilidades nos sectores da banca e do petróleo (Rebello, 2009: 180). Na Vivendi, verifica-se que, no capital social do grupo, aparecem, a par de instituições financeiras francesas como o Crédit Agricole, a Banque Nationale de Paris/Paribas e a Société Générale, subscritores de outros países e regiões: Emirates International Investment Company, Abu Dhabi Investment Authority, Bank of America, Crédit Suisse, Caisse de Dépôts et de Gestion de Marrocos.

Em *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*, Noam

Chomsky e Edward Herman analisaram a composição dos conselhos de administração dos dez principais grupos de comunicação nos Estados Unidos: Dow Jones, Washington Post, New York Times, Time, CBS, Times-Mirror, Capital Cities, General Electric, Gannett, Knight-Ridder. E concluíram: 41,1% dos administradores eram directores executivos de multinacionais; 8,4% banqueiros; 13,7% antigos industriais e capitalistas reformados; 8,4% juristas; 4,2% consultores de empresas privadas. O dobrar do milénio veio confirmar, senão acentuar, tal preponderância.

Pulverização do capital

Os grandes grupos multimédia são geralmente identificados pelo nome do seu fundador ou principal accionista. É assim que falamos do grupo Dassault, do grupo Lagardère, do grupo Bouygues, do grupo Murdoch, do grupo Bertelsmann, do grupo Berlusconi, etc. Trata-se de antonomásias que, no entanto, não nos devem ocultar um aspecto fundamental: é que grande parte do capital desses grupos está pulverizado, acabando por não se conhecer, com exactidão, os seus autênticos titulares. Em primeiro lugar, pelo desenvolvimento das estratégias de transectorização às quais já fizemos referência. Em segundo lugar, pela importância

crescente que fundos de investimento como Cinven, Carlyle e Apax-partners têm vindo a assumir no capital dos referidos grupos. Segundo um estudo publicado na edição de 1 de Março de 2005 do jornal francês *Les Echos*, fundos de investimento controlam 22% do capital de Bouygues, 37% do capital de Lagardère e 45% do capital de Vivendi Universal. O objectivo desses fundos consiste em revender rapidamente o capital adquirido realizando, em cada operação, elevadas mais-valias. Daí que os capitais circulem incessantemente e quase que imperceptivelmente. Até porque, e eis a terceira razão que explica a pulverização do capital dos grupos multimédia de dimensão planetária, estes estão cotados na Bolsa. Ora, é suposto que uma empresa cotada na Bolsa apresente benefícios e atinja níveis de rentabilidade comparáveis, no mínimo, aos de outros sectores de actividade. A não ser assim, os fundos de investimento e outros detentores de capital transaccionam, de imediato, as suas acções, precipitando a respectiva desvalorização e, por conseguinte, a descapitalização das respectivas empresas.

E tudo concorre para que os média sejam considerados como uma mera mercadoria, sujeita a um vaivém que é fruto de interesses comerciais, para além de outros bem mais obscuros. ■

Referências bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean (1983), *La société de consommation – ses mythes, ses structures*, Paris: Gallimard.
 BOURDIEU, Pierre (1979), *Le Sens pratique*, Paris: Éditions de Minuit.
 BOURDIEU, Pierre (1982), *Ce que parler veut dire, l'économie des échanges linguistiques*, Paris: Fayard.
 BOURDIEU, Pierre (1997), *Sobre a televisão*, Oeiras: Celta.
 BRÉMOND, Janine (2005), "Alliances et partenariats dans la télévision privée", in *Sur la concentration des médias*, Paris: Liris.
 CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward (1994), *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*, Londres: Vintage.
 DERRIDA, Jacques e HABERMAS, Jürgen (2004), *Le «concept» du 11 septembre*, Dialogues à New York (octobre-décembre 2001) avec Giovanna Borradori, Paris, Galilée.
 ESQUENAZI, Jean-Pierre (2002), *L'Écriture de l'Actualité, Pour une sociologie du discours médiatique*, Grenoble: PUG.
 GABSZEWICZ, Jean, SONNAC, Nathalie (2006), *L'Industrie des médias*, Paris: La Découverte.
 GADAMER, Hans-Georg (1995), *Langage et Vérité*, Paris: Gallimard.
 GEUENS, Geoffrey (2003), *Tous Pouvoirs Confondus – Etat, Capital et Médias à l'ère de la mondialisation*, Antuérpia: Editions EPO.
 KLEIN, Naomi (2002), *No Logo*, Lisboa: Relógio d'Água.
 LIPOVETSKY, Gilles, SERROY, Jean (2008), *La Culture-monde, Réponse à une société désorientée*, Paris: Odile Jacob.
 MIGNOT-LEFEBVRE, Yvonne, LEFEBVRE, Michel (1989), *La société combinatoire – réseaux et pouvoirs dans une économie en mutation*, Paris: l'Harmattan.
 MOSCOVICI, Serge (1981), *L'Âge des Foules*, Paris: Fayard.
 REBELLO, José (2002), *O Discurso do Jornal*, Lisboa: Notícias Editorial.
 REBELLO, José (2009), "O lugar do 'outro' e do 'diferente' nos média", in *Janus 2009, Portugal no Mundo*, Lisboa: UAL/Público.

Este texto está publicado, na íntegra, na revista *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010). Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art5

Uniformização dos conteúdos / naturalização do real

O QUOTIDIANO É FEITO DE UM ETERNO TRILHAR, em zigzague, por entre problemas como desemprego, saúde, habitação. Problemas que são e não são nossos problemas. São nossos problemas na medida em que nos afectam directamente, em que deles somos vítimas. Não são nossos problemas, na medida em que a sua génese nos é exterior. Trata-se de problemas que conheceram um processo de naturalização. E é, justamente, esse processo de naturalização que nos faz perder a ideia de exterioridade. Que faz com que não tenhamos consciência plena da construção de um itinerário que, se não nos é imposto, nos é insinuado. Que faz com que se estabeleça uma espécie de cumplicidade entre dominante e dominado, através da qual o dominado, negligenciando a sua condição de dominado, ou nem sequer dela se apercebendo, reconhece, e ao reconhecer legítima, fundamenta o estatuto do dominante. Ou, citando Bourdieu, que faz com que o dominado “se esqueça de si e se ignore, submetendo-se [ao dominante] da mesma maneira que contribui, ao reconhecê-lo, para fundá-lo” (1982: 119). Naturalização pela qual se fabricam adesões. Se forjam consensos. Não os “consensos comuns” de inspiração kantiana mas os que ocultam estratégias que Gramsci designaria por “hegemónicas”.

Dispositivos de aquisição do real

Os grandes meios de comunicação social funcionaram, desde sempre, como motores desses processos de naturalização. Inscrevem-se, a montante, num “espaço social”, no entendimento que Pierre Bourdieu dá ao conceito (1979), que é o lugar de tudo aquilo que nos distingue, o lugar onde se manifestam contradições e lutas sociais. Mergulhando nesse “espaço social”, onde vão buscar personagens e objectos que se propõem mediatizar, os órgãos de comunicação social funcionam como transportadores/aceleradores de hierarquias ou de normas que são as hierarquias ou as normas deste ou daquele grupo social e respectivos interesses.

Valem-se, para o conseguir, de três dispositivos: o dispositivo de institucionalização, o dispositivo de explicação e o dispositivo de repetição.

Dispositivo de institucionalização, consubstanciado nas operações de classificação, de ordenação e de tipificação das experiências que perdem, assim, a sua originalidade, a sua singularidade para se diluírem no interior de paradigmas exteriores aos sujeitos.

Dispositivo de explicação, que inclui uma dimensão de racionalidade e uma dimensão de racionalização. Enquanto esforço racional de interpretação, sublinha Esquenazi (2002: 78), a explicação propõe argumentos passíveis de serem expostos e, portanto, refutáveis. Enquanto tentativa racionalizante, ela está ligada a um modo de vida particular e representa uma visão normativa, uma tentativa de imposição de uma ordem social específica.

Dispositivo de repetição já que, insaciavelmente repetidos nos média, “numa espécie de encantação ritual, forma esconjuratória, litania jornalística, refrão retórico” (Derrida, 2004: 134) os acontecimentos impõem-se-nos. Inscrevem-se no nosso discurso ordinário. Incorporam o nosso exército de pré-conceitos (Gadamer, 1995: 110). “Pela repetição”, assinala Moscovici, “a ideia dissocia-se do seu autor; transforma-se numa evidência independentemente do tempo, do lugar e da pessoa; deixa de ser a expressão de quem fala e passa a ser a expressão da coisa de que se fala” (1981: 198-199). É por isso que a evocação do “11 de Setembro” remete automaticamente para o acto terrorista contra as torres gémeas de Nova Iorque. Mas foi também a 11 de Setembro que Salvador Allende caiu, vítima de balas assassinas. O “11 de Setembro”, de Nova Iorque, foi objecto de um processo de datação. O “11 de Setembro”, de Santiago do Chile, não foi.

O papel dos média no acelerar dos processos de naturalização

Estrategicamente organizados segundo um modelo de gestão vertical; dispostos em rede, através de alianças, de protocolos de colaboração, de intercâmbios pessoais; de-

marcando zonas de implantação à escala planetária; inscrevendo-se em conjuntos cada vez mais alargados e mais complexos de empresas ou grupos com os mais diversificados objectivos comerciais, económicos e financeiros; anonimizando o seu capital: os grupos multimédia contribuem, assim, para o acelerar dos processos de naturalização, para a fixação de estereótipos, para o agendamento dos temas que irão cruzar o espaço público.

Contribuem pelo que dizem ou escrevem. E contribuem pelo que não dizem ou não escrevem. “Os média eliminam ‘naturalmente’ do espaço público certo tipo de factos e escolhem outros aos quais dão visibilidade”, nota Jean-Pierre Esquenazi. “Uma crítica coerente dos média, prossegue este sociólogo, não pode contentar-se em analisar o discurso mediático efectivamente produzido. Deve ter também em conta o não-discurso mediático. Determinar quais são os factos sociais que não são, ou nunca são, mediatizados é uma maneira de apreender as escolhas operadas” (2002: 70).

Os produtos globais e o fim dos projectos autónomos

E fazem-no directa e indirectamente.

Fazem-no directamente, através da força decisiva dos seus próprios produtos: os chamados “produtos globais”, como o concurso televisivo “A roda da fortuna” que integrou a grelha de programação de televisões do mundo inteiro. Ou beneficiando de regimes de quase monopólio em vastos sectores do mercado. As revistas do grupo Lagardère, como *Elle* e *Paris Match*, venderam, em 2004, mais de mil milhões de exemplares. A Vivendi Universal e o grupo Bertelsmann, este em associação com a Sony BMG, são responsáveis pela edição de metade dos discos produzidos em todo o mundo. A mesma Vivendi Universal que, segundo o IDATE (empresa de investigação e consultoria, sediada em Montpellier), possui um catálogo com mais de 10.000 filmes e mais de 40.000 horas de programas de televisão. E que dizer da importância, na informação circulante, de jornais como *The Times*, *Wall Street Journal*, *Le Figaro*, *Libération*, todos eles pertencentes a grandes grupos?

Mesmo o *Le Monde* que, desde a sua fundação, em 1945, era exemplo único de em-

presa controlada pelos respectivos trabalhadores – jornalistas, empregados e quadros administrativos – acabou nas mãos de três importantes homens de negócios franceses que, em Junho de 2010, se dispuseram a pagar uma dívida que ascendia, já, aos 150 milhões de euros. São eles: Pierre Bergé, industrial de confecções de luxo, muito próximo do costureiro Yves Saint Laurent; Matthieu Pigasse, vice-CEO do Banco Lazard e Xavier Niel, CEO do grupo de telecomunicações francês Iliad. Assumindo o poder num jornal com o prestígio do *Le Monde*, coroaram, assim, projectos de entrada no campo da informação e da comunicação. Com efeito, na altura em que se dispuseram a investir no *Le Monde*, Pierre Bergé era já proprietário do magazine *Têtu* e Mattieu Pigasse do semanário *Les Inrockuptibles*, revista que se distingue pela irreverência com que aborda questões ligadas ao universo da música, do cinema, da literatura e da televisão. Xavier Niel, por seu lado, criara a Fundação Free oficialmente destinada a dotar todos os lares franceses de uma linha telefónica gratuita, de um acesso gratuito à Internet, e de um serviço de antena permitindo a captação de todos os canais não codificados da televisão digital terrestre.

O efeito mimético da uniformização de temas

Fazem-no indirectamente, através desse imaginário social que constroem e que se vai repercutir, em cascata, nas opções editoriais de outros órgãos de comunicação social. É o “efeito mimético”, trabalhado por Pierre Bourdieu (1997). É a teoria de Baudrillard sobre “a mais pequena diferença marginal” (1983) que baseia a identidade de um jornal num duplo pressuposto: trazer algo que os outros não trazem e trazer tudo quanto os outros trazem.

É, em suma, o efeito de uniformização de temas e de abordagens que transborda dos grandes grupos para contaminar todo o campo dos média.

As reacções provocadas pela tentativa de construção de uma mesquita em Lodi, povoação situada a uma trintena de quilómetros de Milão, são elucidativas a este respeito. A iniciativa, de um núcleo de imigrantes árabes, provocou a reacção imediata de representantes da Igreja católica e de formações

políticas de direita. Um cardeal, arcebispo de Bolonha, apelou à redefinição da política imigratória italiana, de maneira a favorecer os imigrantes católicos em detrimento dos muçulmanos, considerados incompatíveis com um país historicamente votado a Cristo. Insistiu na aplicação do princípio de “reciprocidade” – “devemos receber os muçulmanos da mesma maneira que eles nos recebem a nós, cristãos” – e alertou para a “invasão” muçulmana que constituiria uma ameaça para a “identidade italiana”. A Liga do Norte, declaradamente xenófoba, baseou as suas intervenções públicas na dicotomia natural/artificial. Seria “natural” o comportamento “são”: a família tradicional, a religião maioritária e os bons costumes “que nos caracterizam”. Seria “artificial” o comportamento daqueles que a Liga do Norte rapidamente identificou como “comunistas” e “terroristas”. Um ministro de Berlusconi insurgiu-se, sempre a propósito do projecto de construção da mesquita, contra os “inimigos” que, antes, constituiriam uma ameaça exterior e que, agora, se agrupavam no interior das próprias fronteiras italianas. O governador do Banco de Itália referiu-se, negligente, àqueles que não são mais do que uma “força de trabalho”, logo, incapazes de constituir uma fonte de diversidade e de renovação cultural.

Este o quadro referencial que serviu de ponto de partida para as diversas coberturas mediáticas. Diversas, porque protagonizadas por variados meios de informação. Mas muito semelhantes nos seus pressupostos e nos seus argumentos.

Segundo uma investigação levada a cabo pela própria rede nacional de televisão RAI, a respectiva cobertura televisiva havia privilegiado a palavra dos autóctones, ensurdecendo as razões invocadas pelos imigrantes árabes. Da mesma forma, uma análise de conteúdo às notícias e comentários publicados na ocasião por dois jornais politicamente diferenciados, o *Corriere de la Sera*, de direita, e o *Repubblica*, da esquerda moderada, revelou que, na sequência das manifestações contra o projecto de construção da mesquita, nos primeiros dias de Outubro de 2000, o *Corriere* intitulou em grandes parangonas: “Missa contra a mesquita”, “Tensão em Lodi”. Os seus textos insistiam no paradigma da “família italiana” e no “perigo do Islão”. Já o *Repubblica*, embora concedendo a palavra a

dirigentes como Romano Prodi, defensor da laicidade do Estado e da coabitação pacífica, não deixava de referir posições como as assumidas pelo arcebispo de Bolonha.

“**Os grupos multimédia contribuem [...] para a fixação de estereótipos, para o agendamento dos temas que irão cruzar o espaço público.**”

Tirando conclusões da mediatização do acontecimento e da sua repercussão pública, Fábio Perocco, que partiu deste tema para o capítulo que assinou num livro sobre o papel das religiões na formação identitária europeia, sublinhou a confusão estabelecida entre o Islão, como religião, e o mundo muçulmano, no seu todo. Confusão que é pasto para interpretações simplistas, validando estereótipos erguidos sobre ocorrências constantemente evocadas (o caso Rushdie, o porte do *tchador* e a condição feminina, os rituais envolvendo sacrifício de animais, etc.). Na sua opinião, o Islão, apresentado como uma ameaça, teria funcionado como espelho onde se reflectiriam todas as questões não resolvidas da história e da política italianas, nomeadamente as questões da unidade nacional (Perocco, 2008: 153). Idêntica reflexão foi desenvolvida por Joseph Maïla que, em vésperas do debate sobre a Carta Constitucional europeia, declarou, num artigo publicado na revista *Esprit*: “A não-Europa foi o revelador da Europa”.

O desafio das novas tecnologias

É verdade que a Internet e o telemóvel revolucionaram o mundo da informação e da comunicação. É verdade que qualquer um de nós pode, através dos novos média, emitir e receber conteúdos. É verdade que os ecrãs do computador e do telemóvel se enchem de petições, de convocações, de mensagens. Em *La Culture-monde, réponse à une société désorientée*, Gilles Lipovetsky e Jean Serroy constatarem: “A partir de uma nova linguagem planetária – a digital – desenvolve-se uma tecnologia cuja inacreditável e inelutável progressão o século XXI vai descobrindo, ano após ano, mês após mês. Actualmente, os

ecrãs estão em todo o lado: dos ecrãs de bolso aos ecrãs gigantes, do GPS ao BlackBerry, da consola de jogos ao ecrã atmosférico, do ecrã de vigilância ao ecrã médico, da moldura digital ao telemóvel que se torna, ele próprio, um ecrã multifunções dando acesso não só à Internet como ao visionamento de filmes, ao GPS como à agenda digital. Um mundo de ecrãs transformado em web-mundo [...] Nada se consegue fazer, da tarefa mais complicada à mais insignificante, sem passar por um computador. O *homo sapiens* deu lugar ao *homo ecranis*” (2008: 82, 83).

Mas também é verdade que os grandes grupos incluem na sua área de negócios, empresas de telecomunicações, serviços de acesso à Internet. Também é verdade que preenchem, cada vez mais, os ecrãs dos telemóveis com os seus próprios programas – desportivos, de ficção, etc. – e que, na Internet, se sucedem as edições *on-line* dos seus próprios jornais e revistas. E é ainda verdade que, por decisão política, o fluxo de mensagens pode ser interrompido. Veja-se o que se passou na China e, mais recentemente, durante as manifestações populares que agitaram a capital de Moçambique.

É um duplo problema que se coloca. Por um lado, é um problema político e, a este nível, é de um combate que se trata, no qual as partes envolvidas não dispõem, pelo menos por enquanto, de armas iguais. Por outro, é um problema ligado ao excesso, selecção e verificação da informação. Recorrendo, de novo, a Lipovetsky e a Serroy: “No Ocidente,

a liberdade não está ameaçada pelo défice, pela censura, pela limitação, mas pela sobreinformação, a *overdose*, o caos. Não é a informação que falta: estamos cheios dela; o que falta é o método para que cada um se possa orientar nesta sobreabundância indiferenciada, possa alcançar um distanciamento analítico e crítico, condição indispensável à criação de sentido” (2008: 87).

Resta a questão da televisão digital terrestre, tecnologia que se deve generalizar em Portugal até ao ano de 2012. Permitirá ela a afluência de novos operadores e a produção de conteúdos inovadores? O exemplo da França não constitui bom prenúncio. Como salienta Janine Brémond (2005: 48, 49), mais de dois terços dos canais de televisão digital terrestre foram distribuídos a grupos dominantes: cinco ao grupo Vivendi (Canal Plus); seis ao grupo Bouygues (TF1); cinco ao grupo Bertelsmann (M6); três ao grupo Lagardère. Dos seis canais atribuídos a recém-chegados ao mercado, três foram para o grupo AB (sigla formada a partir das iniciais dos apelidos dos fundadores Jean-Luc Azoulay e Claude Berda). Auto-intitulado “independente”, o grupo AB está estreitamente ligado à TF1 e a captação da publicidade que veicula nos seus produtos está a cargo do grupo Lagardère. Com muito poucos assalariados, nomeadamente jornalistas, AB é já conhecido como expressão do *fast-food* televisivo. Segue uma lógica *low-cost* baseada na programação de enlatados.

E nada impede que o modelo prolifere. ■

Referências bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean (1983), *La société de consommation – ses mythes, ses structures*, Paris: Gallimard.
 BOURDIEU, Pierre (1979), *Le Sens pratique*, Paris: Éditions de Minuit.
 BOURDIEU, Pierre (1982), *Ce que parler veut dire, l'économie des échanges linguistiques*, Paris: Fayard.
 BOURDIEU, Pierre (1997), *Sobre a televisão*, Oeiras: Celta.
 BRÉMOND, Janine (2005), “Alliances et partenariats dans la télévision privée”, in *Sur la concentration des médias*, Paris: Liris.
 CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward (1994), *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*, Londres: Vintage.
 DERRIDA, Jacques e HABERMAS, Jürgen (2004), *Le «concept» du 11 septembre*, Dialogues à New York (octobre-décembre 2001) avec Giovanna Borradori, Paris: Galilée.
 ESQUENAZI, Jean-Pierre (2002), *L'Écriture de l'Actualité, Pour une sociologie du discours médiatique*, Grenoble: PUG.
 GABSZEWICZ, Jean, SONNAC, Nathalie (2006), *L'Industrie des médias*, Paris: La Découverte.
 GADAMER, Hans-Georg (1995), *Langage et Vérité*, Paris: Gallimard.
 GEUENS, Geoffrey (2003), *Tous Pouvoirs Confondus – Etat, Capital et Médias à l'ère de la mondialisation*, Antuérpia: Editions EPO.
 KLEIN, Naomi (2002), *No Logo*, Lisboa: Relógio d'Água.
 LIPOVETSKY, Gilles, SERROY, Jean (2008), *La Culture-monde, Réponse à une société désorientée*, Paris: Odile Jacob.
 MIGNOT-LEFEBVRE, Yvonne, LEFEBVRE, Michel (1989), *La société combinatoire – réseaux et pouvoirs dans une économie en mutation*, Paris: l'Harmattan.
 MOSCOVICI, Serge (1981), *L'Âge des Foules*, Paris: Fayard.
 REBELO, José (2002), *O Discurso do Jornal*, Lisboa: Notícias Editorial.
 REBELO, José (2009), “O lugar do ‘outro’ e do ‘diferente’ nos média”, in *Janus 2009, Portugal no Mundo*, Lisboa: UAL/Público.

Este texto está publicado, na íntegra, na revista *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010). Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art5

Grupos de comunicação social em Portugal

ESTE ARTIGO TEM COMO OBJECTIVO a caracterização geral do sector da comunicação social, centrada na identificação e caracterização dos principais grupos de comunicação social, em Portugal. Antes, porém, como enquadramento geral, é apresentada uma caracterização dos subsectores Imprensa, Rádio e Televisão.

Por razões de espaço, não é possível aprofundar a análise, pelo que se optou por uma vertente essencialmente expositiva.

Caracterização geral do sector da comunicação social

O sector da comunicação social caracteriza-se por grande mutação, pelo que qualquer análise sobre o mesmo deverá ter em conta o momento temporal a que respeita. Os dados usados na elaboração do presente artigo referem-se ao ano de 2009 e têm como fontes principais os relatórios de regulação da Entidade Reguladora para a Comunicação (ERC) e estudos realizados por entidades externas para a ERC, além dos sítios electrónicos dos grupos e das empresas que os constituem e os relatórios e contas individuais e consolidados.

Subsector da Imprensa

O subsector da imprensa está em permanente transformação, devido ao surgimento de novas publicações periódicas, empresas jornalísticas e empresas noticiosas, e à cessação de edição ou de actividade de outras.

Em 2009 inscreveram-se na ERC 230 novas publicações periódicas, ao mesmo tempo que se constatou o fim de edição de 430, cujos registos foram cancelados. No mesmo lapso temporal, inscreveram-se 18 novas empresas jornalísticas (5 sociedades unipessoais, 11 sociedades por quotas e 2 sociedades anónimas) e 17 cessaram actividade.

Tipo de registo	N.º
Publicações periódicas	2.942
Empresas jornalísticas	438
Empresas noticiosas	12

Registos Activos em 2009.

Fonte: Relatório de Regulação de 2009 da ERC.

Subsector rádio

Em 2009, o sector da rádio era composto por um total de três operadores de cobertura nacional, 2 de âmbito regional e 329 operadores licenciados para cobertura local. O total de operadores locais era composto por 296 empresas licenciadas para o exercício da actividade em 233 concelhos de Portugal Continental, 11 na Madeira e 22 nos Açores.

Veja-se em quadro anexo a incidência geográfica dos canais locais, generalistas e temáticos de radiodifusão no Continente e nas Regiões Autónomas, no universo dos 347 canais.

Subsector televisão

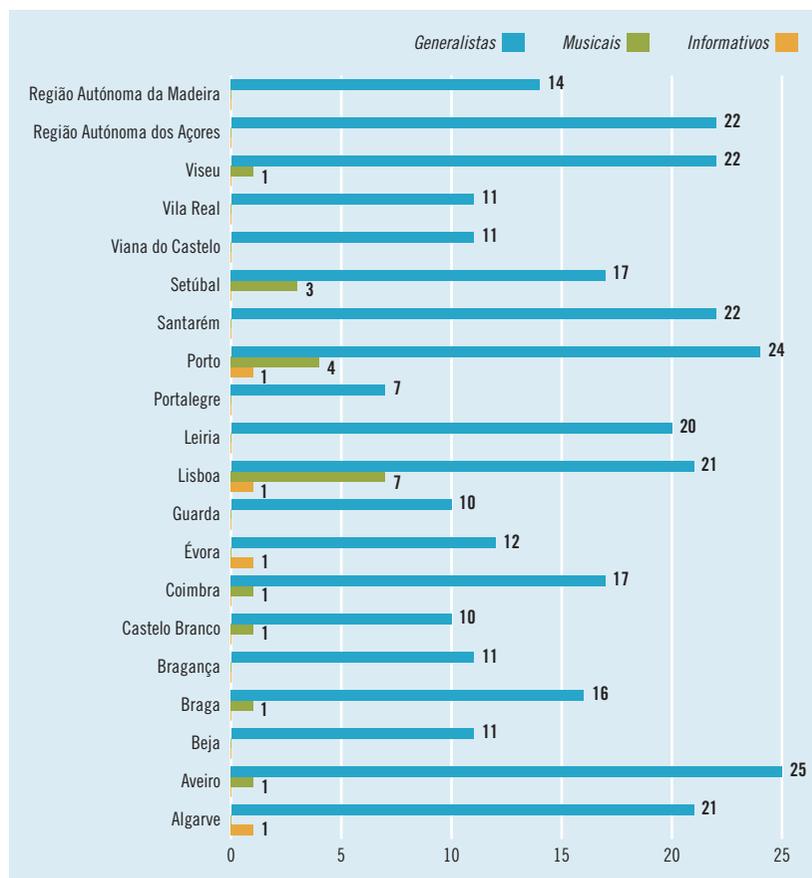
Até ao final de 2009 existia em Portugal um total de 43 serviços de programas (vulgo, canais) de televisão, distribuídos entre generalistas (10) e temáticos (32+ ARTV/Canal Parlamento). Veja-se também em anexo a evolução da televisão por cabo e por cabo ou satélite (canais temáticos) desde 1999 até finais de 2009.

Principais tendências do sector

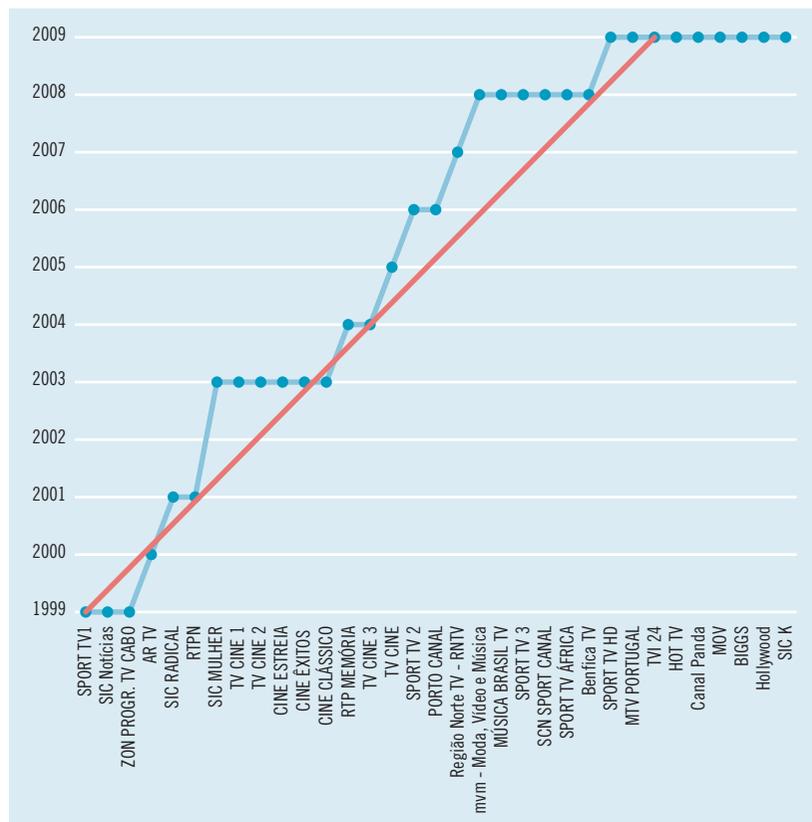
No actual contexto de crise económico-financeira mundial e nacional que afecta particularmente o sector da comunicação social, os grupos de média ensaiam novos modelos de negócio, criando sinergias dentro dos próprios grupos, reduzindo despesas com pessoal, procurando adaptar-se ao novo contexto marcado pela inovação e criatividade e fazer frente à quebra no investimento publicitário – no passado recente a sua mais importante fonte de financiamento, juntamente com a venda de conteúdos – e à concorrência da internet.

A imprensa é, previsivelmente, o meio que mais lentamente recuperará da actual situação, uma vez que, sendo o mais afectado pela migração digital, sofre directamente a redução de circulação e, como tal, as receitas de publicidade.

A televisão é, potencialmente, o meio com mais rápida recuperação, uma vez que, além de ser menos impactado pela migração digital, apesar da introdução de uma nova plataforma de distribuição – a TDT –, por estar num quadro mais estabilizado de distribuição será o primeiro a tirar partido de uma eventual recuperação do in-



Distribuição geográfica dos serviços de programas generalistas e temáticos de radiodifusão, 2009. Fonte: Relatório de Regulação de 2009 da ERC.



Serviços de programas (canais) televisivos temáticos em exercício de actividade, 1999-2009. Fonte: Relatório de Regulação de 2009 da ERC. Nota: Foi excluído o serviço de programas Económico TV por só ter iniciado as suas emissões em 2010. O quadro não contempla igualmente a ARTV, cuja criação não foi objecto de qualquer licenciamento ou autorização, não se tendo por enquadrável em qualquer das áreas temáticas identificadas na figura supra.

vestimento publicitário num cenário pós-crise. Na situação actual do mercado é, por outro lado, possível prever uma crescente interdependência entre produtores e distribuidores de conteúdos (empresas de média e operadores de telecomunicações).

“**No actual contexto de crise económico-financeira mundial e nacional, que afecta particularmente o sector da comunicação social, os grupos de média ensaiam novos modelos de negócio**”

As “marcas” de média deixam, por outro lado, de estar associadas ao meio para passarem a estar associadas ao conteúdo, uma vez que as características do conteúdo digital tornam-no independente do canal e do meio. Como consequência assiste-se a uma maior exploração dos conteúdos, cuja importância é cada vez maior. Os modelos de negócio emergentes apontam para a necessidade de pagamento dos conteúdos, constituindo a difusão multiplataforma uma das formas de o produtor de conteúdos aumentar a sua rede de distribuição e obter novas fontes de receita. O aparecimento de novos dispositivos móveis – *iPads, eReaders, smartphones* – representa também uma oportunidade na monetização dos conteúdos. ■

Indicadores	Impresa	Media Capital	RTP	Cofina	Renascença	Sonaecom
Activo	504	438	501	247	20	1.920
Capital próprio	149	134	592	4	12	936
Grau de autonomia financeira	29,6%	30,7%	n.a.	1,7%	60,2%	48,7%
Rácio de solvabilidade	0,42	0,44	n.a.	0,02	1,52	0,95
Taxa de crescimento do activo	2,9%	2,4%	17,8%	1,5%	12,8%	2,7%
Volume de negócios	248	244	307	118	22	949
Taxa de crescimento do volume de negócios	7,9%	9,4%	3,2%	3,6%	8,5%	2,7%
Resultados operacionais	24	38	13	18	1,4	24
EBITDA	33	50	26	21	-0,2	176
Margem EBITDA	13,2%	18,7%	8,5%	16,0%	0,9%	18,4%
Resultado líquido consolidado do exercício	8	19	14	17	1,3	6
Taxa de rentabilidade do capital próprio	5,1%	13,9%	n.a.	4,1%	10,6%	0,6%
Taxa de rentabilidade do activo	4,7%	8,6%	2,6%	7,4%	7,1%	1,2%
N.º médio de pessoal	1.328	1.805	2.374	947	327	2.047

Síntese dos principais indicadores económico-financeiros, 2009 (em milhões de euros).
 Fonte: Caracterização dos principais grupos económicos de comunicação social, pelo CEGEA – Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada, Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (2010)

PRINCIPAIS GRUPOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL – CARACTERIZAÇÃO E ÁREAS DE ACTIVIDADE

Os grupos económicos seleccionados são os de maior dimensão, quer relativamente aos sectores de actividade que desenvolvem, quer ao volume de negócios. São considerados: Impresa, Media Capital, RTP, Cofina, Renascença, Sonaecom, Ongoing, Controlinveste, Impala e Lena.

A informação disponível limita-se a apenas alguns indicadores relativamente aos grupos Controlinveste, Impala, Ongoing e Lena. Identificam-se a seguir as principais áreas de negócio dos grupos considerados, seguindo-se um quadro síntese dos principais indicadores económico-financeiros dos grupos que os disponibilizam.

Impresa

O grupo Impresa é um dos maiores grupos de comunicação em Portugal e reúne várias participações em vários segmentos de negócio na área dos média. As suas áreas de actividade repartem-se por: televisão – SIC, SIC Notícias, SIC Radical, SIC Mulher, SIC Internacional e SIC K); imprensa – *Expresso e Courier Internacional, Activa, Autosport, Blitz, Caras, Exame, FHM, Telenovelas, TV Mais e Visão*; digital; distribuição – VASP (participação); produção de eventos; comunicação e publicidade; gestão de imóveis e serviços. A Impresa detém 22,35% do capital da agência noticiosa Lusa.

Media Capital

O ano de 2009 foi marcado pela tentativa de aquisição, por parte da Ongoing, de 35% do capital da Media Capital. A ERC emitiu parecer desfavorável à operação enquanto a Ongoing não vendesse a participação detida na Impresa, não tendo sido concretizada a referida aquisição.

As áreas de actividade da Media Capital desenvolvem-se em cinco segmentos de negócio: televisão – TVI, TVI 24 e teledifusão levada a cabo pela RETI; produção – programas/séries; entretenimento; rádio – Rádio Cidade, Rádio Regional de Lisboa e Rádio Comercial, Rádio Cidade, Rádio Clube Português e M80, entre outras; internet – IOL Negócios, que explora o portal IOL.

Rádio e Televisão de Portugal, SA

A Rádio e Televisão de Portugal, SA, (RTP) é a empresa concessio-

nária do serviço público de rádio e de televisão. O seu objecto é a prestação dos serviços públicos de rádio e de televisão. A RTP desenvolve a sua actividade na rádio – Antena 1, Antena 2 e Antena 3, RDP Madeira e RDP Açores, RDP Internacional e RDP África; na televisão – RTP1 e RTP2, RTP Madeira e RTP Açores, RTP Internacional e RTP África, RTPN e RTP Memória e, ainda, a RTP Mobile.

Cofina

Através de empresas participadas, a Cofina Media SGPS – a *subholding* do grupo Cofina para o sector dos média – actua em dois segmentos principais: imprensa – jornais *Correio da Manhã, Record, Jornal de Negócios* e os gratuitos *Destak, Metro*; revistas *Sábado, Máxima, TV Guia, Flash, Vogue, GQ, Rotas e Destinos, PC Guia, Automotor*; distribuição através da VASP, em cujo capital participa em 33,33%.

Renascença

O Grupo Renascença é detido pelo Patriarcado de Lisboa (60%) e pela Conferência Episcopal Portuguesa (40%). Actua fundamentalmente no sector da rádio através das marcas Rádio Renascença, RFM, Mega FM e Rádio SIM. Na Internet possui actividade na *webradio*, com as rádios 80 s RFM, RFM Oceano Pacífico, RFM Clubbing; na publicidade detém ainda a totalidade do capital da Intervoz Publicidade, a empresa que detém o exclusivo da angariação publicitária; outras actividades do grupo são entretenimento e formação.

Sonaecom

Actua em três principais segmentos de negócio: telecomunicações – Optimus e Clix e Optimus¹; sistemas de informação; multimédia – imprensa com o jornal *Público*, conteúdos na internet e radiodifusão sonora com a Rádio Nova.

Controlinveste

A Controlinveste desenvolve actividade na imprensa – *Jornal de Notícias, Diário de Notícias, O Jogo, 24 Horas, Global Notícias, Açoriano Oriental, Jornal do Fundão, Ocasão, Notícias Sábado,*

do, Notícias Magazine, Notícias TV, Revista J, Volta ao Mundo e Evasões; na rádio – TSF; na televisão por cabo – SCN Sport TV, Sport TV2, Sport TV3, Sport TVÁfrica, Sport TVHD; Sport TVGolf; na distribuição (*Notícias Direct* e participação na Vasp); agência de viagens; agência de comunicação empresarial e Loja do Jornal.

Ongoing

O grupo Ongoing, através das suas participadas, desenvolve actividade nas seguintes áreas de negócio: comunicação social e consultoria; área desenvolvida pela Ongoing SI e suas participadas, que abrange imprensa – *Diário Económico e Semanário Económico*; Internet; televisão – *Económico TV – New Media, SA*²; serviços de consultoria; apoio a sistemas de infocomunicação; criação e gestão de marcas (através da Mybrand); consultoria na gestão de relações com *stakeholders*; imobiliário e exploração agrícola; gestão de fundos de investimento. O grupo Ongoing tem participações minoritárias em diversas empresas que desenvolvem actividades de comunicação social em Portugal. Destacam-se a participação na Impresa SGPS, S.A., na Portugal Telecom, SGPS, SA e na ZON Multimédia, SGPS, SA.

Impala

O grupo Impala desenvolve actividade nas áreas de negócio de revistas, livros, viagens e *franchising*. No segmento revistas edita várias publicações – *Focus, Nova Gente, Mulher Moderna na Cozinha, TV 7 Dias, VIP, Maria e Ana*. No segmento livros tem presença significativa, em particular nas áreas infantil e de culinária.

Lena

A Lena Comunicação é a *subholding* do Grupo para o sector da comunicação, onde possui actividade nos seguintes segmentos de negócio: imprensa regional – *Diário As Beiras, Grande Porto, Imagens & Letras, Jornal da Bairrada, Jornal de Abrantes, Jornal do Centro, Negócios & Notícias, O Algarve, O Ribatejo, Região de Leiria*; imprensa nacional – jornal *i*; rádios regionais – Rádio Antena Livre (Abrantes), Rádio NOAR (Viseu); televisão *online* – TV Ribatejo; edição, segmento no qual detém uma editora.

¹ Em Janeiro de 2010 ocorreu uma operação de *rebranding*, no sentido de tornar a Optimus a única marca da SONAEOM no sector das telecomunicações.
² O Económico TV, canal emitido via cabo, iniciou a sua actividade em 2010, embora tenha obtido autorização para emitir em 2009.

Televisões globais, história única

TAL COMO SUCEDEU com Chimamanda Adichí, que só começou a ter uma visão mais próxima da sua Nigéria natal quando começou a ler literatura africana – nomeadamente Chinua Achebe e Camara Laye – assim o mundo muçulmano só começou a reconhecer melhor a sua própria imagem televisiva e a sua própria história recente após a criação da rede do Qatar, a Al Jazeera.

A Al Jazeera, que significa «a ilha» em árabe, arrancou a 1 de Novembro de 1996, pretendendo ser uma espécie de CNN para o mundo islâmico. Contudo, só após o 11 de Setembro começou a ser mais conhecida no Ocidente, mas quase nunca pelas boas razões ocidentais. O novo mensageiro narrava os factos em função desse «outro», em tempos dito «infidel», e tanto bastava para que o Norte determinasse a morte desse alienígena. Bush e Blair ter-se-ão entendido nessa matéria, segundo relatou Jeremy Scathill na *The Nation*. A rede do Qatar tornou-se assim a voz desse «outro» e do «mal». Mas também é verdade que a própria comunicação estratégica israelita, sempre que necessita, não deixa de ocupar esse «demonizado» espaço. A «ilha» não deixa, pois, de realizar a metáfora, sendo neste caso uma porção de discurso rodeado de mensagem por todos os lados.

Essa mensagem, ou «mensagem», como preferia Marshall McLuhan, está aí, impante, desde a era da fragmentação do modelo audiovisual europeu e norte-americano – que é praticamente simultâneo e corresponde ao fim da televisão generalista clássica e à multiplicidade da oferta de canais via satélite e cabo. Mas agora, no final da primeira década do novo século, a esta era de fragmentação corresponde um tempo de hiperfragmentação dos sistemas televisivos, que na Europa se aproxima dos 10 mil canais de televisão, entre generalistas, cabo, satélite, tv's locais, *web tv's*, *mobile* e outras. A questão é que a diversidade da oferta e a qualidade dos conteúdos não cresce proporcionalmente à progressão exponencial do número de canais e plataformas. Pelo contrário: ter mais canais significa, tendencialmente, redifusão constante dos mesmos conteúdos ou de conteúdos em tudo idênticos, mas sobretudo uma contínua reciclagem da mensagem do centro para pacificar, normali-

zar, ou pelo menos consensualizar, em torno de um plano geral comum, a periferia.

Os canais internacionais

O que farão então de diferente, de diverso, os grandes canais internacionais constituídos em torno de objectivos comuns e sobre estratégias de internacionalização e de disseminação linguística e cultural, como a BBC, a RTPi, a CNN e outras? E que real alternativa local/global constituem essas novas «ilhas» como a Al Jazeera e Al-Arabiya, ou mesmo a BBC Arabic Television, para os países do Norte de África e do Médio Oriente?

Um relatório produzido por Deborah Horan, no âmbito do CIMA – Center for International Media Assistance, vem dizer-nos que, de uma maneira geral, os média no Médio Oriente e no Norte da África são actualmente mais livres do que o eram há dez anos. Com a explosão de canais que se registou na primeira década do século, verificou-se, inclusive na área específica da informação, o aparecimento de canais árabes muito atentos à sua própria realidade. Mesmo no plano do entretenimento, significativas alterações foram sendo introduzidas pelos novos canais, o que levou os canais oficiais locais, em boa parte dos casos, a serem secundarizados pela audiência relativamente à nova oferta transfronteira. Mas a verdade é que não podemos falar em grandes mudanças nesta matéria, dado que sobre o sistema de média local se mantém, apesar de tudo, uma mão forte do poder para além dessa «abertura» trazida pelos canais transnacionais. Até porque são exactamente canais como a Al Jazeera e a Al-Arabiya que contratam os melhores jornalistas locais, fazendo aumentar nitidamente a diferença de produto final entre os canais por satélites a as estações sob controlo governamental. Nessa perspectiva, «apenas três países árabes foram classificados como “parcialmente livres” pela Freedom House no seu índice de 2009 sobre a Liberdade de Imprensa, o resto permaneceu “não livre”. (...) Dado que a maioria dos países árabes não são democráticos, mesmo que a cobertura mediática de uma questão particular possa incitar as pessoas à mudança, há poucas, ou mesmo nenhuma saídas políticas para fazer a mudança acontecer. No entanto, quanto maior for o acesso a notícias mais con-

fiáveis, mais possibilidade há de fazer avançar a causa da democracia (...)».

Local/Global

É um facto que não pode haver globalização sem os média e também, obviamente, sem os novos média e as redes de comunicações. Sendo os sistemas de média centrais no processo da globalização, é certo que boa parte das teorias da área das ciências da comunicação, das teorias críticas às do «imperialismo cultural», têm procurado ver o fenómeno como um processo de homogeneização, mas também é certo que o problema não pode ser reduzido a uma polémica entre os cépticos e os neoliberais ou outros adeptos da globalização. Como dizia Appadurai (2004:32), «globalização não implica necessariamente ou sequer frequentemente homogeneização ou americanização». As questões são, naturalmente, mais complexas, havendo argumentos fortes, quer nas teorias críticas, quer também nas perspectivas mais favoráveis, ou seja, nas teses da hibridez cultural, dos estudos de audiência e de recepção, da *cosmopolitan social democracy*, da diversidade, da relocalização (Movius, 2010: 6-18), do construtivismo, etc. Num outro registo, mais antropológico, poder-se-ia falar das ambivalências das novas tecnologias. Reconhecendo, com Appadurai, que a globalização da cultura não é exactamente a mesma coisa que a sua homogeneização, é um facto que o global não se constrói sem essa pulsão negativa, por assim dizer, levando a que a principal característica da política no plano global seja hoje «a política do mútuo esforço da semelhança e da diferença para se canibalizarem reciprocamente, assim proclamando o saque vitorioso das ideias gémeas do iluminismo, o universal triunfalista e o particular resiliente» (Appadurai, 2004: 63). Outros preferem manter uma interpretação crítica do actual modelo, considerando-se fundamentalmente preocupados com os aspectos negativos da globalização. É o caso de Zygmunt Bauman, que refere que se, por um lado, os fabricantes e manipuladores de símbolos são cada vez mais agressivos e «extraterritoriais», por outro, verifica-se um enfraquecimento das soberanias localmente circunscritas: «*Nosotros podríamos profetizar que, si nada la refrena o la domina, nuestra globalización negativa – y su modo alternativo de desprover de su seguridad a los que son libres y de ofrecer seguridad en forma de*

falta de libertad – hace ineludible la catástrofe» (Bauman, 2007:227).

A verdade é que mesmo no campo oposto, entre o pensamento liberal, também se encontram argumentos fortemente críticos. Veja-se o caso do alemão Max Otte, que vê na actual sociedade de informação uma «economia da desinformação» dominante, um sistema de opacidades, de pseudoacontecimentos e de ruído mediático, enfim, como defende, uma nova sociedade feudal submissa ao capitalismo predador, uma experiência democrática sob sequestro, além da crescente debilidade das instâncias políticas subordinadas aos grupos de pressão económica: «*El periodismo independiente ha caído en una crisis cada vez más profunda. Las redacciones agradecen las opiniones prefabricadas que les hacen llegar los departamentos de relaciones públicas de las empresas y de los ministerios, y así se cierra el círculo de las fuerzas motrices de la sociedad de la desinformación (...). Los medios – considerados desde hace tiempo como «cuarto poder» crítico (!) junto al legislativo, el ejecutivo y el judicial – se han convertido como los anteriores en puro multiplicador de la desinformación*» (Otte, 2010: 39-40). Nada que não se saiba... Ou não terão sido os médias globais também responsáveis pelo inflacionamento dramático das múltiplas crises da década, como a bolha *dot.com*, as mentiras sobre o Iraque, a bolha imobiliária, o crédito fácil, os produtos tóxicos, etc., etc.? Não esquecendo outras crises, como a climática, a crise do paradigma do progresso, a crença na sociedade de consumo e da abundância, etc. Mas sobre essa decisiva fractura cultural e os esgotados modelos da gratificação diferida, hoje, no novo contexto da comunicação instantânea à escala global e sob o espectro desse «primeiro Estado» em que se consagrou o domínio do capital impaciente, é de facto de uma outra crise que se trata, a do «triunfo da superficialidade no trabalho, nas escolas e na política», como refere Richard Sennett (2006: 133): «a nossa página nova talvez seja a revolta conta esta cultura debilitada».

Esta ordem do superficial que passa pela informação global atingiu há muito a própria dimensão cultural do fenómeno televisivo. O exemplo limite é o do mercado ibero-americano, onde o exemplo do caso português não deixa de ser deprimente. A ficção de fluxo no espaço ibero-americano não escapa, portanto,

ao modelo global de uma certa homogeneização cultural. Segundo Lorenzo Vilches, a uniformização dos conteúdos parece ser a regra da indústria televisiva, sendo certo que esse tipo de produção específica não é estranho ao actual processo de mundialização, caracterizando-se pelos seguintes aspectos: «i) a uniformização dos conteúdos via adaptação de formatos da ficção nacional e ibero-americana; ii) a confirmação de que o princípio económico é um princípio ordenador nesse processo; iii) uma vez comprovada a decadência ou a debilidade do sector público (...) o mercado tem a prerrogativa em todas as decisões sobre formas e conteúdos e iv) a constatação de uma filosofia mundializadora, incipiente e de magnitude desigual, no conjunto das indústrias nacionais de ficção ibero-americana diante dos mercados internacionais.» (Lopes e Vilches, 2008: 23-24). No mesmo estudo refere-se que há também, cada vez mais, uma menor diferenciação de consumo e géneros no contexto do mercado ibero-americano, uma grande concentração de novelas e também de séries no horário nobre, não havendo sequer grande diferenciação entre a oferta pública e privada nestes mercados. Deste estudo empírico retira-se também algo específico do caso português (Cádima, 2009) que não deixa de nos fazer pensar seriamente sobre os efeitos de um modelo caracteristicamente terceiro-mundista na nossa televisão, sem qualquer paralelo na Europa: «Portugal é o país que mais oferece ficção nacional de estreia (leia-se: novela) em horário nocturno (32%)» Neste sentido pode dizer-se que também em matéria de regulação europeia estamos perante um claro défice de acompanhamento deste tipo de questões (Cádima, 2007).

RTP Internacional

No início de 2010 o deputado socialista Paulo Pisco questionava no parlamento a prática do serviço público de televisão, através de um requerimento sobre a programação da RTPi e da RTP África. Considerava não haver, no caso da RTPi, «um jornalismo de e para as comunidades, nem tão-pouco é visível a promoção e reconhecimento dos muitos valores que existem nas comunidades». Tão-pouco o canal público conseguia suscitar «o interesse das novas gerações de portugueses espalhados pelo mundo», faltando «a dimensão cívica e política fundamental para a afirmação das nossas comunidades». Em relação à RTP

África, reconhecia ainda não existir «uma verdadeira promoção da cooperação e dos laços históricos e culturais» entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa. A RTPi surge a 10 de Junho de 1992, então apenas dirigida à Europa com uma emissão de apenas seis horas. Em 1997 surge a RTP África. Actualmente a RTPi é uma rede global, está presente em diversos sistemas digitais, no cabo e noutras plataformas, atingindo uma audiência de cerca de 20 milhões de espectadores, mas sempre muito criticada pelo esquecimento do pulsar das comunidades propriamente ditas, pela pouca expressão da herança cultural portuguesa, à revelia do próprio contrato de concessão, e pela difícil coabitação com países onde há claro défice de pluralismo. Em 1998 surge a SIC Internacional e em 2010 a ERC aprova o projecto TVI Internacional.

“**(...) Devido a escritores como Chinua Achebe e Camara Laye eu passei por uma mudança mental na minha percepção da literatura. Apercebi-me que pessoas como eu, raparigas com a pele cor de chocolate, cujo cabelo estranho não podia formar rabos-de-cavalo, também podiam existir na literatura. Comecei a escrever sobre coisas que reconhecia.**”
Chimamanda Adichi

Depois das grandes fases de diáspora dos portugueses até aos anos 60, o aparecimento de um canal internacional da cultura portuguesa três décadas mais tarde peca desde logo por clamoroso atraso. Daí que tivessem que ser os meios locais, muitas vezes promovidos pelas próprias comunidades portuguesas, nomeadamente em França, a exercer desde logo essa função tão adiada pelo operador público português. Recorde-se as emissões de rádio de Jorge Reis na estação pública ORTF (1966), as famosas rádios livres, os programas em português na RFI, a emissão de televisão *Mosaïques* (da FR3, 1976-1987), etc. Mais próximo de nós surge o canal CLP TV (2006-2009), um projecto desenvolvido pela comunidade portuguesa, infelizmente falido, e surge também a Lusopress.tv, um projecto de *web tv* que,

pelo facto de ser menos oneroso, poderá ter assim garantido um outro futuro no novo modelo de comunicação em ambiente digital. Sobre muitos destes temas surgia entretanto a obra *Les Portugais de France face à leur télévision. Médias, migrations et enjeux identitaires*, de Manuel Antunes da Cunha. Trata-se de um aprofundado estudo sobre a diáspora portuguesa e sobre o sistema de médias que a envolve, nomeadamente no caso francês e em particular sobre a RTPi, que, como o autor refere, o começam por reenquadrar, inclusive numa perspectiva identitária na diáspora e num quadro de participação e interacção na comunidade distante da origem e nessa nova rede de sociabilidade: «*L'agencement de la grille, l'environnement visuel et la nature des propos m'interpellaient d'une façon différente que ne le faisait le paysage audiovisuel lusitanien*» (Cunha, 2009: 16). No final, o autor consegue definir de forma muito clara a caracterização daquilo que considera ser a «identidade discursiva» da RTPi: «*Tradition et modernité, culture populaire et érudite façonnent le cadre énonciatif de la chaîne de souveraineté. (...) Les rubriques sur le tourisme, la nature, la langue, la gastronomie et la culture populaire, entre autres, esquissent une représentation plus traditionnelle de la portugalié. Dans cette quête des origines, les fictions à caractère historique évoquent des récits et des archétypes fondateurs, tandis que les émissions consacrés au football, au fado et à la religion réactualisent le mode portugais d'être au monde*» (Cunha, 2009: 329).

Mas como referia o deputado Paulo Pisco, outros aspectos críticos se colocam, como por exemplo, o défice de pluralismo, político, cultural, etc., sobretudo no contexto das emissões destinadas às áreas geopolíticas mais complexas. E, no nosso caso, nas relações com África em particular. Recorde-se uma situação entre muitas ocorrida com a RTP África, que teve de fechar a sua delegação em Bissau em 1 de Dezembro de 2002, depois de um despacho da secretaria de Estado da Informação guineense ter obrigado à suspensão das emissões e, depois, ao encerramento da delegação e expulsão do jornalista João Pereira da Silva, delegado da RTP-África, situação que teria alegadamente sido originada pelas referências feitas à Amnistia Internacional, que exigia a realização de um inquérito sobre as circunstâncias da morte do general Ansumane Mané, a 30 de Novembro de 2000.

Em relação a Angola, Vicente Pinto de Andrade pôs claramente o dedo na ferida: «(...) Ainda há um longo caminho a percorrer no sentido da instituição plena de um regime democrático. A governamentalização e partidarização dos meios públicos de comunicação social são a nota mais negativa do regime político actual. Não é por acaso que continuam as restrições à extensão do sinal da Rádio Ecclesia (Emissora Católica de Angola). Angola é o único país da África de língua oficial portuguesa onde as imagens e os sons da RTP África e da RDP África não chegam “directamente” às nossas casas (...).»

Sobre esse outro défice que tem a ver justamente com o pulsar das comunidades da diáspora e a sua quase ausência na RTP Internacional, pronunciou-se outro investigador, também na sua tese de doutoramento, recentemente defendida. Trata-se de uma investigação sobre o modo como os média constroem e aprofundam a identidade de uma comunidade imigrante, o seu processo de integração, os elos identitários e a influência dos média, em que a RTP Internacional é estudada no plano da construção dessa realidade e identidade. Várias questões se colocam então, a começar pela questão de as pulsões e das experiências dessas comunidades não emergirem de uma maneira geral nos canais internacionais – bem como, no caso da RTPi, o esquecimento dos âmbitos da herança cultural, patrimonial e identitária portuguesa. É interessante verificar que este trabalho sobre o problema da identidade dessa comunidade, também sobre o problema dos média e suas interacções, incide em particular sobre o meio televisão, sendo que a maioria dos membros dessa comunidade saiu de Portugal nos anos 50-60, alguns sem conhecerem sequer as primeiras emissões de televisão em Portugal. A RTPi é assim entendida como meio privilegiado para o reforço do vínculo identitário, quer na comunidade, quer na sua ligação à origem mais difícil se torna definir qual o contributo efectivo dos médias para o reforço da identidade, embora se sustente a identidade como construção, como consciência colectiva, percepção comum, e daí a importância de uma nova responsabilidade social dos médias e dos jornalistas. ■

Este texto está publicado, na íntegra, na revista JANUS. NET, e-Journal of International Relations, Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010). Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art7

Prioridades informativas e "share" de audiências

FACE À DESSINTONIA ENTRE A OFERTA E A PROCURA em matéria de televisão global, ganha todo o sentido a questão da declinação da programação para determinadas comunidades com características diferenciadas, a necessidade de ouvir estas mesmas comunidades e de produzir, em consequência, programas localmente. Dessa forma se evitaria a tendência para o discurso oficial, de certa forma hegemónico, para a massa «global», e não diferenciado como é competência designadamente das televisões públicas nas suas emissões internacionais.

Há abordagens interessantes que se podem fazer nessa sequência, como pensar as televisões globais, com as suas algo etnocentristas ou mais ou menos oficiais realidades/histórias locais/nacionais (da origem), exactamen-

te ao contrário do que sucede com os média locais e regionais, que tendem a ter estratégias editoriais de tipo nacional/global. Mas mais complexa do que isso, é a possibilidade de as televisões globais terem, em regra, as suas histórias únicas, lógicas editoriais ensimesmadas que abordam sobretudo o mesmo e não esse outro da experiência da diáspora e menos ainda as comunidades e vozes das margens: as diásporas dentro da diáspora, que apenas encontra alternativa nesses «bairros virtuais» de que falava Appadurai (2006), sendo certo que essa margens conquistam novos passos de inclusão, sobretudo com os novos média e não tanto com os média tradicionais. A produção de localidade e a reprodução cultural desterritorializada nas novas etnopaisagens não se faz, naturalmente, sem

contradições nem impasses, dada a «disjunção entre estes processos e os discursos e práticas médiatizados pelos meios de comunicação de massas» (Appadurai, 2004: 263).

CNN

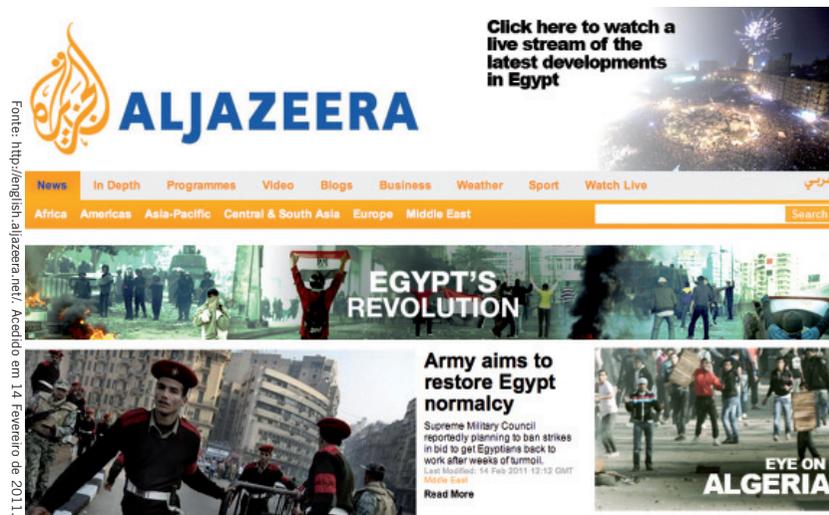
A CNN actualmente redistribui-se por várias CNN, cada uma das quais direccionada para determinadas regiões geopolíticas do globo. Uma forma interessante de começar por pensar a «mensagem» CNN é conhecer a experiência de uma sua ex-jornalista, Rebecca MacKinnon. Trata-se de uma experiência que acaba por constituir-se na imagem crua do sistema, algo que foi descrito pela jornalista Lara Logan, da CBS, quando numa entrevista ao «Daily Show» de Jon Stewart, em Junho de 2008, dizia que se tivesse de ver as notícias sobre o Iraque que, são publicadas nos Estados Unidos, «daria um tiro na cabeça»... Rebecca MacKinnon é actualmente professora do Centro de Jornalismo e Estudos da

Média na Universidade de Hong Kong e é co-fundadora da Global Voices. Entrou para a CNN em 1992, para a delegação de Pequim, da qual foi directora em 1997 e em 2001 tornou-se responsável pelo Tokyo Bureau. No prólogo deste seu ensaio a que fazemos referência, e de que destacaremos uma parte significativa, dada a sua importância, MacKinnon diz-nos com toda a clareza ao que vem e aquilo que nos diz, de tão claro que é, não nos permite que fiquemos com dúvidas sobre o «sistema CNN»: «After working for CNN in Asia for over a decade, I stopped to take stock. I asked myself: Did my job as a TV new correspondent remain consistent with the reasons I went into journalism in the first place? My answer was "no"» (MacKinnon, 2004: 1).

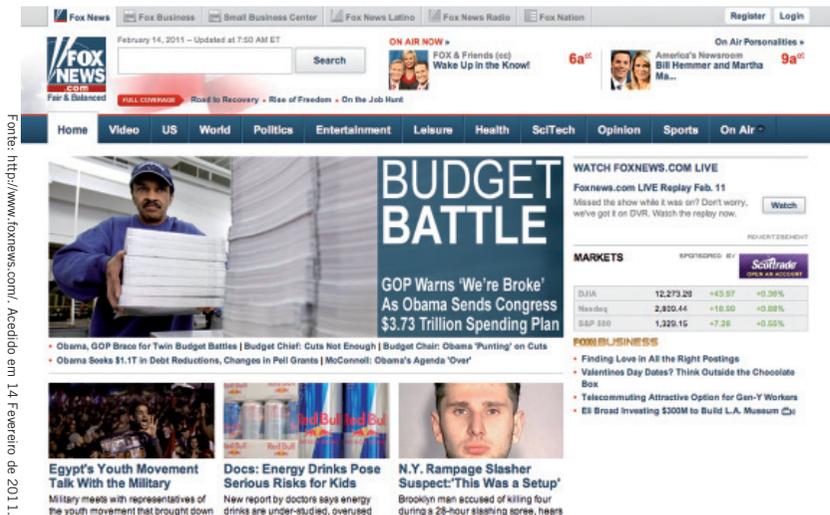
Nesse início dos anos 90, então com vinte e pouco anos, Rebecca tinha ainda todos os sonhos do mundo e o seu idealismo levava-a a acreditar que havia um jornalismo *public-service oriented* à sua espera... «I believed



Fonte: <http://www.bbc.co.uk/news/>, Acedido em 14 Fevereiro de 2011.



Fonte: <http://english.aljazeera.net/>, Acedido em 14 Fevereiro de 2011.



Fonte: <http://www.foxnews.com/>, Acedido em 14 Fevereiro de 2011.



Fonte: <http://news.sky.com/skynews/>, Acedido em 14 Fevereiro de 2011.

that a democratic nation such as the United States could only have responsible foreign policies that truly served the people's interests – and intentions – if the public received quality, objective international news. I wanted to make a difference. To say that I made no difference covering China, Japan, Korea, and other parts of Asia to viewers in the United States and around the world would be overly cynical. But by early 2004 I concluded that my ability to make a difference on issues that I felt were important was diminishing. In November 2003 I interviewed Japanese Prime Minister Junichiro Koizumi, focusing primarily on his decision to send Japanese non-combat forces to Iraq despite widespread public opposition. Despite being a close ally of U.S. President Bush, Koizumi said Bush should be doing more to cooperate with the international community. While this interview was broadcast repeatedly on CNN International, not a single sound-bite ran on CNN USA» (MacKinnon, 2004: 2).

Da sede da CNN em Atlanta, os editores diziam a Rebecca que não tinha havido tempo para passar a entrevista na emissão nacional, mas a verdade é que esse foi um dia calmo demais para a CNN na América. A alta prioridade dos editores não foi para o primeiro-ministro Koizumi mas antes para Michael Jackson, Jessica Lynch, para uma entrevista com o então secretário de Estado Colin Powell, para uma decisão judicial sobre o casamento gay, etc., etc. Diz-nos Rebecca MacKinnon: «I understood the CNN USA producers' perspective: they are not paid to serve the public policy interest. They are paid to boost the ratings of their shows, and thus make choices every day in favor of news stories they feel will keep viewers from changing the channel to competitors such as Fox News. (...) I was told that the priority of all internationally-based correspondents should be to find ways to get more stories aired on CNNUSA's prime time shows. We needed to "serve their needs" better in order to continue to justify our existence financially. I was told that the main "problem" with my recent reporting was that my depth of knowledge about Northeast Asia was "getting in the way" of doing the kind of stories that CNNUSA is likely to run. It was after this conversation that I began to wonder whether I should return to the

Fonte: <http://edition.cnn.com/>, Acessado em 14 Fevereiro de 2011.

job that was so generously being held for me. (...) I did not feel that the job remained consistent with my reasons for becoming a journalist in the first place. Nor were my concerns limited to CNN exclusively; in fact, most TV journalists I knew at other U.S. networks harbored similar sentiments. Having no debt or dependents of any kind, I was in a better position than most people to take risks. In March, I took a deep breath and resigned. I have gone from being a well-compensated foreign correspondent to being an independent writer, researcher, and blogger» (MacKinnon, 2004: 2). A história de Rebecca MacKinnon é a todos os títulos elucidativa, pela razão inversa do que se passa com os canais transnacionais que procuram levar a sua mensagem aos quatro cantos do mundo, mas que, neste caso específico da CNN USA, se concretiza no facto de algumas mensagens, que são editadas nalgum remoto «canto do mundo», dificilmente se poderão repercutir internamente, nos USA, isto porque no plano nacional do que se trata é de preservar a boa imagem e a «impoluta» política. Sheldon Rampton explicava estas coisas desta maneira: «Any serious contemplation of the process by which the United States went to war in Iraq tells us that propaganda is still a powerful force in shaping public opinion.» Apesar de Obama e do seu novo ciclo comunicacional, a

verdade é que o *broadcast* continua a ser, ainda hoje, o meio de comunicação dominante, o que também quer dizer que as velhas estratégias de propagação das décadas das grandes guerras continuaram vivas nas

guerras regionais do início do novo século. O que significa que nem no tempo longo, na longa duração, se resolvem os problemas da «história única» e dos novos e velhos etnocentrismos geopolíticos. ■

Referências bibliográficas

Antunes da Cunha, Manuel (2009), *Les Portugais de France face à leur télévision. Médias, migrations et enjeux identitaires*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
 Appadurai, Arjun (2004) *Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.
 Bauman, Zygmunt (2007), *Miedo Líquido. La sociedad contemporánea y sus temores*, Madrid: Paidós, 2007.
 Cádima, Francisco Rui (2007), *A Crise do Audiovisual Europeu – 20 Anos de Políticas Europeias em Análise*, Lisboa: Formalpress/ Coleção Media XXI.
 Cádima, Francisco Rui (2009), *Crise e Crítica do Sistema de Media - o caso português*. Lisboa: Formalpress/ Coleção Media XXI.
 Horan, Deborah (2010), "Shifting Sands: The Impact of Satellite TV on Media in the Arab World". CIMA, Washington, D.C., March 29. A Report to the Center for International Media Assistance at the National Endowment for Democracy. http://cima.ned.org/wp-content/uploads/2010/03/CIMA-Arab_Satellite_TV-Report.pdf
 MacKinnon, Rebecca (2004) «The World-Wide Conversation - Online participatory media and international news». Shorenstein Center Working Paper Series, Spring 2004. Consultado em 2 de Maio de 2010. <http://cyber.law.harvard.edu/blogs/gems/techjournalism/WORLDWIDECONVERSATION.pdf>
 Moura, Fernando Carlos (2010), «A Construção da identidade de uma comunidade imigrante portuguesa na Argentina (Escobar) e a Comunicação Social». Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Departamento de Ciências da Comunicação - FCSH/UNL (policopiada), Maio de 2010.
 Movius, Lauren (2010), «Cultural Globalisation and Challenges to Traditional Communication Theories», PLATFORM: *Journal of Media and Communication* 2(1) (January): 6-18. ISSN: 1836-5132 Online. http://www.culture-communication.unimelb.edu.au/platform/v2i1_movius.html
 Otte, Max (2010), *El Crash de la Información. Los mecanismos de la desinformación cotidiana*, Madrid: Ariel.
 Pinto de Andrade, Vicente (2008), «A futura Constituição angolana», *Correio do Patriota online*, 5/8/2008. Consultado em 25 de Maio de 2010: http://www.correiodopatriota.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=339
 Rampton, Sheldon (2007), «Has the Internet Changed the Propaganda Model?» Center for Media and Democracy – PR Watch. org, 22/05/2007. Consultado em 24 de Maio de 2010: <http://www.prwatch.org/node/606>
 Scahill, Jeremy (2005), «The War on Al Jazeera», *The Nation online*, December 1. December 19, edition of *The Nation*. Consultado em 2 de Maio de 2010: <http://www.thenation.com/doc/20051219/scahill>
 Sennett, Richard (2006), *A Cultura do Novo Capitalismo*, Lisboa: Relógio de Água.
 Vassallo de Lopes, Maria Immacolata e Vilches, Lorenzo (2008), (coords.), *Anuário Obitel 2008 - Mercados globais, histórias nacionais*, Rio de Janeiro: GloboUniversidade.

Este texto está publicado, na íntegra, na revista JANUS.NET, e-journal of International Relations, Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010). Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art7

A regulação das telecomunicações

AO DESAFIO QUE ME FOI FEITO procuro responder com uma reflexão pessoal mais virada para os desafios do futuro do que para a experiência do passado, daí resultando um texto corrido, quase exploratório, que visa, sobretudo, descobrir novos e melhores caminhos para a regulação.

Porquê regular?

A presente crise trouxe para a ribalta o problema da regulação. Basta passar os olhos pelos jornais, designadamente os mais ligados às áreas económicas e financeiras, e aí estão as permanentes referências ao problema, eventualmente com uma potencial fonte de equívocos, fruto da natureza desta crise.

A fonte de equívocos resulta, em meu entender, de que a generalidade de referências ao regulador (ou à regulação), quando não trazem qualquer adjetivação acoplada (e, habitualmente, não trazem), diz respeito à regulação financeira.

Para além do equívoco, agravado frequentemente pela implícita assunção de um só tipo de regulador financeiro, fica o mérito de responsabilizar pela crise quem mais por ela foi responsável, embora não isoladamente – o sector financeiro, entendido com grande abrangência.

Mas, talvez mais perturbador que esse equívoco seja tudo quanto resulta da ambiguidade que rodeia o conceito e a operacionalidade da regulação, nas várias abordagens que hoje surgem.

Necessário se torna, por isso, procurar, se possível, clarificar os conceitos para que se possa tentar dar uma resposta consistente à pergunta em título.

Tentando descodificar os entendimentos mais comuns ligados ao termo – regulação – que hoje proliferam, dois temas surgem claramente conectados, quando não mesmo confundidos, com a regulação: concorrência e políticas públicas.

Tem de ficar claro que, de facto, as fronteiras entre regulação e concorrência, por um lado, e regulação e políticas públicas, por outro, não são bem demarcadas, se é que podem mesmo existir – o que, obviamente, legitima as referidas confusões. Contudo, essa indefinição das fronteiras não significa, antes pelo contrário, que não haja campos próprios, não miscíveis,

a cada um dos três conceitos referidos, sendo crucial afirmar, sem rodeios, que regulação não é política de concorrência, embora lhe não seja alheia, e regulação também não é política pública, embora a não possa, nem deva, ignorar. Este triângulo – regulação, concorrência, políticas públicas – se bem analisado, pode permitir lançar melhor luz sobre o porquê e o alcance da regulação.

Se nos centramos, para já, no lado do triângulo [regulação-concorrência], com frequência surge a ideia de que a regulação sectorial, já que a política (regulação) da concorrência é transversal a toda a economia, não é mais que uma instituição transitória que culminará com a supressão das suas funções que serão, naturalmente, absorvidas pela regulação transversal ou da concorrência.

Entrando um pouco no jargão da regulação, a regulação sectorial é considerada, habitualmente, como uma regulação *ex ante* (uma regulação estrutural, lida de um modo algo simplista), enquanto a regulação transversal, de concorrência, é designada como regulação *ex post* (uma regulação mais comportamental, também em linguagem simplista). A expectativa de que a primeira possa desaparecer para desaguar na segunda tem implícitas duas hipóteses fundamentais:

1.^a que a regulação sectorial tem como fonte exclusiva falhas estruturais de mercado;

2.^a que a acção desta regulação, desde que consistente, tenderá a fazer desaparecer essas falhas de mercado, dando lugar à sua própria extinção por ter desempenhado cabalmente o seu papel. Claro que isto é equivalente a admitir que esse é também, e só, o seu objectivo. A regulação sectorial seria, assim, uma espécie de proto-regulação da concorrência, em linguagem biológica, uma fase inicial ou transitória, de um processo de metamorfose em que o estádio final será a política ou a regulação da concorrência.

A ser assim, a prévia referência ao triângulo perderia todo o sentido pois ela colapsaria em absoluto fundindo-se no lado regulação-concorrência para, dinamicamente, evoluir para um único ponto – o vértice definidor da concorrência.

Tal decorreria da irrelevância da consideração de quaisquer outras fontes de legitimação da regulação sectorial, e em particular da irrelevância das políticas públicas no quadro de referência da legitimação da regulação sectorial, quer no que toca ao seu funcionamento, quer, também e não menos relevantemente, aos seus objectivos finais.

Esta visão tem estado implícita (ou mesmo explícita!) em documentos estratégicos comunitários e é bem acolhida e explicada por abordagens teóricas da regulação económica.

É aqui que, de facto, se vai, em muito, beber a ideia de que são as falhas de mercado que a podem justificar (mesmo assim, cautela, porque é necessário provar – e bem – que os seus beneficiários económicos – os objectivos atingíveis – excedem os custos desse novo instituto).

Eliminada que seja, se o for, a falha de mercado, está lida a sentença de morte da regulação *ex ante*.

No fundo, isto não é muito diferente das posições que, nos anos 80 do século XX, vi defender no seio da Comunidade Europeia, de que não era necessária qualquer política industrial. Bastava a política de concorrência. E, no entanto, a história mostra que os fundamentos da regulação são de outra natureza, muito mais ligada, afinal, à área das políticas públicas, sem que, obviamente, a noção de falha de mercado esteja ausente – daí a insistência no referido triângulo.

Pierre Rosanvallon (2008) (ver *O exemplo americano*), na óptica da esquecida ciência política, faz prevalecer, em termos históricos, a abordagem que podemos classificar como institucional da regulação, fundamentando-a na necessidade de criação de entidades capazes de ter como objectivo a defesa do interesse geral.

É que, se a citação referida na caixa revela o vazio da defesa do interesse geral e a consequente necessidade de o preencher, P. Rosanvallon vai mais longe, afirmando que o argumento político baseado na deriva dos partidos não era o único para o estabelecimento de Autoridades Independentes, havendo três elementos de grande peso que a elas fazem apelo:

i) Em primeiro lugar, a necessidade de formar uma instituição dotada de um alto grau de “expertise”.

ii) A necessidade de estabelecer também formas de regulação evolutivas, flexíveis e reactivas, afastando se das concepções mecânicas da usual gestão burocrática.

iii) Era, também e finalmente, importante pôr de pé uma estrutura tendo uma capacidade arbitral. Não só entre as empresas, embora também entre elas, é claro. Só que, face às grandes empresas, era curial sobretudo proteger uma multidão de utilizadores dispersos, de forma a garantir que todos os interesses fossem equitativamente tidos em conta.

Daqui decorre que a regulação sectorial não é capaz de responder aos seus objectivos sem levar em conta as exigências de construção de mercados concorrenciais, se possível, mas em conformidade com objectivos de natureza

O EXEMPLO AMERICANO

Os Estados Unidos (da América) foram os primeiros a abrir a via de criação de autoridades independentes. Mesmo com muito avanço, pois no fim do século XIX foi criado um organismo desta natureza para regular a actividade dos caminhos de ferro, ao mesmo tempo pois que foi posta a questão de construção de um poder administrativo mais forte. As duas perspectivas participavam da mesma preocupação: desenvolver instituições funcionalmente ao serviço do interesse geral... Depois do fim da guerra civil, os partidos políticos e os tribunais envolveram-se neste vazio (de governação) que caracterizava o país, tendo-se imposto como as suas verdadeiras forças estruturantes. As “máquinas” partidárias tornaram-se, em primeiro lugar, as potências comandantes desse período. Elas constituem a todos os níveis as verdadeiras instâncias de coordenação e de impulsão. É a figura do *boss* e não do eleito que mais conta, sobretudo à escala local. É ele que mexe os cordelinhos e que tem a última palavra (“la haute main”) sobre a atribuição dos mercados públicos... A “privatização” do interesse geral a que assim procediam os partidos tinha por único contrapeso efectivo a intervenção dos juizes. Entre a hegemonia destes partidos e a fraqueza do Estado, os diferentes tribunais federais de justiça tentaram impor a sua voz e contribuir com as suas decisões para desempenhar uma função social de regulação e de reafirmação do sentido do bem comum... Mas os juizes estavam de tal forma perturbados pela incompetência e corrupção do mundo político que se transformaram, por reacção, em ardentes defensores das empresas e do “laissez faire”, considerando como um progresso necessário o facto de subtrair ao controlo de um poder estimadamente pervertido as actividades da sociedade...

O argumento “político” (para criação das autoridades independentes) tinha sido decisivo numa América marcada pela deriva do sistema dos partidos.

in Pierre Rosanvallon (2008), *La légitimité démocratique*

política, sob condição de existência de uma instituição cujos estatutos e actuação asseguram a busca do interesse geral.

A regulação das telecomunicações em Portugal

Tendo em atenção o quadro atrás descrito, importa agora saber se a estrutura institucional de regulação em Portugal e a sua actuação se conformam com as condições acima descritas. A resposta cabalmente fundamentada a este desafio não pode ser dada sem uma digressão pormenorizada sobre a evolução do ramo das telecomunicações (agora designadas por comunicações electrónicas) em Portugal. Está, obviamente, fora do escopo de um artigo desta natureza fazê-lo. Mas essa omissão fica completamente ultrapassada solicitando ao leitor interessado a consulta da recente obra de João Confraria (2010) em que tal abordagem é feita, cobrindo um século de história, complementado por um longo anexo com toda a legislação relevante sobre o enquadramento institucional da regulação.

Duas notas quero, entretanto, relevar desta obra: a primeira está completamente capsulada no seu título: “O interesse público na Política de Comunicações”; a segunda tem a ver com uma inalienável chamada de atenção para a situação específica dos reguladores dos países que compõem a União Europeia.

No que toca à primeira nota é o interesse público (ou o interesse geral) que justifica a intervenção regulatória, como também as políticas públicas, criando aqui a tal ligação, imperdível, que já foi salientada. J. Confraria é lapidário nesta matéria escrevendo, designadamente: “Neste livro fala-se, sobretudo, de regulação ou de políticas públicas, neste sentido geral”. E, mais adiante, “Não se diferencia ao nível dos instrumentos nem dos objectivos entre regulação independente e regulação por actos do governo. Fala-se indistintamente de política e de regulação”. Mas esclarece logo que se adopta “por comodidade alguma simplificação de linguagem”, que a preocupação por uma análise histórica integrada bem legitima.

No que toca às questões suscitadas pela segunda nota, permito-me citar uma passagem do Prefácio que escrevi para esse livro: “E é nessa leitura do presente à luz da evolução centenária que, a meu ver, se encontra uma contribuição curial e de enorme actualidade que não resisto a citar: “... Como se deveria definir o interesse do Estado, fora dos qua-

drod tradicionais da nacionalidade dos accionistas ou trabalhadores, fora da autonomia de decisão económica de cada estado nacional?” E opina que “No fundo (há) um interesse nacional e (há) um interesse europeu. A coerência ou o conflito entre os dois conceitos, ainda que ancorados em interpretações económicas inequívocas, é mais uma matéria para investigações adicionais.”

E como contribuição própria para essa investigação... (mostra) que “deixa de haver uma consistência entre o interesse público a nível nacional e a promoção da eficiência num mercado internacional”.

As duas notas têm em comum um interesse público, mas com fronteira, agora, mais alargada a que o actual enquadramento legal do regulador português, o ICP ANACOM, dá pleno cabimento.

“
[...] as decisões do regulador nacional estão dependentes [...] da não oposição prévia das instâncias comunitárias e a revisão do Quadro Regulamentar europeu tem reforçado esta dependência [...]”

Efectivamente, a Lei das Comunicações Electrónicas (Lei 5/2004, no seu Artigo 5.º), estabelece como objectivos de regulação:

- a) Promover a concorrência na oferta de redes e serviços de comunicações, de recursos e de serviços conexos;
- b) Contribuir para o desenvolvimento do mercado interno da União Europeia;
- c) Defender os interesses dos cidadãos nos termos da presente lei.”

A alínea b) é a ligação pertinente à questão em apreço, mas tem um enquadramento bem mais largo que o sugerido pela leitura da redacção apresentada. É que a contribuição para o mercado interno está ligada a uma obrigação bem mais forte, característica específica deste sector, que é a subsidiaridade das leis nacionais que regem a regulação às Directivas Comunitárias. Isto significa que as decisões do regulador nacional estão dependentes, em muitos casos, da não oposição prévia das instâncias comunitárias e a revisão do Quadro Regulamentar europeu tem reforçado esta dependência, que convém ter permanentemente presente.

Esta dependência impõe ao regulador nacional uma actuação que, por um lado, a não ignore e, por outro, até a robusteça, na obediência à sua obrigação de contribuição para o aprofundamento do Mercado Único.

A independência típica do regulador, que o artigo 4.º da mesma lei assegura, tem assim uma vinculação que parece limitá-la, tal como a soberania partilhada no âmbito da EU parece limitar a soberania nacional. Mas isso é o custo de pertencer a um “grupo” que, por sua vez, permite auferir os benefícios associados. A questão é saber gerir bem esses custos e esses benefícios.

Citando, de novo, P. Rosavallon, a independência é condição necessária, mas não suficiente, para a exigência de imparcialidade do regulador, uma das condições (mas não a única) de legitimação da sua autoridade.

Só que a invocação da imparcialidade, conforme refere Amartya Sen (2009), transfere o problema da regulação também para o campo da justiça. Citando Mary Wollstonecraft, uma militante revolucionária britânica e uma das iniciadoras do movimento feminista, refere que esta, em 1790, se perguntava se poderia haver uma interpretação satisfatória da moral em geral, e da justiça em particular, que limitasse a sua atenção a certas pessoas, excluindo outras, presumindo – nem que fosse implicitamente – que as primeiras contam e as segundas não. E acrescenta: “Mesmo se, por uma ou outra razão, nos concentrarmos sobre um grupo particular – como os membros de um país, de uma comunidade ou de uma família – importa sempre lembrar que esses esforços estreitos se inscrevem num quadro mais alargado, colocando cada um no seu lugar”. Em resumo, a inclusão universal faz parte integrante da imparcialidade e é nesse contexto que, no seu desenvolvimento, surge, exactamente, o assegurar o serviço universal. Mas a referência ao grupo particular – membros de um país – fez-nos regressar ao problema levantado por J. Confraria a que A. Sen, com base em Adam Smith e na sua esquecida obra “A Teoria dos Sentimentos Morais”, abre perspectivas de resposta com o conceito de “imparcialidade aberta”.

Define-a por oposição ao que designou por “imparcialidade fechada”, ou seja, o processo de constituição de julgamentos imparciais que só diz respeito aos membros de uma dada sociedade ou de uma dada nação e para as quais estas avaliações são produzidas”.

Em contrapartida, na imparcialidade aberta, “o processo de avaliação imparcial pode (e, por vezes deve) recorrer, entre outros, aos julgamentos vindos do exterior do grupo focal para evitar um enviesamento localista”.

Esta visão radica na ideia do “espectador imparcial” de Adam Smith, que “pode vir de muito longe, como do interior de uma comunidade, de uma nação ou de uma cultura. Segundo Smith, há lugar para um e para os outros – e temos necessidade dos dois.”

É isto que está em causa na conjugação entre o interesse nacional e o da União Europeia (e, depois, desta com o resto do mundo!), um enorme desafio que se põe ao novo Quadro Regulamentar Europeu, actualmente em transposição para a legislação nacional e, em particular, ao comportamento do BEREC (Board of European Regulators of Electronic Communications), peça nova e central desse Quadro. Mas o desafio que se põe a esse Quadro vai bem para além desse, pois comporta um problema de seu âmbito e alcance: serão as medidas e os remédios nele previstos os necessários e mais adequados ao dinamismo do sector?

E, pegando na alínea a) do artigo 5.º da Lei nº 5/2004 que impõe a promoção da concorrência também aos recursos e serviços conexos às comunicações electrónicas, não haverá necessidade de, numa interpretação que excede, é certo, o âmbito do actual quadro, alargá-lo aos conteúdos e até, eventualmente, a produtores de equipamento por exigência da actual convergência?

Como escreve P. Rosavallon, a legitimidade de uma Autoridade Administrativa Independente (caso do Regulador) decorre do cumprimento de três condições: Imparcialidade, Reflexão e Proximidade.

Reflecti, espero que imparcialmente, sobre imparcialidade procurando tornar-me próximo do leitor para que a sua reflexão possa enriquecer a nossa e robustecer a nossa imparcialidade, bem como as configurações institucionais que melhor se adequem a uma boa “performance” do “triângulo” acima referido. ■

Referências bibliográficas

- CONFRARIA, João, “O Interesse Público na Política de Comunicações, 1910-2010”. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2010.
- ROSAVALLON, Pierre, “La légitimité démocratique – Impartialité, réflexivité, proximité”. Paris : Ed. du Seuil, 2008.
- SEN, Amartya, “The Idea of justice”. Londres: Penguin Books, 2009.
- SMITH, Adam, “The Theory of Moral Sentiments”. Oxford: Clarendon Press, ed. 1979.

Redes sociais: comunicação e mudança

A INTERNET, os seus blogues e as redes sociais deram-nos outros olhares sobre o Irão; nos EUA a escolha de um candidato a vice-presidente foi anunciada via SMS; em Moçambique a revolta popular de Setembro de 2010 foi organizada via SMS e acompanhada em Maputo e no mundo via Facebook.

O modelo comunicacional, que parece caracterizar as nossas sociedades contemporâneas, é formado pela capacidade de globalização comunicacional, juntamente com a interligação em rede dos meios de comunicação de massa e interpessoais e, consequentemente, pela emergência de mediação em rede sob diferentes padrões de interacção. Esses padrões poderão tomar a forma de Auto-comunicação de Massa (Castells, 2009), que tem lugar quando utilizamos o Twitter, blogues ou SMS; de Comunicação Interpessoal Multimédia, que acontece quando usamos o MSN ou o Google Chat ou mesmo o Skype; de Comunicação Mediada de Um para Muitos, quando usamos o Facebook com os nossos “amigos”; e, claro está, os casos de comunicação de massa e comunicação interpessoal não mediada.

Este modelo não substitui os anteriores, tendendo antes a interligá-los, produzindo novos formatos de comunicação e permitindo novas formas de facilitar a capacitação, logo, a autonomia comunicativa: um modelo caracterizado por uma nova rede interpessoal, de um para muitos e de massa, que conecta públicos, participantes, utilizadores, empresas de difusão e editoras sob uma só matriz de rede mediática.

É neste contexto que o uso das redes sociais se desenvolve, ora como auto comunicação de massa, como no caso do Twitter, ora de comunicação mediada de um para muitos, como acontece com o Facebook.

Serão as “redes sociais” da internet redes sociais?

Falar de formas de relação social na Internet é discutir como os cidadãos apropriam as novas possibilidades de comunicação, como se posicionam face às suas vantagens e dificuldades. Ou, como afirma Bennett, é a in-

teracção entre a Internet e seus utilizadores – e, por seu turno, as suas interacções em contextos sociais materiais – que constituem a matriz dentro da qual podemos localizar o poder dos novos média na criação de diferentes espaços de discurso e de coordenação de acções (2003:18).

Alguns autores nada vêem de excepcional nestas novas redes, que não passarão de formas de sociabilidade transpostas para novas plataformas: é, por exemplo, a opinião de Wellman, para quem a “Comunicação Mediada por Computador é apenas uma das muitas tecnologias utilizadas pelas pessoas através das quais as redes de comunidades existentes comunicam” (Hamman, 1998). Claro que Wellman se baseia na premissa de que grande parte dos contactos virtuais terão como propósito serem transpostos para a vida *offline*, o que nem sempre acontece: muitos dos laços

virtuais tendem a ser mantidos nesses mesmos espaços, podendo nunca passar para o contacto presencial, inclusivamente devido à distância geográfica (Recuero, 2004: 9).

Contudo, partindo do cruzamento da análise entre as teorias das redes e a dimensão empírica associada aos sítios denominados Social Networking Sites (SNS) como o Facebook, Hi5, Orkut ou microblogging, como o Twitter, parece claro que estamos perante redes sociais na acepção de espaços de interacção social e de criação de autonomia.

A prática social em rede na internet

Existe uma pergunta base no contexto de análise das redes sociais na Internet: o que fazemos nós com as redes sociais?

Desse contexto de usos ressalta uma divisão possível em actividades de fortalecimento de laços sociais para com amigos e conhecidos (Mensagens, *Chats*, Alertas de Aniversários, Escrita na Parede), gestão de capital social (Procura de Amigos, Envio de Presentes, Jogos, Criação de grupos) entretenimen-

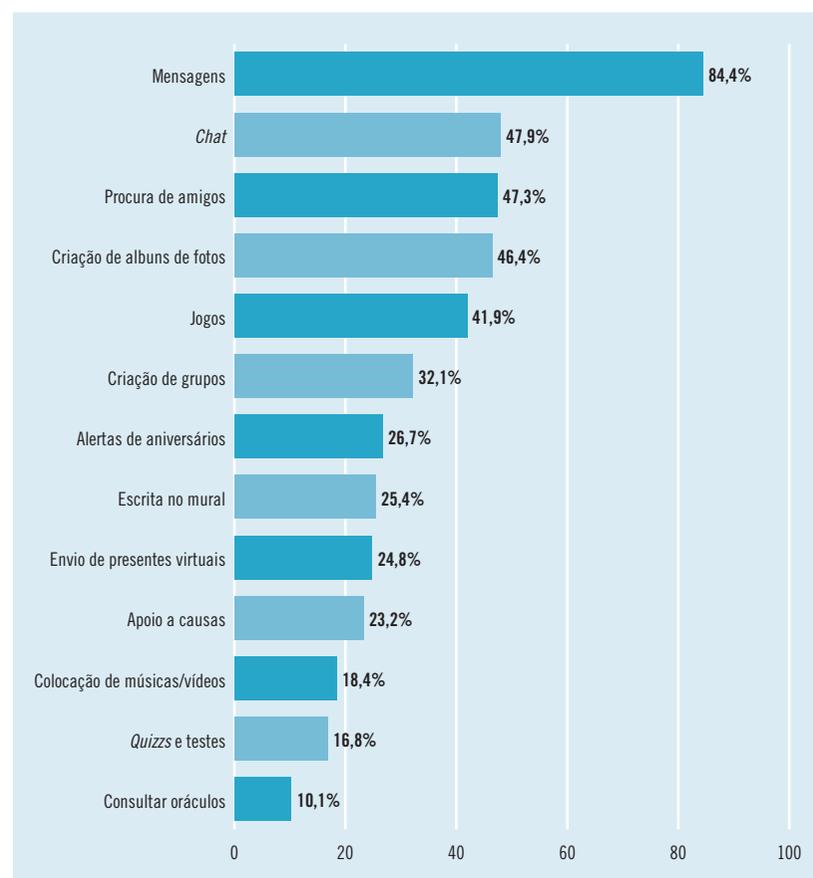
to (*Quizzes* e Testes), expressão identitária (Colocação de Vídeos) e intervenção social (Apoio a Causas).

Existem evoluções bastante significativas no que respeita às redes sociais *online*, em especial no tocante à propagação da informação e à sua fiabilidade: a título de exemplo, a CNN já afirmou temer mais a concorrência de redes como o Facebook ou o Twitter que a das demais cadeias televisivas. A confiança neste tipo de fontes parece ter vindo a incentivar a sua utilização, suplantando a procura de informação noutras média.

“ Falar de formas de relação social na Internet é discutir como os cidadãos apropriam as novas possibilidades de comunicação. ”

Actualmente, o Facebook é a rede social na Internet que reúne maior número de adeptos (517.480.460 utilizadores a nível mundial, 149.976.980 indivíduos inscritos apenas na Europa), suscitando uma tal devoção a ponto de provoca a emergência de comportamentos patológicos. Fruto deste sucesso, as suas receitas publicitárias têm vindo a aumentar de forma exponencial, ultrapassando as melhores expectativas: em 2009, atingiram 800 milhões de dólares, com um lucro líquido de dezenas de milhões. O Facebook assume-se assim como “comunicação mediada de um para muitos”, pois cada utilizador sabe quem são os seus “amigos”, pois autoriza a sua “amizade”. Só após a aceitação do próprio pode ele começar a ser “amigo” de quem o convida.

Já o Twitter evidencia outras características, constituindo uma forma de *microblogging* baseada na publicação instantânea de textos até 140 caracteres. O Twitter permite a utilização de mensagens instantâneas de texto, essencialmente para partilha de experiências e opiniões entre comunidades de cidadãos (Java, Song, Finin & Tseng, 2007: 2; Miard, 2009: 2). Mas nem todos o utilizam de forma idêntica: se uns surgem como fontes constantes de informação e comentário, outros apenas assistem à difusão de opiniões, sem uma participação activa.



“Quais as ferramentas que mais utilizas na tua rede social?” (em %).

Fonte: CIES ISCTE, A sociedade em rede, 2010. N=1.255 (total de respostas); n=35 (utilizadores de Internet e plataformas de redes sociais) / 25% do total de respostas; 56% de utilizadores de Internet.

De acordo com um estudo realizado relativamente a estes *microbloggers*, os *posts* mais comuns centram-se na rotina diária, no que o utilizador se encontra a fazer no momento, e qual o seu estado de humor (Java, Finin, Song & Tseng, 2007: 6/7). Já relativamente a conversações, não existe qualquer possibilidade de resposta directa a um *post* colocado por uma terceira pessoa, tal como acontece com o Facebook, razão pela qual os utilizadores optaram por usar o símbolo “@”, seguido do *username* do utilizador com quem querem comunicar.

Também a difusão de informação diária constantemente actualizada constitui uma das mais interessantes aplicações do Twitter, tendo já provado permitir uma sensibilização muito rápida da população utilizadora, para além de constituir um modo simples para aqueles que não têm outras formas de comunicar a sua indignação ante regimes ditatoriais ou restritivos da liberdade de expressão (Correia, s/d: 4).

Uma nova ágora ateniense

Entre adeptos e pessimistas, ambos com fortes argumentos, a verdade é que as redes sociais na Internet e noutros espaços de mediação, como as redes telefónicas, nos obrigam a repensar o social e o político nas sociedades do séc. XXI. O que motiva os indivíduos a participar em novas formas de relacionamento social através da mediação? A ideia de uma plataforma em que todos os cidadãos são convidados a debater, de modo racional, as questões da sociedade onde se inserem, favorecendo o fluxo da informação e conhecimento, constitui o ideal de quarto poder: os média, em geral, deveriam efectivar-se como tal, permitindo que as vozes populares alcançassem os poderes decisores (Hartley, 1992) – a materialização da visão habermasiana de esfera pública, da ágora ateniense ou do *townball* da Nova Inglaterra, algo que não parece ocorrer nos dias de hoje (Cardoso, 2003).

Alguns autores vêem nos novos média em geral, e nas redes sociais *online* em particular, uma forma não apenas de atingir o debate não conseguido nos média tradicionais, mas um modo de realização da participação cívica, onde interesses comuns permitem a angariação de opiniões, decisões e intervenções em matérias específicas. Em parte, tal

parece encontrar algum eco: como aponta Castells, “na arena internacional, estão a crescer novos movimentos sociais transfronteiriços na defesa das causas das mulheres, dos direitos humanos, da preservação do ambiente e da democracia política, fazendo da Internet uma ferramenta essencial para disseminar informação, organizar e mobilizar” (2002: 475).

Esta possibilidade é ainda mais relevante se atentarmos ao desalento ante a vida política e ao descrédito crescente na democracia e nas suas instituições. Discutir, deliberar, aplicar decisões seriam vertentes transpostas ou partilhadas entre as instituições da modernidade e os cidadãos, através da Internet (Cardoso, 2003). De tal modo que, dispostos a reconquistar novos públicos e simpatizantes, os média de massa e as elites políticas já mostraram o seu interesse em aderir à comunicação mediada por computador, em especial às redes sociais.

Uma forma de “jornalismo comunitário”

A utilização destas redes também provou ser uma hábil forma de comunicar sem deixar rasto, útil em países em que a comunicação ainda é alvo de censura explícita, como acontece na China ou em Myanmar (Ekman, 2007: 39). De facto, torna-se mais difícil a censura ou manipulação de informações por parte de grupos políticos ou lóbis: a transmissão de informação horizontal, muitas das vezes em directo, pelos cidadãos cria uma aura de verdade muito distinta da que, actualmente, povoa o mundo político (Castells, 2007:251).

Esta forma de “jornalismo comunitário” é ainda simplificada pela actual convergência de plataformas: a possibilidade de colocar uma qualquer informação no mundo *web* através do telemóvel ou fazendo a convergência de conteúdos através de redes *online* presta-se não somente a uma maior globalização da interacção social através das redes virtuais, como permite a circulação quase simultânea de qualquer facto que mereça a atenção do seu emissor. Aliás, a utilização do telemóvel para propagação de imagens e consequente sensibilização da comunidade internacional já se mostrou essencial em situações tão distintas como o caso de Seattle ou dos protestos iranianos ou moçambicanos.

Na arena da Internet, organizações e pessoas congregam-se para mudar algo nos mais diferentes temas e perspectivas, lutando por visibilidade e projectando as suas consequências. Como afirma Moraes, “a Internet vem dinamizar as lutas das entidades civis a favor da justiça social num mundo que globaliza desigualdades de toda a ordem. (...) A maioria dessas entidades visa o fortalecimento da sociedade civil no processo de universalização de valores e direitos democráticos. Congregar interesses e necessidades concretas ou simbólicas, promovendo acções em prol da cidadania” (2001:2).

As ONG nas redes

As organizações utilizam a Internet desde há muito para mais fácil e gratuitamente difundirem os seus propósitos e acções, e angariarem o maior número de associados. Com estas práticas nasceram ferramentas de intervenção como as campanhas virtuais, os grupos de discussão, os manifestos *online* e os murais de *links*, criando uma arena complementar de mobilização. A possibilidade de uma abrangência sem limitações impostas por *gatekeepers* (como acontece na televisão ou na imprensa) torna a Comunicação Mediada por Computador (CMC) extremamente relevante para todos os cida-

dãos e ONG que tenham como objectivos a denúncia, a pressão e a consciencialização política (Moraes, 2001: 3; Bennett, 2003: 3). As ONG virtuais começaram também a potenciar a sua interligação com o objectivo de repartirem competências, recursos, custos e espaços, sendo que cada nó incorpora novos usuários, os quais se convertem, potencialmente, em produtores e emissores de informações (Moraes, 2001:3). Não existem dúvidas de que as redes sociais vieram permitir um debate mais aberto e pluralista, oferecendo-se enquanto fomentadores de uma participação cívica e política que parece esmorecer (Cardoso & Neto, 2003).

Se é através do fenómeno da globalização que corremos riscos de uniformização do pensamento e da análise crítica, também é este fenómeno que permite que regiões outrora distantes se tornem acessíveis a todos: os seus problemas, as suas vitórias, os seus movimentos sociais não somente são difundidos, como podem encontrar simpatizantes em locais distantes do globo. Detemos, desta forma, um conjugar entre questões singulares, pensadas a título local, e um mundo global: de facto, os cidadãos pensam no contexto das suas realidades próprias, mas recorrem a meios virtuais para a sua difusão, agindo de modo global (Castells, 2007:249). ■

Referências bibliográficas

- BENNETT, W. (2003) — *New Media Power: the Internet and global activism*. In *Contesting Media Power*, Nick Couldry and James Curran, Rowman and Littlefield. Disponível em: <http://depts.washington.edu/gcp/pdf/bennettmnpower.pdf>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.
- CARDOSO, G. & Neto, P.(2003) — *O Movimento por Timor: mass media e os protestos online*. In *Novas Formas de Mobilização Popular*. Porto: Campo das Letras.
- CARDOSO, G. (2003) — “Internet”. Lisboa: Quimera.
- CASTELLS, M. (2007) — *Communication, Power and Counter-Power in the Network Society*. Disponível em: http://www.itu.dk/stud/speciale/specialeprojekt/Litteratur/Castells_2007%20-%20Communication%20power%20in%20the%20network%20society.pdf. Acedido em 20 de Setembro de 2010.
- CASTELLS, M. (2009) — *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press.
- EKMAN, C. (2007) — *Cyber Activism and SMS Propaganda*. Disponível em: http://kiosk.nada.kth.se/utbildning/grukth/exjobb/rapportlister/2007/rapporter07/ekman_carolin_07101.pdf. Acedido em 18 de Setembro de 2010.
- HAMMAN, R. (1998) — *The Online/Offline Dichotomy: Debunking Some Myths about AOL Users and the Effects of Their Being Online Upon Offline Friendships and Offline Community*. In Raquel da Cunha Recuero (s/d) — *Comunidades virtuais – Uma abordagem teórica*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.
- HARTLEY, J. (1992) — *The Politics of Pictures: the creation of the public in the age of popular media*. In Pieter Boeder (2005) — “Habermas’s Heritage: The Future of the Public Sphere in the Network Society”. *Revista First Monday*, Volume 10, Nº 9. Disponível em: <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/1280/1200>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.
- JAVA, FININ, SONG & TSENG — *Why We Twitter: An Analysis of a Microblogging Community*. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/5jx017u8158r7q14/>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.
- MORAES, D. (2001) — *O Activismo Digital*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.
- RECUERO, R. C., (2004) — *Comunidades virtuais – Uma abordagem teórica*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.

Este texto está publicado, na íntegra, na revista *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, Vol. 2, n.º 1 (Primavera 2011). Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_art6

O activismo em rede

AS REDES ACTIVISTAS EM TORNO DE CAUSAS têm sido abordadas de modo diferente por diversos autores, existindo quem nelas veja um “exército em rede” (Holstein, 2002, n. p.) ou uma “máfia inteligente” (Rheingold, 2002). Não obstante, Bennett chama a atenção para a dificuldade em aceitar tais visões, mais bélicas ou aproximadas de grupos de interesse, quando a organização não institucional e a inexistência de uma hierarquia a respeitar constituem elementos essenciais para a compreensão do trabalho em rede das comunidades activistas (2003: 9 e segs.).

O primeiro caso estudado de uma movimentação popular organizada através da Internet teve lugar em Seattle, em 1999, aquando da reunião da Organização Mundial do Comércio. O mundo assistiu não somente à manifestação de cerca de cinquenta mil pessoas que encheram as ruas de Seattle num protesto contra o neoliberalismo, mas também a protestos em 82 outras cidades, incluindo EUA, Europa e América do Sul (Bennett, 2003: 25; Moraes, 2001: 9).

Nestes casos, a Internet demonstrou-se essencial quer para a organização das manifestações, quer para a transmissão e difusão global dos eventos. Deste modo, o protesto ganhou uma força global, determinando a agenda *setting* dos *mass media* e, conseqüentemente, da opinião pública. Como resultado, as cúpulas políticas foram obrigadas a cancelar o encontro, mostrando que as forças “perdedoras” do sistema económico haviam conseguido, através de uma relação de conflito, conquistar o poder que reivindicavam (Della Porta e Diani, 2006: 167).

A comunicação em rede e os movimentos sociais

Um movimento social é a tentativa colectiva, por um determinado número de pessoas, de alteração de indivíduos ou instituições e estruturas sociais (Zald and Ash, 1966).

O activismo parece hoje uma prática regular bem recebida pelos utilizadores das redes sociais: causas ambientais, defesa de direitos humanos ou reacção ante factos políticos são alvo de frequente atenção. Mas será ele o reflexo de movimentos so-

ciais ou simplesmente o somatório de um conjunto de actos individuais de protesto partilhados?

Ainda que uma democracia representativa pressuponha representados os interesses dos cidadãos, não deixa de ser visível a desilusão destes últimos face às organizações políticas institucionalizadas, conduzindo ao desenvolvimento de novas formas de participação (Cardoso & Neto, 2003: 108). A par de ferramentas institucionais há muito utilizadas, como o trabalho prestado a partidos políticos ou a participação em reuniões politizadas, surgem novos meios de realização da política como assinatura de petições, boicotes, ocupações, manifestações, cortes de trânsito e greves não sindicalizadas (2006: 166), algumas das quais começam a ser, quando não iniciadas, pelo menos divulgadas através das redes sociais.

O apoio de causas no quadro das redes sociais surge normalmente como resultado da acção de grupos formais, ou informais, com capacidade de mobilização de outrem, pois o seu sucesso depende da capacidade de passar a palavra e conseguir que terceiros desencadeiem uma acção que, pelo menos, resulte em apoio público de uma dada posição. O argumento que aqui podemos deixar é o de que os apoios a causas nas redes sociais possuem características de relações de conflito, redes de menor ou maior integração entre os envolvidos e a formação de uma identidade colectiva. Este último ponto, que podemos considerar mais controverso, encontra eco quando a adesão passa a ser listada nos perfis individuais de cada um dos que dão o seu apoio e, como tal, parte partilhável da identidade pessoal face a terceiros. Pode-se assim argumentar que os movimentos sociais também se forjam na Internet nas redes sociais.

De Teerão a Maputo: as redes entre o simbolismo e a acção

A utilização da Internet durante a campanha eleitoral de Barack Obama, em 2008, tem sido muitas vezes referenciada, sendo apontada como uma das principais razões do sucesso eleitoral do actual presidente dos EUA. O *site* da campanha, a presença

de Obama nas várias redes sociais – em particular no Facebook – a *mailing list* de apoiantes, entre outros aspectos, marcaram fortemente esta campanha, a qual se tornou de algum modo num modelo inspirador das várias candidaturas que desde então têm ocorrido um pouco por toda a Europa. (Plouffe, 2009). De alguma forma poderíamos argumentar que o modelo de campanha de Obama foi apropriado e reinventado no contexto pós-eleitoral iraniano de 2009, assumindo a forma de movimento social gerado nas redes sociais e trazido para as ruas da capital, Teerão. Perante o resultado das eleições de Junho de 2009 – Mahmoud Ahmadinejad declarado vencedor duas horas após o encerramento das urnas –, a população iraniana rebelou-se por conceber fraudulento o resultado. Apoiando o principal líder da oposição, o candidato reformista Mir Hussein Mousavi, os cidadãos organizam-se no apelidado Green Movement, até hoje activo contra todos os esforços da polícia estatal.

Aliás, a essencialidade da CMC é de tal modo evidente que os próprios visados pelo movimento não apenas censuram as informações veiculadas como chegam mesmo a inviabilizar as conexões das redes em momentos fulcrais da política interna.

Antes de mais, a relação de conflito instalada entre aqueles que detêm o poder e a autoridade institucionalizada (no presente caso o governo de Ahmadinejad e o Conselho dos Guardiães que validou a sua alegada vitória) e aqueles que pretendem afastar o mesmo poder de tais mãos, em prol de uma mudança de regime (o que inclui, claro está, não apenas Mousavi e todos os seus apoiantes políticos, como os cidadãos que, nas ruas de Teerão e nas redes sociais *online*, exigem a realização de um novo escrutínio).

A forma de organização de todos aqueles que pretendem a impugnação das eleições é, de facto, baseada numa rede informal: sem qualquer tipo de hierarquia pré-estipulada ou relações de origem vertical; os cidadãos defendem os seus interesses comuns numa relação democrática de igualdade – o que, obviamente, nunca porá em causa o poder de iniciativa mais ou menos presente em cada um dos elos existentes. Mousavi poderá incitar ao protesto mas não dependem dele todas as iniciativas ligadas ao Movimento Verde. Quanto muito, constituirá um *bub*

mas nunca poderá ser tido como um líder nas relações entre as comunidades que professam o interesse comum da democracia e do pluralismo no Irão.

Tão importante quanto as anteriores referências, temos bem presente uma identidade colectiva: não falamos de um protesto passageiro, de uma manifestação única; estamos perante um sentimento colectivo, partilhado por massas, de que a justiça de um processo político deverá sobrevir. Para tal, esforços são reunidos, são criadas formas de comunicação entre todos os apoiantes (singulares ou colectivos), são desenvolvidos relatos pessoais para que, globalmente, todos possam acompanhar o desenrolar dos acontecimentos políticos e sociais no Irão.

O Twitter nas eleições iranianas

O Twitter foi o canal de alerta para a fraca cobertura dos média tradicionais sobre o Movimento Verde. De facto, “a 13 de Junho de 2009, quando começou a escalada dos protestos, ignorada pelos média iranianos, no Twitter, a informação corria em tempo real”. Referindo-se especificamente à CNN, a rede criou um movimento de *gatewatching* em que cidadãos questionavam a qualidade e verdadeiras intenções da informação veiculada pelos média. Influenciada ou não por este alerta, a verdade é que as atenções têm sido redobradas por parte daquela empresa (De Tolledo, s/d: 5).

Conscientes do dinamismo destas comunidades que utilizam os novos média como um dos principais veículos de interacção, as forças apoiantes de Ahmadinejad têm operado de duas formas distintas: não só censuram conteúdos e inviabilizam a utilização de *sites*, blogues, redes sociais virtuais e até da rede telefónica móvel, como encarceram os responsáveis pela veiculação de informação que não seja vista como favorável ao regime. E tal consciência não teve lugar apenas após o início dos protestos, pois de outro modo não se justificaria a suspensão do Twitter horas antes das eleições.

Relativamente a este tipo de censura, os utilizadores de CMC têm procurado advertir para formas de difusão de informação, em especial quando utilizados os dois *tags* mais comuns: IranElection e gr88 (referência à Green Revolution e ao actual ano no calendário persa: 1388). Nestes casos, acon-

selham-se os utilizadores do Twitter a não revelar o seu IP, a não denunciar de qualquer modo o nome ou localização de uma fonte genuína do Movimento Verde, ou mesmo a responder de forma impetuosa, uma vez que as forças de segurança se encontram a utilizar a mesma rede social.

Assim, parece inegável que o governo iraniano de Ahmadinejad teme os média em geral e as redes sociais *online* em particular: de facto, não se censuram pólos que não detêm qualquer poder no espectro interno ou internacional.

Com este tipo de comunicação (de muitos para muitos), cidadãos e ONG têm conseguido mobilizar apoiantes por todo o mundo, alinhando acções de protesto mundiais ou recolhendo assinaturas para petições, permitindo visibilidade global a uma questão nacional.

“
Não nos encontramos perante uma verdadeira revolução dos meios utilizados [...] mas antes perante uma crescente utilidade para a visibilidade global.
 ”

Um caso demonstrativo da importância da rede social *online* Twitter teve lugar a 15 de Junho de 2009, quando se colocou a possibilidade de suspensão do funcionamento da rede para a sua manutenção. Ante a preocupação sentida pelos utilizadores iranianos e os seus seguidores por todo o mundo, dado terem decorrido apenas dois dias desde a divulgação do resultado das eleições e do início dos protestos, os responsáveis pelo Twitter optaram por adiar o procedimento. Tal preocupação parece plausível quando observamos que uma das mais populares páginas do Twitter, contando com mais de 25.631 seguidores, é dedicada ao candidato reformista. A título de curiosidade, refira-se que Mousavi detém igualmente um perfil no Facebook, onde reúne 3.966 contactos, um canal no YouTube, cujas entradas chegam às quase 70.000 visualizações, e uma página no Flickr, onde reúne fotos dos protestos que têm lugar em seu nome.

Não obstante, vários autores defendem não nos encontrarmos perante uma verdadeira revolução dos meios utilizados para a concertação dos movimentos sociais, mas antes perante uma crescente utilidade para a visibilidade global, por vezes apenas fruto de um determinado contexto internacional.

Mas nem todos os resultados na utilização desta e de outras redes virtuais são positivos: o proliferar sem limites da informação corre o risco de, em vez de informar, criar o caos informativo. No fundo, falamos de uma confusão generalizada e da emergência de certas formas de autismo (Rheingold, 1993), na multiplicação de visões pessoais, de informações pouco fidedignas ou com intuítos menos claros que poderá conduzir àquilo que Correia apelida de “ausência de reflexividade paralisada pelo novo valor fetiche que constitui a velocidade em tempo real” (s/d: 6).

Os protestos em Moçambique

Como vimos, o debate e o fluxo de informação parecem constituir, por si só, uma mais-valia. Não obstante muitas das opiniões proferidas nas redes sociais na Internet pretenderem a alteração do *statu quo*, quererão ser ouvidas pelos poderes em geral: mas serão consequentes?

O caso iraniano aqui analisado demonstra também a predominância da rede social sobre a rede tecnológica, como é exemplificado pela adopção do *bluetooth* após o corte de envios na rede telefónica para o uso de SMS: nesse contexto a população usou o *bluetooth* para distribuir vídeos e *flyers* digitais em locais públicos como os cinemas, parques ou transportes. De algum modo as mesmas lógicas podem ser detectadas nos protestos em Moçambique de Setembro de 2010 onde, após o anúncio do aumento de preços de bens essenciais como o pão, uma mensagem de SMS começou a circular apelando ao protesto. Essas mensagens acabaram por se traduzir em protestos e depois conflito com as autoridades nas ruas de Maputo e de outras zonas do país, tendo resultado em vários mortos. Como forma de gestão desse conflito aparentemente o governo ou as próprias empresas, antes de anunciar o não aumento de preços, bloquearam durante algumas horas o envio de SMS permitindo apenas a comunicação de voz e de

dados de acesso à Internet. Os protestos moçambicanos permitiram também o surgir de práticas informativas baseadas na articulação entre jornais e redes sociais, como no caso do jornal *@verdade*. Durante as horas de maior tumulto nas ruas de Maputo, um jornalista do *@verdade* e amigos do Facebook, tanto do jornal como do jornalista, trocavam a partir da rua via Blackberry ou de computadores de casas e escritórios informação sobre os locais seguros e sobre a dimensão dos protestos em diferentes zonas da cidade. O jornalista mediava e dava também a quem estava no Facebook a certificação, ou validação, da informação que ia chegando. Por sua vez, esse espaço de partilha no Facebook levou ao surgir de uma campanha pela paz em Moçambique e foi também através do *@verdade* nessa rede social que se questionava sobre quem tinha um dado operador e conseguia ou não enviar mensagens. De algum modo, o caso moçambicano demonstra-nos uma realidade dual no que se

refere às redes sociais. Por um lado, alguns têm apenas acesso às redes de telemóvel e não às redes de Internet móvel – dado o custo de equipamentos e ligações de dados – esses são também aqueles que nas ruas protestam contra o custo de vida. Por outro lado temos os que usam as outras redes sociais, neste caso o Facebook, para compreender o que está a acontecer em torno do protesto e como não ser apanhado pelo mesmo. Por último, temos o governo e as empresas de telecomunicações que podem gerir que tipo de uso pode ser permitido em termos de acessos, controlando as portas de acesso à comunicação.

Estes exemplos geográfica e socialmente diferenciados (EUA, Irão e Moçambique) revelam-nos é um presente onde germina, independentemente de onde estamos ou de onde olhamos, um espaço de Comunicação em Rede e é pensando a partir desse paradigma que poderemos compreender como se apoia causas e se protesta no nosso tempo. ■

Referências bibliográficas

- BENNETT, W. (2003) — *New Media Power: the Internet and global activism*. In *Contesting Media Power*, Nick Couldry and James Curran, Rowman and Littlefield. Disponível em: <http://depts.washington.edu/gcp/pdf/bennettmnpower.pdf>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.
- CARDOSO, G. & Neto, P. (2003) — *O Movimento por Timor: mass media e os protestos online*. In *Novas Formas de Mobilização Popular*. Porto: Campo das Letras.
- CARDOSO, G. (2003) — “Internet”. Lisboa: Quimera.
- DE TOLLEDO, G. (2009) — *Conflitos Pós-eleições no Irão e Ciberactivismo no Twitter*. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/17882410/Conflitos-posesleicoes-no-Ira-e-Ciberativismo-no-Twitter>. Acedido em 18 de Setembro de 2010.
- DELLA PORTA, D. and DIANI, M. (2006) — *Social Movements – an introduction*. EUA: Blackwell Publishing.
- HOLSTEIN, W. J. (2002) — *Online, the Armies Have No Borders* *New York Times*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2002/04/28/business/business-online-the-armies-have-no-borders.html>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.
- MORAES, D. (2001) — *O Activismo Digital*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.
- PLOUFFE, D. (2009) — *The Audacity to Win – The Inside Story and Lessons of Barack Obama Historic Victory*. Nova Iorque: Viking.
- RHEINGOLD, H. (1993) — *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. In João Carlos Correia (s/d) — *Cidadania, Comunicação e Literacia Mediática*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.br/pag/correia-joao-carlos-Media-Publico-Literacia.pdf>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.
- ZALD & ASH (1966) — *Social Movement Organizations: Growth, Decay and Change*. In Dieter Opp (2009) — *Theories of Political Protest and Social Movements*. Nova Iorque: Routledge.

Este texto está publicado, na íntegra, na revista *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, Vol. 2, n.º 1 (Primavera 2011). Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_art6

Una cartografía social del cambio educativo en la sociedad del conocimiento

AL TRAZAR EL MAPA de las diversas posiciones sociales en educación se identifican tres principales espacios discursivos y prácticos: las comunidades discursivas de la excelencia, la reestructuración y la política cultural (Rodríguez Romero, 2003). Una comunidad discursiva (CD) es una asociación de identidades y discursos de límites difusos y cambiantes que crea su especificidad a partir de las contribuciones de los sujetos que producen dichos discursos.

Comunidades discursivas

y representación centro- periferia

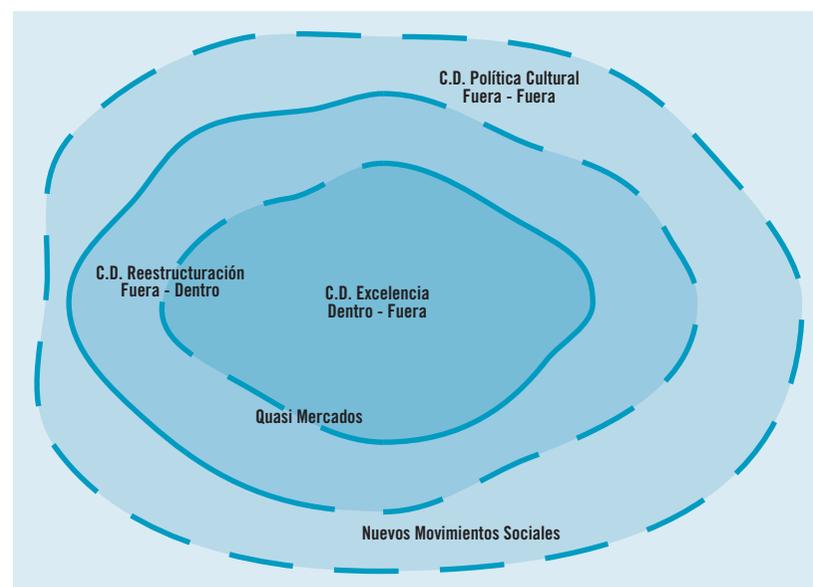
Una representación centro-periferia permite mostrar su ámbito de influencia y sus relaciones mutuas. La línea continua indica una frontera poco permeable, la discontinua la porosidad de fronteras.

- La *CD de la Excelencia* es el núcleo del cambio en educación, porque sus discursos y prácticas están institucionalizados. Sus miembros se localizan en la Nueva Derecha y organismos internacionales como la OCDE y el FMI. Su preponderancia se manifiesta en un sentido común generalizado de corte regresivo y conservador. El hecho fundador o superhecho es la mercantilización de la educación y la supermetáfora es el cuasi mercado.

- En el lado discontinuo se sitúa la *CD de la Reestructuración* porque comparten algunos miembros y, con variaciones en el discurso, coinciden en el superhecho y en la supermetáfora, pero difieren en las estrategias. También participan seguidores de la Nueva Socialdemocracia. La línea discontinua que comunica la CD de la reestructuración con la CD de política cultural pone de manifiesto que no hay unanimidad entre los miembros de la primera, y que algunos de ellos intentan aplicar a la educación, de manera genuina, las posibles ventajas de la reconversión postfordista.

- La *CD de la Política Cultural* se sitúa en la periferia. Es muy activa en iniciativas y discursos muy variados; su área de influencia es extrainstitucional y, en algunos casos, intencionadamente extrainstitucional, tiene el mismo alcance planetario que las otras pero

no goza de los apoyos oficiales, ni nacionales ni transnacionales. Lucha por crear un sistema alternativo de relaciones y comunicación a nivel global, usando la lógica de las redes y utilizando tácticas políticas no tradicionales y nuevas estructuras de organización. Su superhecho es la vivencia de contradicciones estructurales del capitalismo postindustrial. La supermetáfora es la diversidad, la legitimidad de agendas múltiples para el cambio social y educativo y también la posibilidad de alternativas frente al fatalismo económico del pensamiento único.



Cartografía de las comunidades discursivas – representación: Centro / Periferia.

Fonte: Mar Rodríguez Romero.

La línea discursiva de “dentro a fuera”, se corresponde con la CD de la Excelencia e intenta acoplar las mercancías educativas a las demandas de los grupos sociales más poderosos, siguiendo una lógica comercial. Busca intensificar las prácticas educativas tradicionales, para preservar el canon occidental y aproximarse a las expectativas de desarrollo económico; y también, garantizar un puesto privilegiado a los grupos sociales mejor situados en la competición entre escuelas y entre estudiantes. Se acompaña de ofensivas retóricas abrumadoras y produce mensajes regresivos y amenazantes, respondiendo a los intereses y deseos de grupos sociales neoconservadores y neoli-

berales. La línea discursiva de “fuera a dentro” implica la reestructuración de las instituciones educativas aplicando principios empresariales en su gestión. Busca aproximar las escuelas a las formas económicas y empresariales del neoliberalismo, pensando en mejorar la educación por mimetismo con el mercado. Utiliza discursos ambiguos, cooptando aspiraciones progresistas y entre sus defensores encontramos grupos progresistas en los que se han filtrado intereses de los sectores neoliberales, como la nueva socialdemocracia europea. Ambas líneas discursivas se producen simultáneamente y hay múltiples intersecciones. Por ello es necesario analizar cada práctica específica de cambio según las formas que adopta y los postulados que defiende. La línea discursiva de “fuera a fuera” se sirve de la lógica postfordista para rebatir el orden mercantilista del neoliberalismo. Trabajan con una organización no je-

distribución social de bienes educativos y el cambio del mundo vital de los estudiantes y sus familias, con modos alternativos de vivir y relacionarse y creando una conciencia planetaria que mitigue los problemas globales de la especie y el planeta.

Comunidades discursivas y estrategias discursivas

La *CD de la Excelencia* se sirve del “mito movilizador” de la crisis de la educación pública para construir un discurso de oposiciones binarias en cuyo lado negativo siempre está la escuela pública. Usa lemas muy eficaces, con conceptos claves como elección, derechos de las familias, excelencia, niveles de rendimiento, autoridad, confianza en sí mismo, esfuerzo, que han sido rearticulados para fijar sus significados. La noción de nivel de rendimiento ocupa un lugar central, aludiendo siempre a su declive. Siembran miedos utilizando el lenguaje de la crisis y exagerando los peligros y las amenazas que para su ideal de convivencia y forma de vida suponen nuevas prácticas sociales asociadas a la cultura popular y a modos de vida y conductas de colectivos minoritarios. Se ofrecen soluciones ilusorias basadas en un sistema de mitos ya arraigados que aluden a la neutralidad de la enseñanza y al capital cultural de la enseñanza privada, la promoción del canon occidental y la equiparación de declive académico con declive moral.

La *CD de la Reestructuración* abandera propuestas progresistas pero usa la ambigüedad para enmascarar objetivos retrógrados. Las referencias a equidad y democracia son retóricas porque se produce la reasignación de significado o se combinan ideas opuestas con el resultado de neutralizarse las opciones más progresistas; así sucede con el binomio igualdad/eficacia. Pervive la definición de equidad como igualdad de oportunidades para los no iguales y la definición de democracia como cualquier forma de participación. Se evita considerar las necesidades desiguales causadas por las condiciones sociales cuando se alude a la distribución de recursos entre escuelas (Wrigley, 2007). La devolución de poder como lema se convierte en poder compartido entre individuos, ya con escasa influencia, como el profesorado. Las alusiones a igualdad de oportunidades, atención a la diversidad, justicia social quedan descafeinadas. La imprecisión es notoria, empezando por el mismo nombre de la CD, que resulta

rárquica, con una estructura en forma de malla y con movilizaciones orientadas a proyectos relacionados con deseos e intereses de los participantes. Sus acciones hacen hincapié en la política local, la promoción de acciones administrativas y judiciales y de iniciativas de desobediencia civil. Sus iniciativas se sitúan al límite de las fronteras institucionales, buscando relaciones comunitarias y vínculos con culturas nativas, grupos de resistencia, y movimientos de género, de equidad, de diversidad sexual y verdes. Quieren convertir las escuelas en lugares de experimentación que reten los temas de consenso en las sociedades occidentales. Son acciones educativas que buscan la

CD Excelencia	CD Reestructuración	CD Política Cultural
Grupos sociales		
Neoconservadores	Nueva economía	Nuevos movimientos sociales (políticas de identidad, políticas verdes)
Neoliberales	Neoliberales	Globalización alternativa
Fundamentalistas religiosos	Nueva socialdemocracia	
Referentes discursivos		
Jerarquía de excelencia	Pragmatismo laboral	Diversidad
Nivel de rendimiento	Pragmatismo de medios	Reconocimiento de la diferencia
Declive educación pública	Devolución de poder	Poder productivo
Estrategias discursivas		
Oposiciones binarias	Reasignación de significado	Desenmascaramiento
Pánico moral	Asociación de contrarios	Producción cultural
Declive intelectual y moral	Ambigüedad	Polifonía
Prácticas de cambio		
Prácticas de exclusión	Prácticas ambiguas	Prácticas contrahegemónicas
Intensificación	Descentralización	Justicia curricular
Encauzamiento	Gestión basada en la escuela	Escuelas democráticas
Elección de escuela	Devolución de poder	Innovaciones situadas
Tensiones internas		
Neoconservadores/neoliberales	Reestructuración genuina/cooptada	Multiplicidad de opresiones/luchas globales
Excelencia/metás triviales	Valores progresistas/lógica mercantilista	Compromiso local/cambio global
Estado débil (elección escuela)/Estado fuerte (control de los fracasados)	Virtudes del mercado/coertura social estatal	Justicia social como reconocimiento cultural/como equidad/como representación

Tipología de las comunidades discursivas. Fuente: Mar Rodríguez Romero.

sugestivo pero inmovilista en el plano de las acciones. Términos atractivos como participación, devolución de autoridad y burocracia responsable son engañosos y sólo es posible acceder a su sentido considerando el contexto más amplio de las decisiones políticas y sociales. El funcionalismo social está en la base de una reforma que supedita los objetivos educativos a las demandas productivas y usa la enseñanza para formar buenos trabajadores construyendo un aparato retórico muy difícil de contestar y un tipo de control ideológico muy efectivo

La *CD de la Política Cultural* utiliza el desenmascaramiento para resistirse al canon cultural uniforme del curriculum oficial. Muestra los silenciamientos y olvidos de la tradición selectiva en educación mediante el análisis deconstructivo de las prácticas educativas vigentes, descubriendo las fórmulas usadas para legitimar y perpetuar las relaciones sociales de desigualdad. Estimula iniciativas de oposición y usa la producción cultural para producir creaciones culturales que ofrecen visiones no oficiales del curriculum y la educación. Incluye materiales culturales antihegemónicos y de cultura popular como contracultura, contrapublicidad o contrainformación y arte no convencional. La producción tiende a la polifonía, estimulando la expresión divergente y múltiple, asociada a diversidad de grupos e intereses y produce

diversidad de iniciativas educativas contrahegemónicas (Anderson, 2009).

Comunidades discursivas y prácticas de cambio

La *CD de la Excelencia* promueve prácticas de intensificación, incrementando las materias tradicionales y trivializando el curriculum, aumento de la jornada escolar, de los días lectivos, de los deberes, promoción de la disciplina y generalización de sistemas de evaluación y rendición de cuentas. El encauzamiento es otra práctica que se refiere a los dispositivos educativos que conducen a los estudiantes por diferentes ramas del sistema, encasillándoles en ciertos tramos o especialidades y también en ciertas escuelas. Son tácticas de clasificación, más o menos encubiertas, que implican la prescripción de más control, liderazgo administrativo más fuerte, metas más limitadas, elecciones curriculares más reducidas y una evaluación más férrea y que se justifican con consignas que suenan progresistas pero que resultan estigmatizadoras, porque se refieren a grupos en desventajas e implican acciones segregadoras. Este es el caso de reformas que proclaman no dejar a ningún alumno detrás o impulsarlos a lo más alto. La elección de escuela es una estrategia usada por grupos de interés para conseguir que las instituciones educativas reflejen preferencias raciales, valores morales, prácticas religiosas de los

residentes locales con más poder para hacerse oír. Busca reconducir el acceso a la educación y la financiación. Promueve la desregulación del curriculum para facilitar supuestamente la diversidad de las escuelas, pero el resultado es la uniformidad de la oferta por el peso que tiene la jerarquía de excelencia dominante.

La *CD de la Reestructuración* abandera la descentralización, siguiendo las tendencias desreguladoras que se están aplicando a las organizaciones en el Estado de bienestar. Promueve la delegación del poder y la coresponsabilidad en el funcionamiento de las instituciones públicas. En la enseñanza, la desregulación se observa en la descentralización del curriculum, las políticas de elección de centro y la autonomía de escuelas y profesores. Todas estas iniciativas tienen expresiones paradójicas relacionadas con estrategias indirectas de control que, más o menos encubiertamente, atemperan la delegación de poder, porque se articulan con la lógica del mercado. La gestión basada en la escuela es una de sus manifestaciones. Constituye un tipo de gobierno en que la autoridad y la responsabilidad para el funcionamiento de cada escuela se comparte de un modo supuestamente colaborativo.

“ [...] las CD de la Excelencia y de la Reestructuración [...] se presentan estratégicamente para mantener el control sobre el acceso al conocimiento [...] restringiendo la solidaridad y la gestión democrática de la educación. ”

En la práctica el espacio de autonomía suele estar muy acotado y la rendición de cuentas se lleva a cabo en un escenario de recorte de la financiación. La devolución de poder tiene un carácter político y puede ser entendida de diversas maneras por la complicada combinación de igualdad y justicia social con eficacia y eficiencia. En general se produce un doble proceso que centraliza y descentraliza, ya que el aumento de la flexibilidad de la política gubernamental se vincula a resultados más eficaces. Lo que ha concluido en una devolución de poder a las escuelas con el fin de que decidieran el camino a seguir para alcanzar metas prefijadas. Las posibles variaciones entre es-

cuelas quedan considerablemente reducidas, no sólo por la supeditación a unos objetivos predeterminados por la unidad central, también porque se acompaña con reducciones en la financiación. Esta visión de la devolución de poder está más relacionada con la gestión eficaz que con la participación democrática.

En la *CD de la Política Cultural*, se oponen a las prácticas de segregación o encauzamiento abogando por escuelas comprensivas con propuestas como la justicia curricular que trabaja con desventajas asociadas a la clase social, al género, a las habilidades y la educación multicultural. La educación postcolonial intenta desenmascarar el etnocentrismo del curriculum dando voz a las culturas colonizadas. Las prácticas de innovación siguen la tónica de la multiplicidad con una preocupación compartida: la contribución de la educación a la emancipación incluyendo en ésta las múltiples opresiones asociadas a raza, clase social, género, orientación sexual, procedencia cultural, etc. Se apuesta por las escuelas democráticas para contrarrestar la trivialización de la democracia que promueven las reformas neoliberales. Son escuelas en las que las diversas diferencias sociales de sus estudiantes son reformuladas para reconvertir la producción de desigualdad y la falta de respeto cultural. Se trabaja con formas democráticas de organización y construcción del currículo con presencia de las familias y con vínculos comunitarios. Se desarrollan prácticas de innovación situadas, es decir, versátiles que se definen a partir de la transformación adaptándose en la forma y en los propósitos a los diferentes escenarios, circunstancias y grupos. Adoptan el formato de las rebeliones silenciosas que acontecen en la vida cotidiana de las escuelas y en el plano de la política de la vida.

En conclusión, los planteamientos de las *CD de la Excelencia* y de la *Reestructuración* son inquietantes. Se presentan estratégicamente para mantener el control sobre el acceso al conocimiento, limitar las posibilidades de influencia de los grupos en desventaja y subvertir el pacto social, restringiendo la solidaridad y la gestión democrática de la educación. ■

Referencias bibliográficas

- RODRÍGUEZ ROMERO, M. (2003) — *La metamorfosis del cambio educativo*. Madrid: Akal.
- WRIGLEY, T. (2007) — *Escuelas para la esperanza*. Madrid: Morata.
- ANDERSON, G. L. (2009) — *Advocacy Leadership*. London: Routledge.

Incidências da crise económica no processo de Bolonha

A CRISE ECONÓMICA GLOBAL desencadeada em 2008 teve e terá efeitos ainda difíceis de avaliar e quantificar nos sistemas de ensino superior envolvidos no Processo de Bolonha (46 Estados signatários incluindo, os da União Europeia). Neste sector, as respostas transitórias das diversas autoridades nacionais a essa mesma crise passaram, consoante os países e os seus momentos, ora por aumentos do investimento nos respectivos sistemas, ora por estímulos, ora por cortes abruptos no financiamento — e essa diversidade de respostas impede a identificação de tendências dominantes nesta matéria, que os próximos dois anos permitirão apurar.

De um modo geral, a crise terá afectado, mas em diversos graus, as políticas de contratação docente (casos mais notórios: Irlanda e Letónia, onde o emprego no ensino superior desceu acentuadamente) e travou ou atrasou a melhoria de infraestruturas. Pacotes de austeridade como os de Setembro de 2010 em Espanha e Portugal acentuarão, certamente, estes efeitos e gerarão outros.

Os Estados atingidos tentaram preservar as políticas de apoio aos alunos, mas os observadores chamam unanimemente a atenção para a necessidade de uma monitorização muito mais atenta para se poder avaliar os impactos da crise económica nessa matéria. Na verdade, os impactos da crise no processo de Bolonha apenas têm sido monitorizados de modo sistemático em oito países — Croácia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Irlanda, República Checa, Roménia e Reino Unido — o que não permite traçar um quadro geral, embora produza indicadores e sugira extrapolações de dados, nem sempre bem fundadas.

A falta de mais e melhor monitorização tem impedido — como sublinhavam diversos relatórios produzidos pelo BFUG (*Bologna Follow-Up Group*) ou no seu âmbito em 2009, fazendo o “balanço de dez anos de Bolonha” —, o acesso à informação sobre o modo como os restantes Estados tentaram e tentam reduzir o impacto da crise do ensino superior; e torna mais difícil uma reflexão que permita comparar políticas e identificar melhores práticas na diversidade dos países envolvidos.

Duas tónicas

À medida que a primeira década de Bolonha se aproximou do seu termo, tornou-se claro que certos segmentos do processo, como a implementação de organismos nacionais de controlo de qualidade do ensino e o alargamento da “formação ao longo da vida” (que em Portugal se traduziu sobretudo na oferta de facilidades de acesso ao ensino superior aos maiores de 23 anos), se contavam entre os que mais rapidamente se expandiram. O primeiro visando pôr ordem num universo marcado por grandes desequilíbrios qualitativos — e compatibilizar equivalências com vista à mobilidade estudantil —, o segundo visando fazer crescer exponencialmente o número dos detentores, no mínimo, de um diploma de licenciado.

No primeiro caso — que se traduz na criação ou actualização de agências ou entidades de avaliação da qualidade (independentes ou

sob tutela ministerial) — o objectivo é igualmente a “racionalização” do sistema, e traduz-se facilmente na ameaça (como sucedeu na Letónia e, em parte, em Portugal, onde tal “racionalização” pode vir a acentuar-se) de encerramento ou suspensão do funcionamento de universidades, faculdades, departamentos ou cursos vários, públicos e privados.

Os objectivos genéricos, formalmente partilhados, da “garantia de qualidade” do ensino superior têm como meta a satisfação dos *European Standards and Guidelines* e a criação de um Registo de Garantia Europeia (*European Quality Assurance Register*). A garantia de qualidade é, em geral, oferecida por agências ou organizações nacionais de avaliação, que autorizam, ou não, a continuidade ou a criação de cursos, programas e projectos mediante prova de que estão ultrapassados os limiares de critérios e exigências cada vez mais padronizados. Só Estados com baixas taxas de frequência do Ensino Superior devido a razões demográficas (Chipre, Liechtenstein, Luxemburgo e Malta) não criaram ou actualizaram, na primeira década de Bolonha, agências de avaliação.

Indefinição de um conceito

O conceito de “formação ao longo da vida” (*lifelong learning*) foi ganhando importância ao longo da primeira década do Processo de Bolonha, embora muito diversamente entendido pelos países nele envolvidos. Malta entende-o na acepção tradicional de “educação para adultos”; a Holanda e a Escócia consideram que ele se destina a estudantes “não-tradicionais” (inscritos em programas tanto formais como informais); a República Checa e a Eslováquia definem-no como conjunto de programas suplementares e não-conferentes de grau; noutros países, o conceito abarca formações e programas de ensino à distância, por vezes com componente presencial, *e-learning*, programas de formação em tempo parcial ou aos fins-de-semana, em regime nocturno ou pós-laboral. Na Arménia, o conceito designa formações profissionais especialmente concebidas para requalificar a mão-de-obra e o emprego. Os contextos e as experiências nacionais são determinantes da acepção prevalecente.

Certo é que, ao cabo da primeira década de Bolonha, o conceito de “formação ao longo

	1998	1999	2001	2003	2005	2007	2009
	Declaração Sorbonne	Declaração Bolonha	Comunicado Praga	Comunicado Berlim	Comunicado Berga	Comunicado Londres	Comunicado Leuven/Louvain-la-Neuve
Mobilidade de estudantes e professores		Mobilidade de estudantes, professores, investigadores e pessoal administrativo	Dimensão social de mobilidade	Portabilidade de empréstimos e subsídios; Melhorias na mobilidade de dados	Consideração aos vistos e licenças de trabalho	Estimulação aos vistos e licenças de trabalho, sistemas de pensões e reconhecimento	Referência de 20%, em 2020, para a mobilidade estudantil
Um sistema de graus académicos de dois ciclos comum		Gradações de fácil legibilidade e comparação	Reconhecimento justo; Desenvolvimento e reconhecimento de graus académicos conjuntos	Inclusão do grau de doutor no terceiro ciclo; Reconhecimento de gradações e períodos de estudo Gradações conjuntas	FQ-EHEA adoptado; lançados quadros de qualificações nacionais	Quadros de qualificações nacionais para 2010	Quadros de qualificações nacionais para 2012
			Dimensão social	Acesso igualitário	Reforço da dimensão social	Compromisso a produzir planos nacionais de acção com monitoração efectiva	Alvos nacionais para a dimensão social a serem calculados em 2010
			Formação ao longo da vida (LLL)	Alinhamento das políticas nacionais de LLL; Reconhecimento da formação prévia (RPL)	Modos de aprendizagem flexíveis no ensino superior	Trabalhar no entendimento comum sobre o papel do ensino superior na LLL; Parcerias para melhorar a empregabilidade	LLL como responsabilidade pública requerendo fortes parcerias; Chamada para trabalhar na empregabilidade
Uso de créditos		Um sistema de créditos (ECTS)	ECTS e Suplemento ao Diploma (DS)	ECTS para créditos acumulados		Necessidade duma utilização coerente das ferramentas e práticas de reconhecimento	Implementação contínua das ferramentas de Bolonha
		Cooperação europeia na garantia da qualidade	Cooperação entre profissionais da garantia da qualidade e de reconhecimento	Garantia de qualidade a nível institucional, nacional e europeu	Adoptados padrões e directrizes europeus para a garantia da qualidade	Criação do Registo Europeu da Garantia da Qualidade (EQAR)	Qualidade como foco abrangente para a EHEA
Europa do Conhecimento		Dimensões europeias no ensino superior	Atractividade do espaço europeu do ensino superior	Ligações entre áreas do ensino superior e da investigação	Cooperação internacional na base de valores e desenvolvimento sustentável	Estratégia para melhorar a dimensão global do Processo de Bolonha adoptado	Intensificar o diálogo político global através do Fórum Político de Bolonha

Evolução do processo de Bolonha. Fonte: Eurydice.

da vida” ganhou foros de cidadania como missão reconhecida pelas instituições de ensino superior em países como a Islândia e o Reino Unido, a Itália e a Grécia, nos países nórdicos, em Portugal e Espanha, noutros. O futuro dirá se esta aculturação das instituições a uma nova missão formativa, consagrada nos textos orientadores do processo, se tornará constitutiva, consolidando-se e ganhando mais espaço.

Por vezes, os programas de “formação ao longo da vida” vieram funcionar como “balões de oxigénio”, mesmo que temporários, para segmentos mais vulneráveis do sistema de ensino: a abertura de licenciaturas e mestrados a “maiores de 23 anos” e a outros candidatos contribuiu, no caso português, para melhorar a situação económica do ensino superior privado e cooperativo, mas também do público.

Tendências do investimento

Obrigando os Estados a retrainar as suas despesas públicas, a crise económica afectou e continuará a afectar os investimentos no ensino superior, em muitos países aderentes ao Processo de Bolonha; em alguns casos, verifica-se contradição entre a necessidade de congelar ou retrainar a despesa com o sector, enquanto o total de alunos inscritos continua a aumentar — em resultado da “liberalização” do acesso a licenciaturas e a mestrados.

Mas entretanto generalizou-se a convicção, fortemente partilhada pelos poderes públicos, de que o ensino superior contribuirá decisivamente para que as formações sociais se transformem em “Sociedades de Conhecimento”, e que essa transformação as ajudará a adaptarem-se às exigências de economias mais globalizadas, mais especializadas e mais concorrenciais. Esta convicção tinha adquirido, antes de a crise ter revelado toda a sua dimensão, a forma de uma “aposta” no futuro. Diversos poderes públicos (com destaque para os portugueses) passaram a adoptar constantemente, na sua retórica, a ideia de que é vital investir em formações que qualifiquem mais ou requalifiquem os cidadãos, preparando-os para as mudanças profundas do mercado de trabalho — e o ensino superior terá, assim, temporariamente beneficiado dessa preocupação, a par de outros segmentos (com as “Novas Oportunidades”, os “Cursos de Especialização Tecnológica”, outros). De facto, as políticas dos Estados variaram

muito, face à crise, no domínio do financiamento do ensino superior: comparados com os investimentos feitos no ano lectivo de 2008/2009, sete países reduziram, em 2009/2010, as suas despesas neste sector em 5% ou mais (Croácia, Macedónia, Islândia, Irlanda, Letónia, Moldávia e Ucrânia); mas onze países aumentaram-nas em 5% ou mais (Áustria, Azerbaijão, Bósnia-Herzegovina, Chipre, França, Geórgia, Liechtenstein, Lituânia, Portugal, a Suíça e... o Vaticano). Países como a Inglaterra não alteraram, no mesmo período, os seus gastos com o ensino superior. Mas a Inglaterra conta-se entre os países ou regiões (juntamente com Chipre, a República Checa ou a Flandres belga) onde se verificou uma acentuada redução de gastos *per capita* entre os estudantes.

Novos apoios sociais

Para ajudar estudantes e suas famílias a enfrentar as dificuldades resultantes da crise (cresceu o número de países onde se verifica haver cada vez mais estudantes com dificuldades em pagar inscrições e propinas), diversos Estados e regiões anunciaram ou implementaram políticas de apoio social directo ou indirecto, no domínio das bolsas de estudo como no do alojamento estudantil (Chipre, comunidade francófona belga, Eslováquia, Espanha, Finlândia, Irlanda, Noruega, Portugal e Reino Unido).

Por outro lado, parece não haver razões para optimismo exagerado diante dos casos de subida momentânea do investimento público: a maioria dos Estados considera que a crise não teve efeitos imediatos no sector, mas que poderá tê-los a médio prazo, quando reajustamentos orçamentais fizerem subir as exigências de outros sectores (segurança social e saúde pública, obras públicas, novas políticas devidas às alterações climáticas) ou se renderem ao reequilíbrio da despesa, como sucedeu no caso português, com o Orçamento de Estado para 2011.

Apesar de não explícita na Declaração de Bolonha de 1999, a “dimensão social” do processo de reforma dos ensinos superiores europeus ganhou expressão logo no encontro interministerial de Praga, em 2001, mas só foi suficientemente clarificada pelo Comunicado de Londres de 2007, onde se diz que o conjunto dos estudantes que se inscrevem, frequentam e completam os três ciclos do en-

sino superior (licenciatura, mestrado e doutoramento) deve “reflectir a diversidade das nossas populações”.

O objectivo principal da preocupação com a “dimensão social” do Processo de Bolonha é o de garantir aos grupos tradicionalmente subrepresentados no ensino superior a liberdade de acesso a esse ensino. O mais expressivo grupo subrepresentado é o dos economicamente “desfavorecidos”, mas há países (Alemanha, Áustria, Geórgia, Grécia, Reino Unido) que tradicionalmente utilizam mais de cinco categorias ou critérios para avaliar a participação dos diferentes segmentos da sociedade no ensino superior. Pelo contrário, outros (França, Luxemburgo, Suécia) só consideram como potencialmente subrepresentados grupos socioeconomicamente mais frágeis (mas o Luxemburgo estabelece uma ligação directa entre esses grupos e os imigrantes que acolhe).

“ Os Estados reduzem despesas, mas o número de alunos continua a aumentar. ”

Hoje, generalizou-se a percepção de que os grupos tendencialmente mais excluídos do ensino superior são aqueles em que o desfavorecimento socioeconómico coincide com o estatuto de minoria ou de imigrante — ampliando uma discriminação negativa que se inicia logo nos ensinos básico e secundário. Regiões e países adoptaram políticas especiais neste domínio: a Flandres belga e a Polónia passaram a atribuir mais peso orçamental ao apoio dado a estudantes de grupos subrepresentados no ensino superior, e o Ministério da Educação romeno está articulado com as instituições de Roma para apoiar mais integração dos jovens romenos no sistema de ensino italiano.

Programas profissionais

Um dos problemas que o Processo de Bolonha está longe de ter resolvido é o da integração das formações profissionais ou profissionalizantes, por vezes também chamadas “vocacionais”, no seu sistema de ensino em três ciclos (a estrutura chave do processo).

A questão mais frequente diz respeito ao facto de numerosas formações deste tipo oferecerem um número de créditos ECTS inferior a 180 (o número de ECTS mais comum nas licenciaturas “de Bolonha”). A Dinamarca, por exemplo, padronizou estas formações e fê-las corresponder a 120 ECTS, integrando-as como parte do primeiro ciclo (licenciatura). A passagem ao segundo ciclo (mestrado) obriga à obtenção de 60 ECTS adicionais. A Letónia integrou os seus cursos profissionais na estrutura de três ciclos de Bolonha, e garante aos seus formandos a passagem aos ciclos académicos seguintes.

Mas o problema é mais vasto, porque abrangem licenciaturas, mestrados e doutoramentos “profissionais”. No caso português, por exemplo, as licenciaturas e mestrados oferecidos pelo ensino superior politécnico são hoje formalmente equivalentes às licenciaturas e mestrados oferecidos pelas Universidades, apesar de o Estado delas requerer uma identidade “profissionalizante” que não definiu, deixando essa definição nas mãos das instituições interessadas. Isto depois de trinta anos passados a apagar a distinção entre licenciaturas “profissionalizantes” e outras, em nome da progressiva adaptação da formação universitária às exigências do mercado de trabalho. No momento em que estas linhas são escritas, e dada a pressão crescente exercida pelas formações “profissionalizantes” sobre as “académicas” (se é que faz sentido separá-las), os Estados envolvidos no Processo de Bolonha parecem mais propensos a entregar às instituições de ensino a responsabilidade de decidir as condições em que oferecem os três graus que estruturaram, transversalmente, o Ensino Superior. As clássicas “dissertações” de mestrado e doutoramento, por exemplo, podem cada vez mais ser substituídas por “trabalhos de desenvolvimento de projectos” que as autoridades nacionais evitam definir por via legislativa. ■

Referências bibliográficas

- Focus on Higher Education in Europe 2010 — The Impact of the Bologna Process*, relatório publicado pela “Education, Audiovisual and Culture Executive Agency” (EACEA P9 Eurydice), Eurydice Network, ISBN 978-92-9201-086-0; url <<http://www.eurydice.org>>.
- Eurostat (Unit Education and Culture).
- European Commission (Directorate-General for Education and Culture) <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/> (The official Bologna Process website).

Sucedâneos de Bolonha em Portugal: euforias e disforias

A UNIVERSIDADE CATÓLICA (Porto) e a Universidade Técnica de Lisboa anunciaram a criação, em 2010-2011, de formações não-conferentes de grau, destinadas a maiores de 50 anos, mas distintas das oferecidas, até agora, pelas Universidades Séniores que proliferaram por todo o país. No primeiro caso, trata-se de um curso de seis semestres com o custo de 120 euros mensais, que oferece ensino em áreas da preferência dos inscritos; no segundo, trata-se de um curso de um só semestre, com o custo de 100 euros pago em duas prestações, e que oferece formação para voluntariados posteriores. A Universidade Técnica de Lisboa desejava que fossem atribuídos créditos ECTS às unidades curriculares do curso, que pudessem ser adicionados aos obtidos em eventuais formações ulteriores.

Na justificação da criação de ambos os cursos, as duas instituições salientaram a necessidade de responder ao desejo de formação dos mais velhos, numa época marcada pelo aumento da esperança de vida. A Universidade Técnica invocou também o precedente espanhol: um conjunto de Universidades espanholas propôs recentemente a criação de um diploma de “graduado sénior”, que também poderia ser adoptado em Portugal.

Esta tentativa de estimular um vasto nicho de mercado, composto pelos “maiores de 50”, está em linha com a “formação ao longo da vida” proposta pelas orientações do processo de Bolonha, e não teria ganho forma senão em resultado dele. Não é um sintoma maior das formas de empreendedorismo que o processo estimulou em Portugal, mas é um seu epifenómeno elucidativo.

Números oficiais

Outro sintoma, esse sim, maior, da importância dada em Portugal à concretização dos objectivos de Bolonha, foi a assinatura recente, pelo governo e pelo conjunto das instituições universitárias e politécnicas públicas, de um “contrato de confiança” no qual essas instituições se comprometem (mediante garantia de reforço dos seus orçamentos de funcionamento), a formar até 2013, com qualificações de nível superior, mais 100 mil indivíduos

pertencentes à população activa. Cedo se perceberá se o Orçamento de Estado para 2011, com o seu vasto programa de redução de despesas públicas, que tenderá a manter-se ou a agravar-se posteriormente, deixa margem ao “reforço dos orçamentos de funcionamento” e se, sendo negativa a resposta a esta questão, o “contrato de confiança” se mantém.

Os números oficiais que fazem o retrato de Bolonha e suas periferias são globalmente positivos e optimistas, e merecem atenção: a adequação dos três ciclos de estudos do Ensino Superior ao novo modelo ficou concluída no ano lectivo de 2009-2010, em todas as instituições interessadas; as primeiras inscrições num 1º ano de curso superior aumentaram 40 % entre 2005 e 2009; no grupo etário dos 20 anos, essas inscrições aumentaram 15 % no mesmo período; as dos maiores de 23 anos multiplicaram-se por 13 (foram 900 em 2005 e ultrapassaram as dez mil em 2009). As inscrições nos CETs (Cursos de Especialização Tecnológica) tinham sido menos de 300 em 2005 e foram cerca de 6.000 em 2009. O número de diplomados ultrapassou os 84.000 em 2008, contra 70.000 em 2005. A qualificação média dos corpos docentes de Universidades e Politécnicos também subiu: os doutorados leccionando nas Universidades públicas passaram a ser 70 % no total, e nos Politécnicos públicos duplicaram. No domínio da investigação, e no fim do primeiro trimestre de 2010, contavam-se 1200 investigadores doutorados, 66 % dos quais contratados por

instituições universitárias. Em 2008 foi criado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia um programa de bolsas de integração na investigação de alunos de Licenciaturas.

A internacionalização das instituições de Ensino Superior foi implementada por parcerias estratégicas com o MIT, a Universidade de Harvard, Austin, Fraunhofer (pelas quais o Estado português paga muito caro), ou dependeu dos acordos estabelecidos no âmbito dos programas de mobilidade europeus, ou de novos protocolos bilaterais entre instituições.

Reforma legislativa

Este amplo movimento, que o governo implementou com vista à “modernização do sistema de ensino superior português”, foi acompanhado por um pacote legislativo estruturado pelo novo RJIES (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), seguido por uma nova lei de Avaliação dessas instituições e pela criação da “A3ES” (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) e pela reforma das carreiras docentes nas universidades e institutos politécnicos. As instituições passaram a publicar anualmente relatórios sobre o índice de concretização do processo de Bolonha e deixaram claramente de ter como objectivo a formação apenas de novas gerações, estendendo-a aos adultos envolvidos na vida activa.

A reforma tinha-se iniciado pela publicação do decreto-lei 74/2006, que confirmou a estrutura pre-existente, em três ciclos, dos graus académicos e diplomas oferecidos pelo Ensino Superior, mas dando-lhes uma nova arquitectura interior. Assim, os estudos conducentes ao grau de licenciado passaram

a representar maioritariamente 180 créditos ECTS (há casos de 120) obtidos em seis semestres lectivos, admitindo-se excepções em situações “de prática consolidada em instituições de referência do espaço europeu”: nestes casos, os créditos puderam subir para 240, e o número de semestres lectivos para sete ou oito (ou seja, esses cursos mantiveram, em geral, as suas durações anteriores ao processo de Bolonha). Os estudos conducentes ao grau de mestre passaram a ter 60, 90 ou 120 créditos ECTS (os 120 são predominantes) e a ter uma duração entre dois e quatro semestres. Foram igualmente criados “mestrados integrados”, resultantes da fusão num único ciclo dos cursos de licenciatura e mestrado com um total de 300 a 360 créditos e uma duração entre os dez e doze semestres.

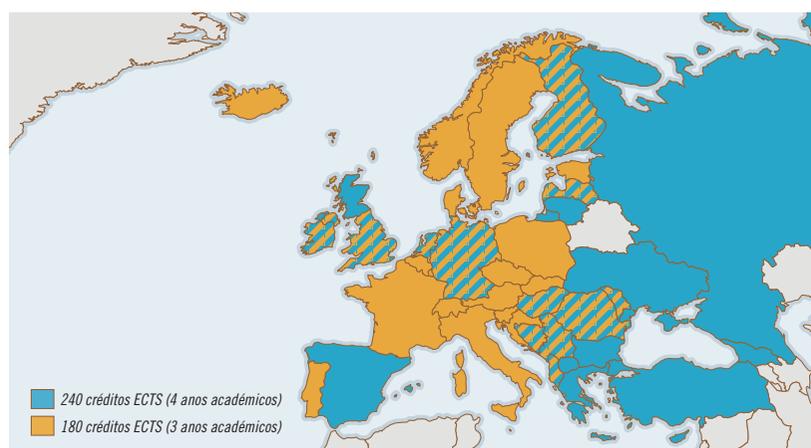
“
Os actuais mestrados de Bolonha são cada vez mais equivalentes às antigas licenciaturas

”
No caso do grau de doutor, tudo dependia, na altura, da existência, ou não, de Cursos de Doutoramento já instalados — cursos que a maioria das instituições interessadas foi pondo em funcionamento até 2010.

O resultado mais significativo da aplicação destas normas foi o encurtamento da maioria das formações de primeiro ciclo, as licenciaturas, para três anos lectivos.

Críticas

Mas a passagem à prática dessas normas suscitou, em Portugal (e também em Espanha e noutros países), importantes críticas: em Março de 2007, o Conselho Nacional de Educação dizia, referindo-se exclusivamente a consequências pedagógicas do processo, que a “aplicação de Bolonha se traduziu numa redução substancial do número de horas de aulas, sem o devido apoio tutorial por parte dos professores e sem o desenvolvimento das capacidades de trabalho autónomo por parte dos alunos”, o que “pode levar-nos para um caminho de perda de qualidade e de aprofundamento das desigualdades sociais” (in “Conselho critica a aplicação do processo de Bolonha”, semanário *Sol*, 6 de Março de 2007). Ou seja, para além da sua redução maioritária



Duração dos programas de Licenciatura mais comuns nos países de Bolonha, 2009-2010.
Fonte: Eurydice.

para três anos, as novas licenciaturas aplicavam por defeito os seus planos curriculares, com corpos docentes pouco adaptados às mudanças e com as carreiras ameaçadas.

As novas licenciaturas em três anos foram amiúde comparadas com os antigos bacharelatos politécnicos, extintos pouco tempo antes, e dadas como incapazes de oferecer a antiga formação em quatro anos (anteriormente maioritárias) ou mais.

Com o andar do tempo, tornou-se mais corrente entre docentes a ideia de que as “antigas licenciaturas” só são agora iguais pela soma das novas licenciaturas e novos mestrados, o que supõe uma formação (maioritária) de cinco anos. Esta percepção robusteceu-se também à luz de dois fenómenos complementares: o novo acesso dos maiores de 23 anos ao Ensino Superior, bem como de outras franjas de alunos não-conventionais, obrigou numerosas instituições a um *downgrading* da exigência docente e dos próprios conteúdos dos cursos. E a muito maior abertura de grande número de mestrados a candidatos provenientes de outras áreas de formação estendeu este fenómeno aos segundos ciclos, comprometendo perigosamente a qualidade do ensino, o sentido da continuidade de estudos, em suma, os saberes e competências a produzir nos dois ciclos iniciais. Caricaturalmente, dir-se-ia que as actuais licenciaturas de Bolonha são tidas como equivalentes aos antigos bacharelatos, e que os novos mestrados de Bolonha lutam por aproximar-se das antigas licenciaturas.

Como escrevia em 2009 Avelino de Jesus, director do Instituto Superior de Gestão: “É tempo (...) de desfazer algumas ilusões. Entre elas deve ser destacada a ingénua ideia de que seria possível formar licenciados em três anos com qualidade equivalente aos que se formam nos países nossos parceiros ‘e concorrentes’ ou que, não sendo isso possível, talvez se pudesse salvar o resultado, dando agora o nome de mestre ao que anteriormente se designava por licenciado”.

Outras vozes salientaram a importância primordial, no processo, da redução dos gastos do Estado com a passagem de quatro para três anos da maioria dos primeiros ciclos, sendo que são raros os casos de mestrados (descritos como estrategicamente decisivos para o país) que vivem do investimento público. Na verdade, é possível ler o conjunto do processo de Bolonha como perseguindo

dois objectivos essenciais: reduzir a despesa pública com o Ensino Superior sem impedir a sua expansão; e importar, para o conjunto da Europa, o modelo organizacional britânico, tido como mais competitivo e concorrencial. O processo de Bolonha visava assim, entre outros objectivos, formar mais licenciados em menos tempo, preparando-os, através de um ensino mais atento aos mercados do trabalho, para uma entrada mais precoce na vida laboral. Mas em tempos de crise, quando, precisamente, o mercado laboral se retrai e não dá resposta às solicitações da maioria dos recém-formados, é legítimo perguntar quais os benefícios das reformas para as populações e sociedades por elas atingidas. A tendência das famílias é agora para prolongar, com formações adicionais (mestrados, pós-graduações, outras), a escolarização dos seus filhos, a suas custas, dada a retracção geral do emprego por um período de duração imprevisível, mas que é socialmente percebido como tendendo a crescer. E a percepção de que a qualidade do ensino melhorou é claramente minoritária.

Uma filosofia mais managerial

Outro tipo de críticas refere-se ao modo como o processo de Bolonha foi, em grande parte, conduzido desde o seu início: lançado na sequência de uma série de decisões políticas dos ministros de tutela ou dos chefes de Estado dos países aderentes, com base numa estratégia *top-down*, a sua concretização conduziu ao menosprezo e à indiferença perante os mecanismos de controlo democrático característicos dos sistemas políticos nacionais. Só a meio do processo, na conferência ministerial de 2005, em Bergen (Noruega), se fez notar a necessidade imperiosa de ouvir, nos debates e grupos de trabalho no âmbito do processo, instituições e associações do sector, docentes e investigadores. Este “atraso” afastou o processo, no seu conjunto, do respeito pelos princípios da representatividade, da legitimidade e da negociação, dando-lhe um rosto sobretudo jacobino e autoritário, imposto de fora para dentro e de cima para baixo.

Globalmente, e de forma mais acentuada em países como Portugal, Bolonha foi imposta por decreto, na crença em que as instituições de ensino, pouco capazes de se auto-reformarem, obedeceriam, pelo menos, às novas leis. E isso aconteceu, de facto — com um

senão relevante: é que a vida das instituições de ensino só formalmente muda por decreto. Como os antigos mitos, as instituições de ensino adaptam-se, para sobreviverem, às novas formalidades epocais, mas os seus conteúdos, os seus hábitos e cultura palimp-séstica não mudam a esse ritmo, e oferecem resistências à mudança, agindo por forma a minorar os seus efeitos.

Por outro lado, a entrada em jogo de entidades de controlo de qualidade supranacionais (ou de firmas de consultores especializados), que geram inevitavelmente fenómenos mediáticos de *ranking*, e que submetem aos seus valores as entidades nacionais de avaliação, certificação e acreditação, oferecem um terreno fácil à maior mercantilização das instituições de ensino superior, empurrando-as para uma concorrência cingida a um limitado número de objectivos científicos e pedagógicos em avaliação, ameaçando a sua independência e diversidade e pressionando reorganizações manageriais do meio académico que, se têm o mundo empresarial como modelo, dificilmente estão testadas ou podem ser entendidas como boas práticas na gestão do Ensino Superior.

Um sintoma preocupante da síndrome managerial que atinge actualmente as cúpulas académicas do Ensino Superior público é o desprezo com que são vistos, por razões económicas, os segundos ciclos (mestrados), mesmo os recentes e que são alvo de elevada procura, como em certos segmentos politécnicos: as suas propinas, embora comparativamente elevadas, e os seus custos moderados (porque os seus corpos docentes são maioritariamente os mesmos que já existiam) são entendidos como insuficientemente rentáveis, o que os torna irrelevantes ou pouco interessantes aos olhos de quem detém a responsabilidade gestonária. Há sectores da gestão do Superior que prefeririam exterminá-los.

Uma oportunidade e seus revezes

O processo de Bolonha foi decerto vivido, por alguns professores e instituições de ensino, em Portugal, como uma oportunidade rara para rever metodologias e objectivos científicos e pedagógicos, bem como as formas de articulação, que se desejavam mais colaborativas, entre o mundo académico e o mundo empresarial, e, mais globalmente,

entre o mundo académico e a sociedade civil. Apesar de imposto do exterior, e de se ter desenvolvido com fraquíssima participação docente, as suas metas e objectivos principais surgiram, para um grupo, como motivadores e exigindo reflexão.

Mas essa reflexão não foi feita nem se criaram condições para a fazer; por exemplo, quando o RJIES foi submetido às instituições académicas para discussão e proposta de alterações, essas instituições dispuseram de meia dúzia de dias para o fazer; quando voltaram à mesa para discutir propostas de alteração, o documento tinha sido refeito de ponta a ponta, sem discussão, e foi esta segunda versão a adoptada pelo governo e publicada em *Diário da República* para entrar em vigor.

Ao plasmar-se na prática, motorizado pela vontade governativa de “fazer tudo ao mesmo tempo”, o processo de Bolonha tropeçou em culturas organizacionais instaladas e insuficientemente motivadas para dar passos para além da mera reorganização formal. A organização do ensino *student-oriented*, novas práticas tutoriais e oficinais, a mudança do paradigma da transmissão de conhecimentos para o da aquisição de conhecimentos por iniciativa dos alunos, a abordagem de questões teóricas a partir de *case studies*, a diversificação das formas de avaliação e, em particular, a “novidade” da avaliação contínua, passaram progressivamente para segundo plano, comprometendo-se assim o salto qualitativo que se pretendia dar.

Do ponto de vista da reestruturação dos ciclos do Ensino Superior, bem como da transparente contabilidade dos créditos ECTS e da relativa uniformização dos Suplementos ao Diploma (instrumentos vitais da compatibilização e das equivalências no seio do novo espaço académico europeu), Portugal está hoje mais capaz de lidar com um sistema transnacional, e melhor provido de regras de funcionamento comum. Quanto aos ganhos e perdas em matéria de qualidade do ensino, diversidade da oferta de formações, valorização das opções características de cada instituição, bem como quanto aos ganhos do país em termos de capital humano (expressão dos ganhos pedagógicos e científicos), continua a ser cedo para balanços, mas está instalado um relativo cepticismo e indiferença — não estamos a falar do tremendismo dos eternos velhos do Restelo — que não vai ser fácil desalojar. ■

Estudo de caso: o ensino superior das artes e da cultura

A REFORMA das Instituições de Ensino Superior das Artes e da Cultura — IES de A&C, como as chamaremos aqui, por semelhança com a sua designação inglesa (*High Education Institutions in Arts and Culture, HEI A&C*) — entrou na ordem do dia na UE acompanhando o processo de Bolonha e decorrendo, em parte, dele. Mas ganhou nova relevância quando a KEA European Affairs divulgou, em 2006, o estudo feito para a Comissão Europeia sobre *A Economia da Cultura na Europa*, acompanhado, no mesmo ano, pelo *Handbook of the Economics of Art and Culture*, editado por Ginsburgh e Throsby na Elsevier. Em Portugal, também o Ministério da Cultura encomendou à Augusto Mateus & Associados o estudo *O sector cultural e criativo em Portugal*, apresentado em Janeiro de 2010. Todos estes contributos sublinham a importância crescente das actividades artísticas e culturais nas economias contemporâneas, e chamam directa ou indirectamente a atenção para as formações superiores hoje oferecidas nas áreas das artes e da cultura. Problema metodológico: em Portugal, o “ensino superior artístico”, disperso por universidades e politécnicos, é historicamente percebido como distinto do “ensino superior da cultura”, mais concentrado em universidades, ora em faculdades de Letras, ora de Ciências Humanas. O presente texto refere-se em primeiro lugar ao “ensino superior artístico”, embora parte do que aqui dizemos respeite igualmente ao “ensino superior da cultura” tal como o encontramos nas instituições portuguesas.

O sector é minoritário no seu grupo de pertença (o Ensino Superior português globalmente considerado): representa cerca de 50 instituições que ministram cerca de 320 cursos a cerca de 20.000 alunos. Mas os desafios que se lhe colocam em termos de sobrevivência, expansão e actualização são comuns a outros sectores do ensino superior, o que o transforma num *case study* estimulante.

A par e passo com a sua reforma legislativa do ensino superior em Portugal, o Governo encomendou a um painel internacional de especialistas (dirigido por Abrar Hasan, chefe da Divisão de Políticas da Educação da OCDE

até 2007), um estudo sobre a reforma das IES de A&C. O resultado desse trabalho, que envolveu diversos contactos com o universo interessado e tratamento de dados de diversas proveniências, foi apresentado em Julho de 2009 sob o título *Reforming Arts and Culture Higher Education in Portugal, Report of an International Panel of Experts*, e discutido em sessão semipública na Casa da Música, no Porto. É sobretudo a esse relatório que o presente texto faz referência; não tenta fazer uma síntese das suas ideias principais, que não caberiam aqui: usa-o como um comensal com um palito na mão usaria num almoço-volante uma travessa de *bors d'oeuvre* ou de *appetizers*. Desde então ficou-se à espera que o ministério de tutela elaborasse um “livro branco” sobre o mesmo tema, que servisse de “documento-guia” para a reforma do sector.

Tensões históricas

Existe uma tensão histórica entre o ensino das artes (e da cultura, embora aqui menos acentuada) e os restantes ensinos, tensão que também se manifesta em Portugal mas está longe de ser “portuguesa”. A aprendizagem nas artes *faz-se fazendo*, e representa um modelo de conhecimento *co-construído* por alunos e professores, onde ao *fazer de coisas*

pelos formandos é atribuído um papel decisivo. Pelo contrário, as universidades especializaram-se em pensamento crítico e, salvo no caso de alguns ensinos técnicos e científicos, desprezaram o saber baseado nas práticas. Daqui resultou (em Portugal) uma considerável, mas mal fundada, desconsideração dos ensinos baseados em práticas. O processo de Bolonha veio desafiar centralmente esta dicotomia, mas ela está longe de ser resolvida pelas instituições interessadas.

Quanto à responsabilidade dos poderes públicos, no caso português: em pano de fundo subsiste um irresolvido problema de tutela governativa; as instituições de Ensino Superior Artístico e Cultural dependem (naturalmente) do Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior (MCTES) e pertencem ao sistema binário Universidades/Politécnicos, independentemente de serem públicas, privadas ou cooperativas. Em casos raros, são instituições não-integradas ou criadas por fundações. Mas a defesa, apoio e promoção das Artes e da Cultura nacionais estão atribuídas ao Ministério da Cultura, sendo certo que deveria existir uma estreita articulação — inexistente — entre as políticas que fornecem o sentido estratégico e os meios de acção às IES de A&C, por um lado, e as políticas nacionais que visam implementar as artes e a cultura no país. Por outras palavras, Cultura e MCTES deveriam colaborar na definição das reformas que interessam às IES de A&C e ao país.

Não sugerimos, anotando esta questão, que a tutela destes Ensinos Superiores especializados mude: também não faria sentido que a tutela dos estudos de Engenharia passasse para as Obras Públicas, a de Medicina para a Saúde ou a de Direito para a Justiça. Sugere-se, *sim*, que na geração dos meios de acção das instituições de ensino, a tutela do ensino superior concerte interesses e estratégias com outras tutelas próximas, *nacionais e locais*, para aumentar a sinergia e a eficácia das decisões partilhadas por parceiros institucionais no seio do Estado.

Associação representativa do sector

Uma das propostas mais insistentes dos autores do “relatório Hasan” (chamamos-lhe assim para simplificar) é a criação de uma *associação profissional independente que represente globalmente as IES de A&C*. Tal associação, que deveria, na fase de instalação (primeiros cinco anos de existência) ser apoiada pelo MCTES, funcionaria numa das instituições suas fundadoras, teria diversos objectivos e desempenharia diversas funções: representaria o sector junto do Governo e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), fornecendo-lhes consultoria especializada; promoveria a tomada de decisões conjuntas, baseadas em boas práticas nacionais e internacionais; seria responsável pelo planeamento estratégico dos programas de ensino nas IES de A&C, com vista a evitar duplicações de oferta de formação em diferentes escolas, a promover ensinos de especialidade e projectos conjuntos e sequenciais interescolas; criaria uma rede permanente de contactos entre instituições congéneres nacionais e estrangeiras, implementando de forma concreta a maior internacionalização dos ensinos — para o que poderia criar protocolos e consórcios. Em alguns casos, tais protocolos e consórcios poderiam necessitar de apoio financeiro do Governo português e dos governos das instituições parceiras; mas essa associação deveria igualmente protagonizar o *interface* com a indústria, a economia privada e a sociedade civil, em busca de financiamentos não obrigatoriamente oriundos do Estado.

Outros objectivos de tal associação poderiam ser, segundo o “relatório Hasan”: promover a investigação baseada na prática e a criação de um painel de avaliadores dessa investigação (nas áreas de A&C) que funcionaria junto da FCT; participar na gestão de projectos na-

ERA UMA VEZ

A substituição do poder executivo socialista, que governou Portugal durante seis anos consecutivos até 2011, por um governo de coligação PSD/CDS, que extinguiu o Ministério da Cultura, transformando-o em Secretaria de Estado, e colocou o Ensino Superior sob a alçada do Ministério da Educação, não faz prever uma aceleração da reforma do ensino superior das artes e da cultura. As excepcionais circunstâncias de crise orçamental e a obrigação de reduzir drasticamente despesas públicas com o Ensino e a Educação (satisfazendo o memorandum de entendimento com a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu), agravaram essa perspectiva, tornando-a mais longínqua, ou tornando irrelevante a sua urgência. Num clima de governação marcado (na sua versão mais optimista) pelo ditado “Vão-se os anéis, fiquem os dedos”, o sector das artes e da cultura tende a perder relevância entre as prioridades nacionais: dias depois de entrar em funções, o novo governo via a agência de notação Moody's baixar para “lixo” a classificação de Portugal a longo prazo... Por outro lado, ao manter e acentuar a distinção entre os dois subsistemas do Ensino Superior (convidando o Ensino Politécnico a investir em Cursos de Especialização Tecnológica e em formações de curta duração), o novo governo acentua o “design” geral da anterior governação socialista para o sector. Que destino terá em Portugal o programa europeu ERA — “Research, education and innovation are three central and strongly interdependent drivers of the knowledge-based society. Together they are referred to as the knowledge triangle. Research needs to develop strong links with education and innovation”?

cionais ou da União Europeia; criar e actualizar periodicamente um livro branco de boas práticas pedagógicas; promover uma rede de associações culturais e artísticas; representar Portugal internacionalmente, na sua área; participar nas redes internacionais de IES de A&C. Especificamente em matéria de internacionalização do ensino superior de A&C em Portugal, as acções de tal associação poderiam concentrar-se em remover os “plafonds” e outras limitações com que as instituições de ensino travam a inscrição de estudantes estrangeiros em mobilidade nos seus cursos; promover incentivos para oferecer o inglês como língua de ensino de maior número de unidades curriculares; estabelecer formas activas de mobilidade e de cooperação pedagógica e de investigação com países de língua oficial portuguesa, de modo a tornar as IES de A&C na pedra-base de políticas que lidem com a herança cultural partilhada; promover as IES de A&C portuguesas no estrangeiro, aproveitando os meios já disponíveis, designadamente os postos em movimento pelo processo de Bolonha ou dele decorrentes.

Os autores do “relatório Hasan” sublinham que melhorar a imagem interna e externa e as *performances* efectivas das IES de A&C portuguesas não se fará de um dia para o outro, podendo, pelo contrário, dar forma a um longo processo — mas que esse processo deve ser conduzido a nível *institucional* e ser *apoiado pelo Governo*.

Doutoramentos profissionais e por publicação

A legislação que reformou a estrutura formal do Ensino Superior em Portugal proibiu aos Institutos Politécnicos a oferta de cursos de doutoramento e a concessão do grau de doutor, reservando para as Universidades esse terceiro ciclo; mas fê-lo numa altura em que numerosos países europeus discutem a integração da *investigação baseada na prática* nas instituições de ensino, bem como a criação de doutoramentos *profissionais* e *por publicação*. Doutoramentos *profissionais*, ou resultantes de *investigação baseada na prática*, deveriam estar *explicitamente* previstos na lei, em termos como “O grau de doutor pode ser obtido pela apresentação de um corpo de trabalho (por via de publicação, exposição, composição ou *performance*) que ateste a originalidade e o rigor esperados de uma investigação conferente desse grau em

qualquer área” — são termos propostos pelo “relatório Hasan”.

A lei também deveria estabelecer *explicitamente* a possibilidade de o grau de doutor ser concedido a quem tenha publicado, ao longo de um período de tempo convencionado, ensaios ou investigação na sua área de especialidade, e cuja obra seja reconhecida inter pares pela sua qualidade. No caso português, esta possibilidade interessaria em primeiro lugar docentes de A&C que, nascidos entre os anos 50 e 70 do século XX, se qualificaram e se tornaram especialistas num tempo em que não existiam doutoramentos na sua área, mas nem por isso deixaram de publicar com regularidade os seus trabalhos e investigações, tornando-se autores respeitados e de referência inter pares. Nesta matéria, a FCT tem pela frente a aprendizagem de um longo e vasto exercício de humildade; se não se submeter a esse exercício, deitará a perder uma vasta percentagem da investigação nacional.

“ A caminho de doutoramentos profissionais ou por reconhecimento de obra publicada? ”

No caso dos doutoramentos *profissionais* como (no futuro) nos *por publicação*, a não explicitação destas possibilidades pelo legislador leva as universidades a deixarem-se conduzir pelos seus hábitos e cultura instalados, e a empurrar os candidatos ao grau de doutor para investigações literárias em forma de dissertações (o modelo clássico de doutoramento) ou, em certas áreas técnicas, para exposições da investigação experimental e empírica (que também adquire a forma de dissertações).

Certo é que a reforma legislativa limitou a duas figuras (a do *doutorado* e a do detentor do *título de especialista*) a futura contratação de docentes no Ensino Superior (vivemos actualmente um período de transição — imposto por uma comissão parlamentar — até que essa determinação entre em vigor). Mas é conhecida a lentidão habitual dos processos de *doutoramento*, e é previsível que a atribuição de *títulos de especialista* a todos os interessados a quem ele pode ser concedido demore anos (o título é concedido mediante provas públicas concebidas à semelhança das

de segundo e terceiro ciclos).

Muitos artistas e homens de cultura ligados, ou que poderiam ligar-se ao ensino, perceberam estas obrigações como novos obstáculos a tal ligação. Os *doutoramentos baseados em investigação prática e por publicação* ofereceriam outra possibilidade de qualificação a esse universo, que o país se arrisca a não valorizar como capital criativo ou capital humano.

Quer no caso dos doutoramentos *profissionais*, quer no dos *por publicação*, o corpo de trabalho acima referido poderia ser acompanhado por um texto que explicita quais as questões de investigação nele envolvidas, que metodologia foi usada para explorar tal investigação, em que consiste a coerência intelectual e criativa presente no corpo de trabalho prático, que meios foram utilizados para testar conclusões preliminares, quais as respostas ou conclusões encontradas, quais os meios de divulgação da investigação concluída. Não faltam às universidades meios para aferir competências e qualificações.

Ainda a investigação

Outro tema muito presente no “relatório Hasan” é o da definição do que seja a investigação na área das Artes e da Cultura: os autores sublinham que a *definição geral de investigação* a faz depender de um critério único, a *produção de novos conhecimentos*. Esta definição, induzida pelas ciências exactas, adapta-se mal à investigação baseada na prática nos domínios das artes e da cultura. Aqui, seria

preferível estender a definição à obtenção de outros resultados; os mesmos autores propõem a seguinte listagem ordenada: a investigação nos domínios das artes e da cultura visa — 1) a produção de novos conhecimentos; 2) a testagem de conhecimentos existentes para determinar os seus limites; 3) a reconstrução de saberes perdidos; 4) a compreensão pública da investigação em artes e cultura.

Para estes autores, a principal dificuldade da avaliação da qualidade da investigação nestes domínios é o estabelecimento de critérios consensuais que permitam fundamentar juízos de valor. E, citando os exemplos da Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e Escandinávia, acabam por preferir o do Reino Unido (*RAE system*), onde *Significação*, *Originalidade* e *Rigor* são os principais critérios de avaliação. Por exemplo quanto à *Significação*, a questão que os jurados se colocam é a de saber em que medida “esta” investigação se tornou ou tornará referência obrigatória para os investigadores no mesmo campo. A preferência por critérios como estes permite salientar duas observações importantes: a primeira é a de que a *investigação baseada na prática* não requer critérios de avaliação radicalmente diferentes dos aplicados na avaliação de *outros tipos de investigação*; a segunda é a de que o juízo inter pares (*peer judgments*) é tão relevante na avaliação das competências necessárias à obtenção de um grau como no aconselhamento e encaminhamento para edição em revistas científicas com expressão internacional. ■

Documentos citados

- Reforming Arts and Culture Higher Education in Portugal, Report of an International Panel of Experts* prepared by Abrar Hasan (chair, Head of Education Policy Division, Directorate for Education, until 2007), Ulrike Blumenreich (researcher with Institut für Kulturpolitik), Bruce Brown (pro-vice-Chancellor at the University of Brughton), Peter Eversmann (University of Amsterdam), Francesco Zurlo (Ph D in Industrial Design at Politecnico di Milano) for the Ministry of Science, Technology and Higher Education, Portugal, 21 July, 2009.
- Instituições contactadas no âmbito do relatório referido:
- FBAUL Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa;
 - FBAUP Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto;
 - Mestrado em Ciências da Comunicação — variante Cinema e Televisão, Universidade Nova de Lisboa;
 - Escola das Artes — Universidade Católica do Porto;
 - Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro;
 - Faculdade de Arquitectura — Universidade Técnica de Lisboa;
 - Departamento de Comunicação e Artes, Universidade do Algarve;
 - ESD, Escola Superior de Dança (IPL);
 - ESML, Escola Superior de Música de Lisboa (IPL);
 - ESTC, Escola Superior de Teatro e Cinema (IPL);
 - Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo (ESMAE) IPP;
 - ESAP, Escola Superior Artística do Porto;
 - Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha (IP Leiria);
 - IADÉ, Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing;
 - ESAD, Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.
- The Economy of Culture in Europe*, KEA European Affairs, Outubro de 2006.
- Handbook of the Economics of Art and Culture*, V. Ginsburgh e D. Throsby (eds) Amsterdam, Elsevier, 2006.
- O sector cultural e criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados, Março de 2010.

Sistemas de avaliação no ensino acentuam diferenças de género

EM TODOS OS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA, os rapazes são maioritários entre os alunos com insucesso escolar e também, em grande parte devido à acumulação de fracassos, entre aqueles que acabam por abandonar a escola antes de entrar no ensino secundário, ou mesmo sem completar a escolaridade obrigatória. Esta tendência foi confirmada por um estudo da rede europeia Eurydice sobre as diferenças de género nos resultados escolares, divulgado em Junho de 2010. O relatório mostra que, na UE, tanto no que respeita a percentagens de retenções, como de abandono escolar, Portugal é um dos países onde a diferença entre rapazes e raparigas é mais pronunciada.

As reformas implementadas, nas últimas décadas, no sistema de ensino e de avaliação, não são alheias aos maus resultados dos alunos do sexo masculino e poderão até ser um dos seus factores decisivos. Embora frisando que, para o sucesso dos alunos, “o género é um factor menos importante do que o estatuto socioeconómico” das suas famílias, o estudo Eurydice confirma que, quando se tem em conta os resultados escolares por país, se pode concluir que os perfis de género em matéria de sucesso escolar são influenciados pelas características da avaliação implementada e do tipo de provas que se apresentam aos alunos.

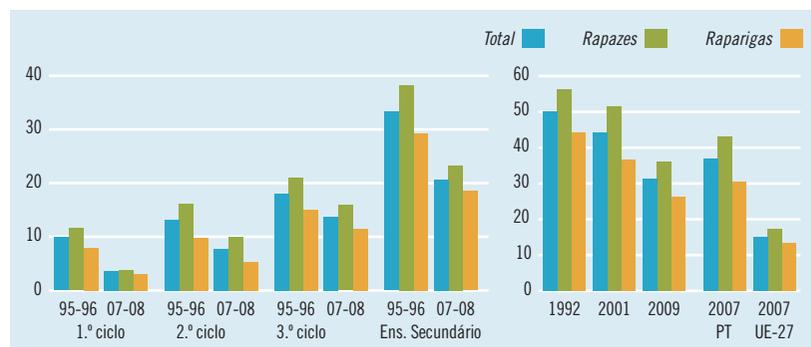
Um relatório divulgado em 2009 pelo Higher Education Policy Institut (HEPI), um grupo de reflexão independente do Reino Unido, dá conta de que o desequilíbrio na *performance* escolar entre os alunos do sexo masculino e do sexo feminino poderá dever-se “em grande parte à mudança do tipo de exames e de avaliação” ali implementada desde 1982.

Antes, para a conclusão da escolaridade obrigatória no Reino Unido, eram determinantes as classificações obtidas nos exames finais. Depois daquela data, os exames passaram apenas a contribuir para uma parte da nota final, passando também a contar para esta o trabalho desenvolvido ao longo do ano, em casa, e o comportamento nas aulas, entre outras componentes.

“ (...) pode-se estar a correr o risco [de os] homens virem a ser uma “nova classe baixa” das sociedades ocidentais. ”

Este é também o sistema que foi adoptado em Portugal e em muitos outros países ocidentais. À semelhança do HEPI, outros investigadores têm vindo a alertar para o facto de as reformas implementadas valorizarem as características próprias das raparigas e penalizarem as dos rapazes. Situação que poderá ser também potenciada pelo facto de a esmagadora maioria dos docentes do ensino não superior ser do sexo feminino.

Se o fosso entre rapazes e raparigas se deve em grande parte às alterações introduzidas – “e existem provas de que esta mudança é, pelo menos, parte da razão” – então os rapazes têm alcançado menos do que aquilo de que são realmente capazes, e isso está a afectar toda a sua vida futura, alertou o HEPI. Para já, uma nova mudança nos critérios de avaliação, que começou a ser implementada no Reino Unido em 2009, está a dar razão, pelo menos em parte, a estes alertas. Para a avaliação final no termo da escolaridade obrigatória (General Certificate of Secondary Education, GCSE), que é, ali, aos 16 anos, em algumas disciplinas voltou a contar-se apenas com as classificações



Enino básico e secundário: taxa de retenção e desistência¹ (gráf. esq.), taxa de abandono escolar precoce² com média de Portugal e União Europeia em 2007 (gráf. dir.) e respectivas distribuições por sexo (em %). ¹ Relação percentual entre o n.º de alunos que não transitaram de ano e o n.º de alunos matriculados. Dados relativos a Portugal Continental. ² População entre os 18 e os 24 anos sem ensino secundário completo, que completou ou não o 3.º ciclo, e que não está na escola nem em formação.*

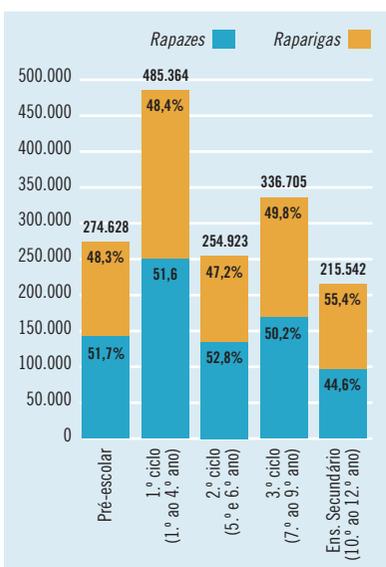
dos exames externos, que antes contribuía com metade ou menos para a nota final. É o caso de Matemática. Em 2009, pela primeira vez em 12 anos, os rapazes ultrapassaram as raparigas nos resultados nesta área. Em 2010, o fenómeno repetiu-se. Mas, no conjunto das disciplinas, as raparigas voltaram a ser mais numerosas entre o grupo dos estudantes que obteve uma classificação de topo.

Em anos anteriores, sobretudo na literacia em Matemática, os jovens ingleses também tiveram melhores resultados nas provas realizadas no âmbito do programa PISA (*Programme for International Student Assessment*) do que na avaliação que tiveram nas suas escolas. O que, segundo o HEPI, reforça a hipótese de as suas capacidades cognitivas estarem a ser subvalorizadas nas escolas.

Diferenças maiores na literacia em leitura

O PISA é um projecto implementado pela OCDE para medir a capacidade dos jovens de 15 anos na literacia em Leitura, Matemática e Ciências. Os resultados das provas implementadas em 2000, 2003 e 2006, nos países membros da OCDE, mostraram que as raparigas têm uma clara vantagem na literacia em leitura, que os rapazes estão ligeiramente à frente em Matemática e que as diferenças entre os dois sexos são praticamente inexistentes em Ciências.

As raparigas aprendem a ler mais depressa, lêem mais e melhor e têm mais prazer na leitura do que os rapazes. Esta vantagem regista-se em todos os países, e nos testes PISA ela está na origem de uma diferença de resultados entre rapazes e raparigas que oscila en-



Enino básico e secundário: número de alunos matriculados e distribuição por sexo¹.

¹ Dados sobre ensino regular (não inclui vias profissionalizantes). Portugal, ensino público e privado, 2008-2009.*

PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO ENSINO SUPERIOR AUMENTA EM PORTUGAL

Apesar de as alunas continuarem a ser maioritárias no ensino superior, e ao contrário da tendência registada na maior parte dos outros países da UE, o seu peso entre os inscritos e os diplomados tem vindo a diminuir, nos últimos anos, em Portugal.

Há quatro anos Portugal estava entre os cinco países da UE onde o desequilíbrio entre os géneros era mais acentuado, mas em 2010 já tinha descido abaixo da média europeia, onde, pelo contrário, esse desequilíbrio tem vindo a aumentar.

Esta situação é provocada, sobretudo, pelo aumento da participação masculina, e pelo facto de, em números absolutos, o número de mulheres inscritas ter diminuído. De 227.000 em 2002/03 passou para 204.476 em 2009/10. Mas neste ano, o número de inscritas pela primeira vez no ensino superior foi o maior de sempre (67.350). O mesmo aconteceu, aliás, no que respeita aos alunos do sexo masculino — o que exprime, globalmente, o aumento da população estudantil.

O maior salto no número de homens inscritos pela primeira vez no 1.º ano do ensino superior deu-se em 2006/07, coincidindo com a implementação da reforma de Bolonha e com a primeira vaga do concurso de acesso especial para maiores de 23 anos. Através deste concurso, e mediante realização de provas, pode-se aceder ao ensino superior sem que se tenha concluído outros ciclos de escolaridade. Em três anos, ingressaram no superior, ao abrigo destas provas, cerca de 33.000 alunos.

Também o número de mulheres que entrou no superior voltou a subir a partir de então, com um salto maior em 2007/08. No total de homens e mulheres, as novas inscrições no Superior aumentaram cerca de 40%. No conjunto dos inscritos, a diferença entre os géneros, a favor do sexo feminino, era em 2009 de cerca de 7%, subindo para os 19% entre os que então se licenciaram, que é também a diferença média na União Europeia. Há sete anos, este desnível situava-se em Portugal nos 34,4%. Na UE era então de 15,6%.

tre os 2% e os 9%. É a única área em que a diferença entre os géneros é estatisticamente significativa, frisa o estudo da Eurydice.

Nas provas PISA, os alunos portugueses confirmaram as tendências gerais, mas nas três áreas ficaram abaixo das médias da OCDE.

Desvios mais acentuados em Portugal

Para a comparação entre os sistemas de educação é utilizada uma classificação internacional adoptada em 1997 pela UNESCO, que distingue sete níveis do ensino: de zero, correspondendo à pré-primária, ao seis, que corresponde aos programas de doutoramento.

O primeiro nível abrange os acuais primeiros dois ciclos do ensino básico em Portugal (do 1.º ao 6.º ano); o segundo corresponde ao 3.º ciclo (7.º ao 9.º ano), que coincidia também com o final da escolaridade obrigatória (agora alargada até aos 18 anos, já para os alunos que concluírem esta etapa no presente ano lectivo); e o terceiro corresponde ao ensino secundário.

Se os alunos concluírem estes níveis sem atraso, isso significa que aos 13 anos estarão no 3.º ciclo e aos 16 entrarão no secundário. A maioria consegue-o, mas entre os estudantes que estão atrasados por comparação à sua idade, o número de rapazes é mais elevado do que o de raparigas.

Os dados compilados no estudo da rede Eurydice dão conta de que, em 2007, entre os estudantes portugueses que já tinham idade para estar no segundo nível, mas ainda frequentavam o primeiro, 19,9% eram do sexo masculino e 11,5% do sexo feminino. Um desvio de 8,4%, o maior da UE, onde, na maior parte dos paí-

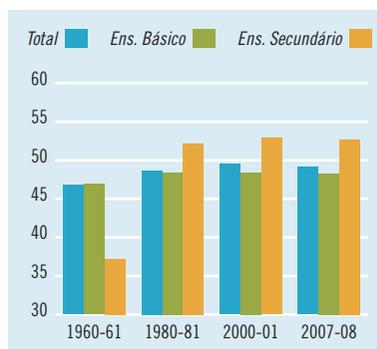
ses, a diferença, neste nível, fica abaixo dos 2%. No 2.º ano de escolaridade (no 1.º não existem retenções), chumbaram 7% dos alunos em 2008. Neste nível, aos 7 anos, já há mais rapazes do que raparigas a ficar para trás. À entrada do 2.º ciclo, no 5.º ano, quando os alunos começam a ter mais disciplinas e professores, a taxa de retenção masculina tem quase duplicado a feminina.

Este é um dos três anos negros do ensino básico em Portugal. Os outros dois são o 7.º ano, que é o primeiro do 3.º ciclo, e aquele que tem apresentado os piores resultados – 18% de chumbos em 2008 – e o 9.º. Nos últimos anos, as diferenças entre rapazes e raparigas no contributo para o contingente de reprovados têm oscilado entre os 3% e os 9%.

Em termos demográficos os rapazes continuam a ser maioritários nestas faixas etárias, mas no 9.º ano eles já estão em minoria entre os estudantes inscritos.

No conjunto da UE, 54% dos estudantes do secundário são do sexo feminino.

Em Portugal, entre os alunos que ficam retidos no 12.º ano, o último do secundário e aquele que tem maior taxa de chumbos de todo o ensino não superior, a percentagem de rapazes oscilou nos últimos anos entre os 53,5% e os 35%. Antes de chegarem aqui já muitos rapazes abandonaram o ensino. Em média, na UE, 13% da população dos 18 aos 24 anos abandonaram as escolas, sem o secundário, em 2007. O abandono masculino foi um terço superior ao feminino. Em Portugal, que detém uma das três maiores taxas de abandono escolar precoce da UE, esta relação agrava-se. O combate ao abandono escolar precoce tem-



Ensinos básico e secundário: taxa de feminidade² (em %). ² Relação percentual entre a população escolar do sexo feminino e a população escolar total. Dados de Portugal, incluindo ensino público e privado.*

se centrado nos últimos anos no alargamento da oferta das vias profissionais de ensino. No 3.º ciclo do ensino básico, o número de alunos inscritos nos chamados Cursos de Educação e Formação, destinados a jovens a partir dos 15 anos que têm um historial de chumbos, passou de 18.244 em 2006 para 43.984 em 2009. Em 2009, 64% dos inscritos nestes cursos eram do sexo masculino.

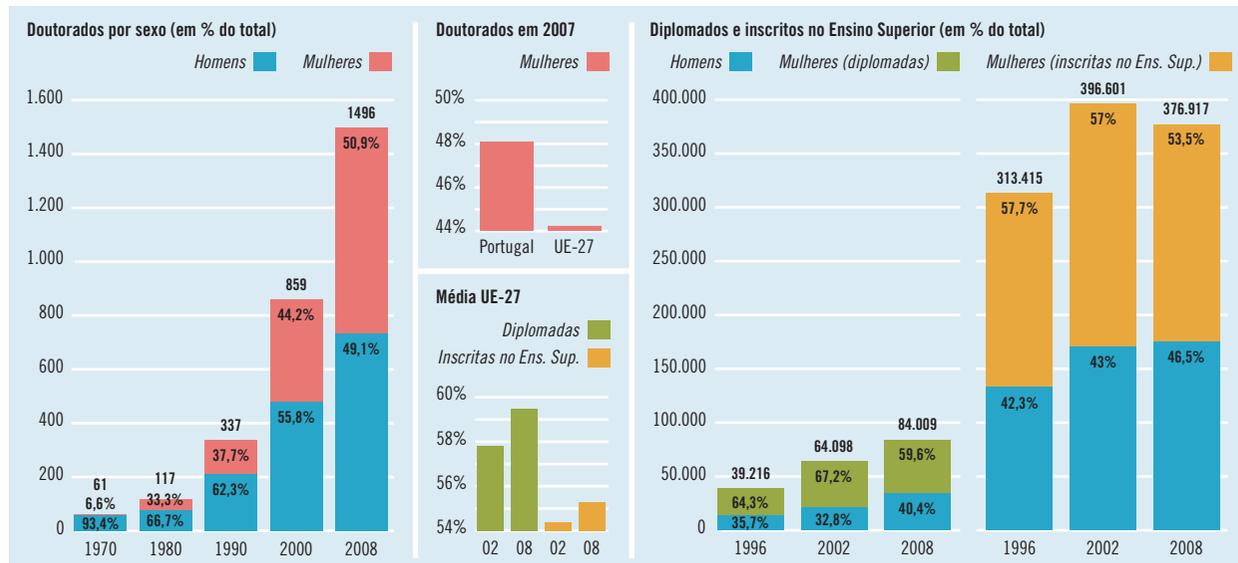
O que confirma outra das diferenças de género constatadas no estudo Eurydice: as raparigas tendem a escolher os cursos gerais, que geralmente são os que dão acesso ao ensino superior; os rapazes estão mais representados nas vias profissionais. Mesmo quando prosseguem estudos, tendem a obter uma formação que fica aquém da das raparigas.

Fosso acentua-se no superior

A entrada em massa das raparigas nas escolas e universidades é um fenómeno recente, mas, sobretudo em resultado da má performance dos rapazes, a diferença entre géneros, a favor

do sexo feminino, aprofunda-se ainda mais no ensino superior. Em 2008, 55,3% dos inscritos neste nível eram mulheres, e quase 60% do total de diplomados na UE pertenciam ao sexo feminino. Elas continuam abaixo dos 50% entre os doutorados, mas também aqui a situação já começou a mudar em vários países, Portugal incluído – nos últimos anos já por duas vezes o número de mulheres que concluiu doutoramentos foi superior ao de homens.

Os impactos desta situação no futuro poderão ser gravosos. Um alerta do presidente do HEPI, Bahram Bekhradnia: tanto devido aos estereótipos negativos que os homens poderão desenvolver, fruto do seu insucesso escolar, como ao facto de estarem a ser privados, “em larga escala”, dos benefícios ligados a uma educação superior, pode-se estar a correr o risco de estes homens virem a ser uma “nova classe baixa” das sociedades ocidentais. Por enquanto, as mulheres licenciadas continuam a ter mais dificuldade do que os homens com idêntica formação em arranjar emprego ao nível das suas qualificações. E entre os licenciados, os homens continuam a ser maioritários nas áreas de engenharia, ciências e matemática. No prefácio ao estudo da Eurydice, este é um dos exemplos apontados pela comissária europeia, Androulla Vassiliou, responsável pela educação e cultura. O outro é o facto de os rapazes serem “mais susceptíveis de figurar nas fileiras dos alunos mais fracos em leitura”. Ambos os casos, segundo aquela responsável, mostram que “as diferenças de género devem ser tomadas em conta quando da elaboração de políticas e estratégias visando melhorar os resultados escolares”. Esta opção ainda não foi feita pela maioria dos países da UE, Portugal incluído. ■



Ensino Superior.*

* Fontes: Gabinete de Estatísticas e Planeamento da Educação do Ministério da Educação; INE e Eurostat.

Referências bibliográficas

Gender Differences in Educational Outcomes: Study on the Measures Taken and the Current Situation in Europe, Eurydice, 2010.
Male and female participation and progression in Higher Education, HEPI, 2009.
Education at a Glance 2010, OCDE, Setembro de 2010.
Key Data on Education in Europe 2009, Eurydice, Julho de 2009.
Estatísticas da Educação 2008/09, GEPE, Ministério da Educação, 2010.
Educação em Números - Portugal 2010, GEPE, Ministério da Educação, 2010.
50 anos de estatísticas em educação, GEPE, Ministério da Educação, 2009.
 Jornal Público.
 Jornal The Observer.
 Jornal The Independent.
 Jornal The Guardian.

União Europeia elege Erasmus para combater desemprego

Nas duas últimas décadas, mais de dois milhões de alunos europeus do ensino superior, entre os quais 50 mil portugueses, estudaram noutro país da Europa ao abrigo do programa Erasmus, lançado em 1987. O marco dos dois milhões foi atingido em 2009, mas no conjunto todos estes jovens não representam mais de quatro por cento dos estudantes europeus. Por ano, esta percentagem não foi além dos 0,9.

O objectivo fixado pela Comissão Europeia é o de se atingir três milhões de estudantes Erasmus em 2012. Para ser alcançado, o total de alunos em mobilidade por ano terá mais do que duplicar o número recorde alcançado em 2008/2009, quando 198.568 jovens beneficiaram do programa. Nada garante que esta seja uma meta exequível, até porque os últimos dados divulgados dão conta de uma tendência de estagnação ou mesmo de declínio na Alemanha, Polónia e Reino Unido, que estão entre os seis principais países no envio de estudantes para o estrangeiro.

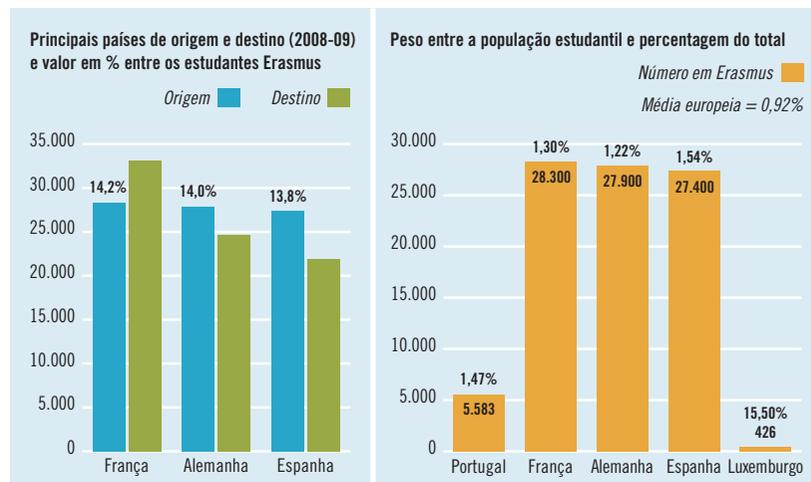
Esta tendência de abrandamento regista-se entre os jovens que procuram o programa Erasmus para estudar noutro país. Pelo contrário, em 2009 registou-se um aumento de mais de 50 por cento entre aqueles que beneficiaram do programa para realizar um estágio fora, uma nova valência do Erasmus lançada em 2007. Mas no conjunto dos alunos em mobilidade, estes representam ainda apenas cerca de 15 por cento.

Num relatório divulgado em 2010, a CE chamou a atenção para o facto de, dos 31 países que integram o Erasmus (todos os Estados membros da UE, Islândia, Liechtenstein, Noruega e Turquia), serem muitos poucos os que têm desenvolvido campanhas activas de promoção da iniciativa. Por outro lado, frisou, são também poucos os que estabeleceram metas para a mobilidade estudantil enquanto parte da sua estratégia para o desenvolvimento do ensino superior.

42 por cento dos estudantes em mobilidade no âmbito do Erasmus são oriundos de três países — França, Alemanha e Espanha. Estes são também os três países de destino escolhidos por 40 por cento dos estudantes Erasmus. A Espanha tem permanecido como principal país de destino.

A concentração, numa meia dúzia de países, dos principais fluxos dos jovens em mobilidade repete-se a nível intercontinental. No mundo, 50 por cento dos estudantes em mobilidade são asiáticos (com os chineses muito à frente).

Entre os originários dos países da OCDE, os estudantes da Coreia, Alemanha, Turquia, França e Japão são os mais representados. Quanto aos países de acolhimento, metade dos 3,3 milhões de estudantes que, em 2008, estavam em programas de mobilidade no mundo fixaram-se em apenas cinco: Estados Unidos (19 por cento), Reino Unido (10 por cento), Alemanha (7,3 por cento), França (7,3



Estudantes e professores em mobilidade internacional.

* Inclui tanto os estudantes que beneficiaram do Erasmus para estudar, como para estágios. Fonte: UE, OCDE.

por cento) e Austrália (7 por cento). No relatório "Education at a Glance 2010", a OCDE constata que há novos actores a emergir neste mercado, que descreve como muito competitivo. Em oito anos, a percentagem dos que escolheram os Estados Unidos baixou de 26 para 19 por cento e encontra-se também em regressão na Alemanha e no Reino Unido. Em contrapartida, o número daqueles que procuraram a Federação da Rússia aumentou de dois para quatro por cento. Os chineses também são maioritários entre os 8.385 bolsseiros do programa Erasmus Mundus. Esta iniciativa, destinada apenas a mestrandos e doutoramentos, alarga a atribuição de bolsas a originários de países fora do espaço da UE, os quais também podem ser escolhidos como destino por jovens europeus. Das cerca de 10 mil bolsas concedidas em 2009/2010, 1561 foram atribuídas a europeus.

Desigualdade no acesso

Inquéritos realizados junto dos estudantes que têm beneficiado do Erasmus dão conta de que mais de metade diz conhecer outros alunos que não puderam participar nele por razões económicas. Outros tantos afirmam que a bolsa atribuída lhes foi insuficiente para cobrir as despesas.

A bolsa Erasmus é apresentada como um subsídio que se destina apenas a custear a viagem e a ajudar nas despesas derivadas do facto de o estudante se encontrar fora do seu local de residência. Os valores são revistos anualmente — os máximos são iguais para todos os países — e, entre outras variáveis, são diferentes segundo o país de destino escolhido.

O seu valor médio passou de 140 para 272

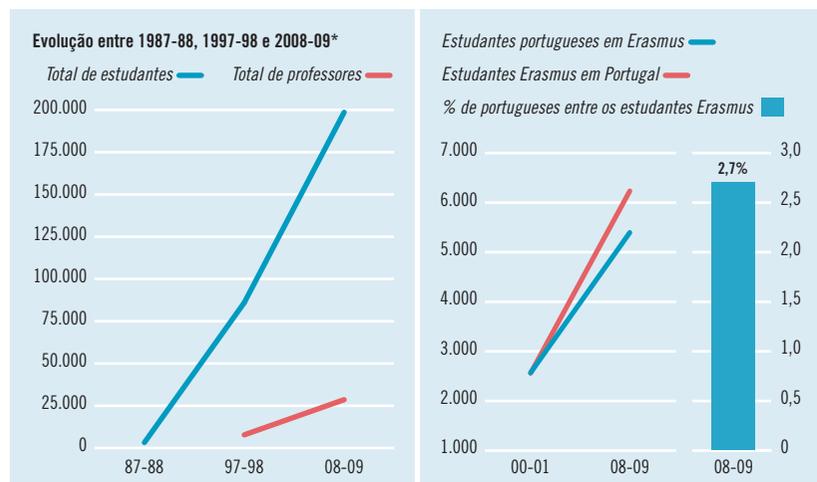
euros por mês entre 2000 e 2009. Em Portugal ronda os 300 (varia, mais uma vez em valores médios, entre 202 euros para quem tiver como destino a Roménia e 434 para os que forem estudar no Reino Unido ou na Noruega). Desde 2007, existe também uma bolsa suplementar, para estudantes com dificuldades económicas que já sejam beneficiários da Acção Social. Este reforço não pode ser inferior a metade da bolsa mínima Erasmus (200 euros, em Portugal).

“O programa Erasmus foi precursor da reforma de Bolonha [...] que tem tornado possível a mobilidade estudantil e a criação de um espaço académico europeu.”

Muitos inquiridos referiram que o estatuto socioeconómico dos seus pais é igual ou superior à média nacional do seu país.

A desigualdade de acesso não se faz sentir só entre indivíduos, mas também entre países. No espaço Erasmus coabitam algumas das economias que, na tabela do FMI do PIB *per capita* estão entre as 10 mais poderosas do mundo e outras que figuram bem mais abaixo. Em tempo de contenção e corte de despesas, a Comissão Europeia já alertou que um desinvestimento no Erasmus poderá comprometer as metas de expansão fixadas, as quais integram a estratégia Europa 2020.

Aprovada pela Comissão Europeia em Junho de 2010 para suceder à estratégia de Lisboa, a nova agenda aposta no conhecimento e no



Estudantes e professores em mobilidade internacional.

* Mobilidade de e para os 31 países que integram o programa Erasmus (países da UE-27 + Islândia, Liechtenstein, Noruega e Turquia). Fonte: UE, OCDE.

crescimento sustentável e inclusivo como meios para assegurar a saída da crise.

Segundo a Comissão Europeia, o programa Erasmus pode contribuir para estes objetivos, garantindo aos jovens competências para singrar numa sociedade competitiva e baseada no conhecimento. O prognóstico europeu é que, até 2020, 35 por cento dos novos empregos exigirão qualificações de alto nível e outros 50 por cento qualificações de nível médio.

Mobilidade também para o primeiro emprego

A mobilidade internacional foi, aliás, eleita pela CE como uma das apostas centrais para combater o desemprego e aumentar a formação dos jovens. Para este efeito, foi lançado em Setembro de 2010 o programa “Youth on The Move”, apresentado como uma das “iniciativas emblemáticas” da nova estratégia europeia.

No âmbito deste programa, pretende-se reforçar a mobilidade dos estudantes europeus e alargar o “espírito” Erasmus aos jovens que já estão no mercado de trabalho ou que se encontram à procura de primeiro emprego.

Em 2010, cinco milhões de jovens estavam nesta última situação, mais um milhão do que aqueles que se encontravam à procura do primeiro emprego quando do início da actual crise. No conjunto da União Europeia, o desemprego entre os jovens é de cerca de 21 por cento.

A Comissão Europeia argumenta que, ao incentivar-se um maior número de jovens a tirar partido das subvenções da UE para estudar ou frequentar um curso de formação

noutro país, estará a aumentar-se a sua empregabilidade e o seu acesso ao mercado de trabalho. A este propósito refere que “estudos independentes” indicam que mais de 40 por cento dos empresários dão importância à experiência obtida com estudos e trabalho no estrangeiro.

Os dados estatísticos que se encontram coligidos não fornecem indicações sobre o grau de sucesso académico que os estudantes Erasmus obtiveram durante o seu período de estudos no exterior. Num inquérito realizado, em 2007, pelo Erasmus Student Network, a que responderam oito mil jovens, 52 por cento afirmaram ter concluído todas as disciplinas, 28 por cento a maioria, 13 por cento metade, 7 por cento só algumas e outros 7 admitiram não ter feito nenhuma.

Entre os principais impactos positivos da experiência identificados pelos jovens figuram maiores competências linguísticas e mudanças tanto no modo de encarar outros povos, como o estudo e o trabalho.

O programa Erasmus foi precursor da reforma de Bolonha, antecipando com uma década de antecedência o sistema de transferência de créditos entre Universidades que tem tornado possível a mobilidade estudantil e a criação de um espaço académico europeu. A mobilidade foi apresentada como o objectivo âncora da reforma de Bolonha. Cerca de 200 mil professores também já beneficiaram do Erasmus tanto para formação, como para ministrar o seu ensino noutros países europeus. A bolsa média mensal atribuída aos docentes ronda os 700 euros.

À excepção de 1996, o número de estudantes em Erasmus tem subido todos os anos, em-

bora o ritmo de crescimento tenha abrandado entre aqueles que procuram outros países para estudarem. Por comparação com o ano anterior, o número de estudantes nesta situação aumentou 3,4 por cento em 2008/09, mas esta percentagem mais do que duplica quando a estes se acrescentam os jovens que beneficiaram do Erasmus para a realização de estágios, aos quais são concedidas bolsas mensais com um valor médio de 430 euros. Esta é uma nova valência lançada em 2007, quando o Erasmus foi integrado no “Lifelong Learning Programme”. O incremento da formação ao longo da vida foi um dos principais objetivos da estratégia de Lisboa com vista a aumentar as qualificações da população. Tem também na base a assunção de que, dado o declínio demográfico, o crescimento do ensino superior terá que ser feito com base na captação de outros públicos que não apenas os dos jovens que estão em idade de frequentar este nível de ensino.

Em 2008/2009, entre os 198.600 estudantes Erasmus, 30.400 estavam a realizar estágios noutro país, o que constituiu um aumento de mais de 50 por cento neste segmento. Os sectores da educação, ciência, saúde, serviços sociais e indústria foram os que garantiram mais estágios. À semelhança do que tem sucedido com os que beneficiam do Erasmus apenas para estudos, a França (4.700) e a Alemanha (4.500) são os dois países que contribuíram com mais jovens para este novo programa. Nestas acções, e ao contrário do que tem acontecido nas deslocações só para estudos, o Reino Unido está entre os três primeiros países que mais enviaram e receberam estudantes para estágios. A Espanha mantém a sua posição de destino mais popular e a Alemanha é o terceiro destino mais procurado. Portugal enviou 562 jovens para este programa e recebeu 502.

Em 2008/09, no conjunto, Portugal recebeu 6.234 estudantes e enviou 5.396, o que nesse ano representou cerca de três por cento do total de estudantes Erasmus. Espanha, Itália e Polónia são os principais países de destino dos alunos portugueses e a proporção dos estudantes originários destas nações é também a mais significativa entre os que procuram Portugal.

Segundo a OCDE, a língua em que é ministrada a formação é um dos factores que mais pesa na escolha dos destinos pelos estudantes em mobilidade no mundo. A língua marca

também outra fronteira: há mais estudantes da área de ciências a procurar os países anglo-saxónicos ou que garantam formação em inglês, enquanto os das ciências humanas e artes estão melhor representados entre os que escolhem outros destinos. ■

OBJECTIVOS PARA 2020

A iniciativa “Juventude em Movimento”, lançada pela Comissão Europeia em Setembro de 2010 para incrementar a mobilidade internacional dos jovens, é apontada como um dos instrumentos que terão “um papel importante” na concretização de três dos cinco grandes objetivos da nova estratégia Europa 2020.

São eles a redução do abandono escolar precoce de 15 para 10 por cento, o aumento da percentagem de indivíduos entre os 30 e os 34 anos no ensino superior de 31 para 40 por cento, e assegurar emprego a 75 por cento da população entre os 20 e os 64 anos. O ponto de partida foi fixado com base nos dados do Eurostat respeitantes a 2009.

Em Portugal, a percentagem de jovens entre os 18 e os 24 anos sem o ensino secundário que já não se encontravam na escola, nem frequentavam qualquer tipo de formação, era de 31,2 por cento, um das três maiores da UE. No grupo dos 30 aos 34 anos, apenas 21 por cento tinha concluído o ensino superior. Para aumentar este contingente, o Governo português contratou com as instituições do ensino superior e politécnico que formassem mais 100 mil activos até 2013, o que deverá ser feito sobretudo através de cursos de especialização tecnológica (CETs), mestrados profissionais e do concurso especial de acesso para maiores de 23 anos. Também foi aconselhado o incremento do ensino à distância.

Para a concretização da estratégia “Europa 2020”, lançada em Junho de 2010, a União Europeia e os seus Estados membros deverão conseguir alcançar, na próxima década, ainda dois outros grandes objetivos: cumprir as metas do “pacote verde”, nomeadamente a redução em 30 por cento nas emissões de gases com efeito de estufa; e tirar 20 milhões de pessoas da pobreza.

Referências bibliográficas

“Focus on Higher Education in Europe 2010: The Impact of The Bologna Process”, Eurydice, 2010; “Education at a Glance”, OCDE, 2010; “Generation Mobility”, ESN Survey 2007, International Exchange Erasmus Student Network, 2007; “Survey of the Socio-Economic Background of Erasmus Students”, Manuel Souto Otero, ECOTEC, 2006.



Número de estudantes no mundo a estudar no estrangeiro, os países de origem e de destino. Fonte: UE, OCDE.

A cultura e a criatividade sobem de valor

OS ESTUDOS EUROPEUS (e/ou tendo como objecto os Estados membros da UE), publicados desde 2006, sobre a importância da cultura nas economias contemporâneas, convergem no sentido da valorização sensível das actividades artísticas, culturais e criativas. Já o relatório *The Economy of Culture in Europe*, desse ano, mostrava que as actividades culturais representavam em média 2,6% do PIB europeu, atingindo ou ultrapassando os 3% em países como o Reino Unido, a França e a Dinamarca.

Também em Portugal, um estudo encomendado pelo Ministério da Cultura à sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados, e divulgado em Janeiro de 2010, revela que o “Sector Cultural e Criativo” (SCC) gerou, em 2006, 2,8% de toda a riqueza criada em Portugal, sendo responsável por um valor acrescentado bruto (VAB) de 3.691 milhões de euros. A relativa surpresa causada pelo atingimento deste valor justifica, para os autores do estudo, uma nova atenção ao papel da cultura e da criatividade na economia nacional.

Nesse ano de 2006, as Indústrias Culturais (Cinema e Vídeo, Edição, Música, Rádio e Televisão, *Software* Educativo e de Lazer) foram o principal domínio de actividades do sector, representando 4/5 (79%) do seu VAB. As “Actividades Criativas” (Arquitectura, *Design*, Publicidade, Serviços de *Software* e Componentes Criativas em Outras Actividades) representaram 14%; e as “Actividades Culturais Nucleares” (Artes Performativas, Artes Visuais e Criação Literária, Património Histórico e Cultural), 8%.

Sintetizam-se a seguir alguns dos mais significativos indicadores constantes do estudo: no seio das indústrias culturais, os subsectores da edição e da rádio e televisão geraram, só por si, quase metade (47%) da riqueza produzida no SCC, confirmando a polarização e desequilíbrio no peso relativo dos seus diferentes segmentos. A criação de riqueza (VAB) do SCC acompanhou, entre 2000 e 2006, o ritmo da economia nacional, expresso num crescimento cumulativo de 18,6% (à taxa média de crescimento anual de 2,9%).

Em termos de emprego, a expressão do sector (127 mil postos de trabalho em 2006, 2,6%

do total nacional) é menor, mas revela um nível de qualificação e produtividade acima da média nacional. De 2000 a 2006, criaram-se perto de 6.500 empregos no mesmo universo. Em termos cumulativos, o emprego cresceu, aí, 4,5%, contra apenas 0,4% no total da economia. O destaque vai, de novo, para as Indústrias Culturais, onde se concentravam, em 2006, 4/5 dos postos de trabalho (79%) do sector; as Actividades Culturais Nucleares e as Actividades Criativas representavam respectivamente 11% e 10%.

No mesmo ano, o subsector da Edição era o principal empregador, detendo quase um terço (32%) dos postos de trabalho em todo o sector. Seguiam-se as actividades dependentes dos Bens de Equipamento (16%) e a Distribuição e Comércio (13%). Os trabalhadores ocupados em profissões culturais e criativas não incluídas na matriz do SCC eram 9.482, 7,5% do emprego total no sector.

Não é por acaso que a maioria dos dados manipulados pelos autores só contém indicadores até 2008, considerando-se, habitualmente, que um atraso de dois ou três anos nos dados disponíveis para tratamento é normal. Compreende-se, assim, que os autores insistam na necessidade premente de um grande esforço a desenvolver para dotar Portugal de estatísticas melhores, mais fiáveis, mais adaptadas às realidades em mudança, e mais actualizadas. A este respeito, sugerem concretamente os autores do estudo:

“A criação de uma *conta-satélite* como grande instrumento estatístico de coerência transversal na análise estatística do sector, a melhoria e aprofundamento das nomenclaturas estatísticas e a individualização dos fluxos do comércio de bens e serviços culturais e criativos, com maior rigor e detalhe nas estatísticas de comércio externo e balança de pagamentos externos constituem as prioridades imediatas neste esforço de promoção”.

A importância da digitalização

Em sintonia com a orientação mais partilhada nas sociedades e economias desenvolvidas, os autores atribuem importância decisiva à produção e reprodução maciça de conteúdos em suporte digital (que constitui o novo fôlego

Subsector	VAB		Emprego	
	Milhões	%	Trabalhadores	%
Artes performativas	144	3,9	6.002	4,7
Artes visuais e criação literária	101	2,7	6.160	4,8
Património cultural	32	0,9	1.227	1,0
Actividades nucleares	277	7,5	13.389	10,5
Cinema e vídeo	165	4,5	6.020	4,7
Edição	1.264	34,2	39.793	31,3
Música	7	0,2	219	0,2
Rádio e televisão	488	13,2	9.914	7,8
Bens de equipamento	376	10,2	20.071	15,8
Distribuição/comércio	388	10,5	16.717	13,2
Turismo cultural	221	6,0	7.934	6,2
Indústrias culturais	2.908	78,8	100.667	79,2
Arquitectura	25	0,7	742	0,6
<i>Design</i>	7	0,2	242	0,2
Publicidade	18	0,5	387	0,3
Serviços de <i>software</i>	25	0,7	2.169	1,7
Componentes criativas em outras actividades	429	11,6	9.482	7,5
Indústrias criativas	505	13,7	13.023	10,2
Total SCC	3.691	100	127.079	100

Contributo dos subsectores culturais e criativos para a criação de riqueza (VAB).

Fonte: Augusto Mateus & Associados, que criou também a matriz conceptual que o quadro exprime.

das indústrias culturais) e sua distribuição em rede nas plataformas mais adequadas, tendo em vista a disponibilização desses conteúdos à sociedade através das novas tecnologias da comunicação e da informação, elas próprias geradoras de riqueza, e assumindo-se como força motriz das sociedades do conhecimento.

“Os territórios e seus patrimónios terão, tarde ou cedo, de se revitalizar em torno da cultura.”

Fugindo à *langue de bois* em que tantas vezes se exprimem estudos como estes, os autores sublinham que a utilização das NTIC pelas actividades culturais e criativas “induz, em simultâneo, movimentos de recuperação da memória (recuperar o objecto da aplicação), movimentos de valorização da memória (requalificar o objecto da aplicação) e movimentos de divulgação da memória e de afirmação cultural no mundo (disponibilizar o objecto à sociedade global)”.

O acesso generalizado oferecido pelas NTIC aumenta o nível de percepção da cultura de cada país, de cada região ou comunidade, garantindo mais durabilidade aos conteúdos e a sua muito maior disseminação.

Regiões e comunidades podem encontrar nas novas plataformas comunicacionais instrumentos de valorização e revitalização que

se torna cada vez mais imperdoável menosprezar. E cada vez mais, o acesso a conteúdos culturais digitalizados e disponíveis em rede torna-se num instrumento de primeiro plano da educação, gerador de novos públicos e estimulador da procura, que conduz a uma oferta mais diversificada e qualificada.

O meio artístico e cultural português, muito dominado, como outros, pela figura do “autor” herdada do romantismo, dá por vezes mostra que não ter ainda interiorizado a importância das novas plataformas digitais na divulgação e distribuição das suas criações. Por exemplo, um estudo recente financiado pela FCT (*Principais tendências no cinema português contemporâneo*), coordenado pelo autor destas linhas no âmbito do CIAC (Centro de Investigação em Artes e Comunicação), dá conta do relativo alheamento dos cineastas portugueses (sobretudo realizadores), mesmo os das novas gerações, face ao potencial de distribuição e de divulgação das suas obras em plataformas como a *internet*.

Também no domínio da edição livreira, é muito irregular o panorama da informação disponível na mesma plataforma sobre a actualidade editorial e sua recepção.

Património e território

As actividades culturais geradoras de riqueza sediam-se historicamente nos principais centros urbanos, e Portugal não escapa a essa regra. À margem desta evidência, que todos os números confirmam, sabe-se como

A CRISE, O QREN, A CULTURA E A CRIATIVIDADE

Em tempo de crise como o confirmado pelo Orçamento de Estado português para 2011, que abre um período recessivo e de “garrote” das despesas e financiamentos do Estado que se estenderá previsivelmente até 2013, podendo o quadro económico-financeiro agravar-se em 2014 e acabar, no conjunto, por se estender por uma década, que espaço subsistirá, em Portugal, para a sustentação e desenvolvimento do sector cultural e criativo?

Escrevemos num momento em que a garantia da “passagem” desse Orçamento na generalidade não se estende à da sua passagem na especialidade, e em que crescem as vozes dos que prefeririam a intervenção próxima do FMI em Portugal.

O nível de vida, os consumos e despesas privadas diminuirão em função da dimensão da crise, e a experiência mostra que boa parte do sector cultural e criativo tem tendência a ser uma das primeiras vítimas do agravamento da situação económico-financeira do país. Ao nível dos agentes culturais e criativos (tal como definidos no relatório da Augusto Mateus & Associados), a falta de confiança, o cepticismo e o abandono de iniciativas arrojadas (iniciativas que serão inevitavelmente desenvolvidas em contraciclo), tenderão a agravar-se.

Num tal contexto, pode revelar-se de importância crucial para a sustentação do sector o enquadramento de actividades e projectos culturais e criativos em universos como o do último Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), onde se inscrevem as orientações para a intervenção estrutural comunitária no período 2007-2013. Com efeito, entre os objectivos fundamentais do planeamento e programação do QREN, conta-se o de “promover níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial”, traduzido em três programas temáticos de aplicação multi-territorial (Factores de Competitividade, Valorização do Território e Potencial Humano), complementados por programas operacionais regionais “assegurando-se, assim, a prossecução à escala regional (...) das prioridades temáticas relativas aos factores de competitividade e à valorização territorial”.

Recorde-se que, por exemplo na área do financiamento de cinema e do audiovisual, a Espanha conseguiu utilizar verbas provenientes do equivalente ao QREN português, valorizando a actividade destes dois subsectores do universo cultural e criativo no âmbito de projectos de desenvolvimento regionais.

A título de exemplo do que parece possível — ainda — fazer-se em Portugal, considere-se a candidatura apresentada pelo município de Tomar, associado aos de Alcobça, Batalha e Lisboa e ao IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), tendo como parceiros a Direcção-Geral das Artes e o Instituto dos Museus e da Conservação, ao programa da Região Centro “Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos” — candidatura aprovada e que envolve um investimento total de 15.384.614,00, sendo elegíveis 14.923.076,00 (comparticipação a 65% do programa MaisCentro, no valor de 8.099.999,05, e da PorLisboa, no valor de 1.600.000,35), distribuído entre 2009 e 2012. O IGESPAR candidatou complementarmente a este projecto, no âmbito do QREN, um outro, “Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade da Região Centro”, abrangendo os três grandes conjuntos monásticos da região — Mosteiros de Alcobça e da Batalha

e Convento de Cristo — que prevê intervenções “no âmbito da melhoria das suas condições de fruição e valorização, salvaguarda e preservação, prevenção de riscos e segurança, nos conjuntos e respectivas envolventes”.

O programa assenta em seis “eixos-base”: Identidade, Atractividade, Receptividade, Interactividade, Visibilidade e Continuidade/Qualidade, e prevê nove linhas de intervenção que a seguir se enumeram:

1. Qualificação dos espaços públicos simbólicos;
2. Promoção de eventos emblemáticos e animação das cidades como pólos culturais;
3. Vivificação do património e qualificação dos equipamentos culturais;
4. Criação de roteiros de visita e interpretação do território;
5. Recepção de visitantes;
6. Qualificação dos serviços turísticos;
7. Plataforma digital turística da rede de cidades;
8. *Marketing*, promoção e comunicação;
9. Missão ‘Mosteiros de Portugal Património da Humanidade’, de cooperação interurbana”.

O IGESPAR lidera a candidatura nos seguintes objectivos: garantir a programação cultural anual das cidades articuladas em rede, e assente nos mosteiros envolvidos; criar programas de visita e produzir conteúdos de interpretação; realizar encontros científicos anuais em cada mosteiro, incidindo sobre a sua especificidade.

Exemplos como este ajudam porventura a conceptualizar como, nas linhas de intervenção acima descritas, o sector cultural e criativo pode estar mais presente, ora propondo-se os seus agentes como parceiros de instituições responsáveis por candidaturas ao QREN, ora assumindo-se como produtores a contratar em regime de *outsourcing* nas respectivas especializações. Uma nova atenção ao território e seus patrimónios, centrada nos seis “eixos-base” atrás mencionados, poderia ampliar significativamente o âmbito de acção dos agentes do sector, sendo-lhes, necessariamente, exigida maior interacção institucional, mais capacidade de discussão/negociação de projectos e mais atenção aos parceiros regionais e/ou municipais.

O Ministério da Cultura, ora através do seu aparelho central, ora através das suas Direcções Regionais de Cultura e Direcção Geral das Artes, poderia desempenhar um papel teoricamente motor na incrementação de tais articulações, enquadrando e fomentando o empreendedorismo nas áreas culturais e criativas, e favorecendo o *interface* entre os agentes do sector e as instituições ou organizações responsáveis por candidaturas aos últimos financiamentos do QREN.

Afinal, o QREN identificou como seu primeiro princípio-chave, ao nível operacional, para inspirar a sua programação, a “concentração do apoio em actividades que produzam resultados e efeitos económicos, socioculturais e de qualificação territorial”, e, na própria definição da sua identidade, afirma-se que pretende garantir a “provisão de estímulos à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, incentivos à modernização e internacionalização empresariais, incentivos ao investimento directo estrangeiro qualificante, apoio à investigação e desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e do conhecimento.”

a conservação, manutenção e recuperação do património edificado, articulada com a valorização de regiões, tende tradicionalmente a ocupar um dos lugares mais relevantes nas políticas públicas da Cultura. Nesta perspectiva, recomenda o estudo, “a presença activa num mundo crescentemente globalizado exige *olbar* a requalificação e a dinamização do património e a consolidação e desenvolvimento da museologia e de equipamentos culturais relevantes como factores de competitividade, construindo modelos de desenvolvimento regional capazes de atrair actividades e pessoas”.

Significa isto que os territórios e seus patrimónios terão, tarde ou cedo, de se revitalizar em torno da cultura (como mostraram

em Portugal as cidades “reanimadas” por novas Universidades), de modos tão diversos como alcançando a sua inscrição em circuitos turísticos internacionais, participando em redes de comunidades geradoras de conteúdos culturais e em investigação e desenvolvimento aplicadas aos domínios que lhes dão identidade. Será fundamental articular cultura e educação, também em matéria de políticas públicas nacionais, regionais e locais — um caminho que Portugal pouco tem trilhado.

O estudo recomenda aos decisores públicos nacionais que “os projectos a incentivar devem ser encarados numa perspectiva de rendibilização económica alargada e de sustentabilidade, devendo por isso contemplar,

na sua programação, a definição das áreas de impacto expectáveis, do valor acrescentado que encerram, dos efeitos mobilizadores que preconizam, quer sobre a requalificação e revalorização de um determinado património histórico-cultural, quer sobre a competitividade do território onde este se localiza”.

Hoje, territórios e regiões competem directamente uns com os outros, com a sua reputação, notoriedade e prestígio, na captação de novos residentes, visitantes, públicos nacionais e internacionais. A projecção, nacional e internacional, de determinado território ou região depende geralmente de um conjunto de factores em que avultam a sua história, os seus produtos tradicionais, as instituições nele sediadas, o seu patrimó-

nio natural ou edificado, os acessos. Mas a estes valores tem hoje de se acrescentar um segundo fôlego da valorização, mais centrado numa releitura alargada das suas potencialidades culturais. ■

Documentos citados

- O sector cultural e criativo em Portugal* — Estudo para o Ministério da Cultura, Augusto Mateus & Associados, relatório final, Janeiro de 2010, disponível no *site* do MC, versão pdf, 132 pp.
- Novas & Velhas Tendências no Cinema Português Contemporâneo* (editado no âmbito do projecto “Principais Tendências no Cinema Português Contemporâneo”, coord. João Maria Mendes, ed. Biblioteca da ESTC apoiada pelo Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Outubro de 2010, 440 pp.
- The Economy of Culture in Europe*, KEA European Affairs, Outubro de 2006, estudo encomendado pela Comissão Europeia, 354 pp.